



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos - MPGA

LAYSA COSTA SILVA

**UM DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE DIFUSÃO REALIZADAS NOS ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE DO BRASIL**

Rio de Janeiro

2022

LAYSA COSTA SILVA

**UM DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE DIFUSÃO REALIZADAS NOS ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE DO BRASIL**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Linha de pesquisa: Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Priscila Ribeiro Gomes.

Rio de Janeiro

2022

S586

Silva, Laysa Costa

Um diagnóstico das ações de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste do Brasil / Laysa Costa Silva. – 2022.

151 f. : il.

Orientadora: Priscila Ribeiro Gomes

Produto técnico-científico (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2022.

Bibliografia: f. 127-131.

1. Arquivos Públicos Estaduais. 2. Difusão. 3. Função Social. 4. Ações educativas. I. Gomes, Priscila Ribeiro. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

LAYSA COSTA SILVA

**UM DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE DIFUSÃO REALIZADAS NOS ARQUIVOS
PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE DO BRASIL**

Produto técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof.^a Dra. Priscila Ribeiro Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinadora

Prof. Dr. Eliezer Pires da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinadora

Prof.^a Dra. Marielle Barros de Moraes
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Este momento é de suma importância para reconhecer as pessoas que foram essenciais e que de alguma forma me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Por isso, primeiramente agradeço à minha orientadora Priscila Ribeiro Gomes, cuja paciência e auxílio foram primordiais para conclusão deste trabalho. Os feedbacks, com excelentes indicações e ideias, serviram como fonte de incentivo durante toda pesquisa. Obrigada por tudo.

Aos professores da minha banca, Eliezer Pires da Silva, Marielle Barros de Moraes, Mariana Lousada e Aparecida Marina de Souza Rangel, que mostraram interesse no tema e se disponibilizaram a passar um tempo discutindo as ideias comigo, compartilhando suas experiências e seus conhecimentos. É uma honra tê-los como parte deste trabalho.

Aos professores do PPGARQ, que durante as aulas trouxeram reflexões pertinentes e imprescindíveis à minha pesquisa. Grata por contribuírem, cada um de sua maneira, na elaboração desta pesquisa.

À minha família, em especial meus pais Cláudia e Claudines, minha avó Lúcia, minha tia Renata e meus padrinhos Wilma e Adilson, que sempre me apoiaram e foram grandes incentivadores dos meus estudos. Obrigada por serem compreensíveis nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar a esta pesquisa e, também, por todo o amor.

À Jéssica, por todo incentivo e paciência durante esse tempo. Nossas conversas e trocas foram essenciais na organização das minhas ideias. Muito obrigada também por estar presente quando precisava respirar e redirecionar meus pensamentos, isso foi primordial para que este trabalho fosse realizado com leveza e serenidade.

Às irmãs que a vida me deu, Karol e Milena, por estarem sempre por perto, trazendo alegria e apoio em todos os momentos que precisei. A amizade de vocês é um pilar para que eu consiga enfrentar as etapas mais difíceis da minha vida. Obrigada por isso.

Às amigas que tive o prazer de conhecer durante a faculdade: Rafaela, Larissa, Marcella e Isabella. Obrigada pela jornada de estudo, troca de conhecimento e carinho. A amizade de vocês, dentro e fora da sala de aula, contribuiu bastante para que minha trajetória acadêmica fosse mais leve.

À Sônia e Ruth, por serem meu refúgio e me encherem de carinho todo o tempo.

Aos colegas de turma do PPGARQ, que durante as aulas trouxeram reflexões extraordinárias para discutirmos e foram fundamentais durante esses tempos difíceis de pandemia.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram no meu crescimento e que torceram por mim. Muito obrigada pela energia positiva durante este processo.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo mapear as atividades de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro, a saber: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM). Primeiramente investigou-se quais instrumentos normativos tais instituições possuem que estabeleçam diretrizes para difusão na instituição. Em seguida, apresentou-se como as redes sociais dos arquivos contribuem para difusão das ações, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19, que teve início no começo de 2020 e forçou grande parte do mundo a adotar o isolamento social como estratégia para prevenção e evitar a disseminação da doença. Por fim, analisou-se os sites oficiais e os relatórios anuais dos arquivos, buscando identificar as atividades realizadas pelo campo empírico. Esta pesquisa se configurou como aplicada, qualitativa e descritiva. Aplicada por analisar as atividades realizadas pelas instituições; qualitativa por compreender a qualidade dos dados encontrados; e descritiva por averiguar e descrever, de maneira aprofundada, as ações de difusão realizadas nos arquivos selecionados. Para compreender como se deu a transformação da difusão em espaços presenciais para virtuais, principalmente em decorrência da pandemia (2020 e 2021), foi elaborada uma mostra para identificar nas redes sociais (Facebook e Instagram) como os arquivos divulgam suas ações para a sociedade. Em um segundo momento, que resultou na elaboração do produto técnico-científico deste trabalho: “diagnóstico das práticas de difusão nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro”, foi realizada uma investigação dos websites oficiais e dos relatórios anuais de atividades, para se ter um esclarecimento de como se deram as ações de difusão dois anos antes da pandemia (2018 e 2019) e durante a pandemia (2020 e 2021). Vale mencionar também que este estudo buscou evidenciar a relevância da comunicação entre os arquivistas e os indivíduos no processo de ensino e aprendizagem e no entendimento do arquivo como um espaço de diálogo. Por fim, os resultados obtidos indicaram que as instituições buscaram se atualizar na forma de difundir seus acervos, diante dos novos desafios enfrentados pela pandemia. No entanto, constatou-se que as ações de difusão ainda são pouco destinadas ao público leigo, que as políticas que dissertam sobre o tema ainda são escassas e que são poucas as instituições que possuem setores responsáveis exclusivamente por tais ações.

Palavras-Chave: arquivos públicos estaduais; difusão; função social; ações educativas.

ABSTRACT

The present study aimed to map the activities of dissemination carried out in state public archives in Southeast Brazil, namely: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM). First, it was investigated which normative instruments these institutions have that establish guidelines for dissemination in the institution. Then, it was presented how the social networks of the archives contribute to the dissemination of actions, especially in the context of the COVID-19 pandemic, which began in early 2020 and forced much of the world to adopt social isolation as a strategy for prevention and to avoid the spread of the disease. Finally, the official websites and the annual reports of the archives were analyzed, seeking to identify the activities carried out by the empirical field. This research was configured as applied, qualitative and descriptive. Applied because analyzes the activities carried out by the institutions; qualitative because understands the quality of the data found; and descriptive as it investigates and describes, in depth, the dissemination actions carried out in the selected institutions. To understand how the transformation from face-to-face to virtual spaces took place, mainly as a result of the pandemic (2020 and 2021), a show was created to identify on social networks (Facebook and Instagram) how the archives disclose their actions to society. In a second moment, which resulted in the elaboration of the technical-scientific product of this work: “diagnosis of dissemination practices in state public archives in Southeast Brazil”, an investigation of official websites and annual activity reports was carried out, in order to have an clarification of how the dissemination actions took place two years before the pandemic (2018 and 2019) and during the pandemic (2020 and 2021). It is also worth mentioning that this study aims to highlight the importance of communication between archivists and individuals in the teaching and learning process and in understanding the archive as a space for dialogue. Finally, the results obtained indicated that the institutions tried to update themselves in the way of disseminating their collections, in the face of the new challenges faced by the pandemic. However, it was found that dissemination actions intended for the lay public are still little, that policies that discuss the subject are still scarce and that there are few institutions that have sectors exclusively responsible for such actions.

Keywords: state public archives; diffusion; social role; educational actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do APESP	40
Figura 2 – Atividades do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP e seus núcleos	41
Figura 3 – Organograma do APEES	46
Figura 4 – Organograma do APERJ	51
Figura 5 – Organograma da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT)	54
Figura 6 – Organograma do APM	55
Figura 7 – Publicação no Instagram do APESP em 28 de outubro de 2021	59
Figura 8 – Publicação no Instagram do APESP em 16 de dezembro de 2021	59
Figura 9 – Publicação no Instagram do APESP em 10 de fevereiro de 2020	60
Figura 10 – Publicação no Instagram do APESP em 30 de novembro de 2021	60
Figura 11 – Publicação no Instagram do APESP em 05 de fevereiro de 2020	61
Figura 12 – Publicação no Instagram do APESP em 26 de março de 2020	61
Figura 13 – Publicação no Instagram do APESP em 26 de janeiro de 2021	62
Figura 14 – Publicação no Facebook do APESP em 22 de dezembro de 2020	63
Figura 15 – Publicação no Instagram do APEES em 15 de dezembro de 2021	64
Figura 16 – Publicação no Instagram do APEES em 01 de julho de 2020	65
Figura 17 – Publicação no Instagram do APEES em 18 de julho de 2020	65
Figura 18 – Publicação no Facebook do APEES em 08 de maio de 2020	66
Figura 19 – Publicação no Instagram do APERJ em 01 de junho de 2021	67
Figura 20 – Publicação no Instagram do APERJ em 18 de agosto de 2020	68
Figura 21 – Publicação no Instagram do APERJ em 13 de setembro de 2021	68
Figura 22 – Publicação no Instagram do APERJ em 26 de novembro de 2021	69
Figura 23 – Captura de tela da página do Instagram do APM	70
Figura 24 – Publicação no Instagram do APM em 25 de junho de 2020	70
Figura 25 – Publicação no Instagram do APM em 21 de março de 2021	71
Figura 26 – Publicação no Instagram do APM em 28 de abril de 2020	72
Figura 27 – Publicação no Instagram do APM em 12 de junho de 2020	73
Figura 28 – Publicação no Instagram do APM em 19 de julho de 2020	73
Figura 29 – Publicação no Facebook do APM em 17 de novembro de 2021	74
Figura 30 – Publicação no Facebook do APM em 19 de julho de 2021	75
Figura 31 – Resumo das atividades de difusão do campo empírico	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição das formas de difusão que podem ser realizadas nos arquivos ..	21
Quadro 2 – Atividades de difusão cultural realizadas em diversos países	29
Quadro 3 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado de São Paulo	42
Quadro 4 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	48
Quadro 5 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	52
Quadro 6 – Atendimento ao público do Arquivo Público Mineiro	57
Quadro 7 – Atividades de difusão do APESP com base nos sites	77
Quadro 8 – Atividades de difusão do APESP com base nos relatórios anuais	88
Quadro 9 – Atividades de difusão do APEES com base nos relatórios anuais e no site	96
Quadro 10 – Atividades de difusão do APERJ com base nos relatórios anuais e no site	106
Quadro 11 – Atividades de difusão do APM com base nas informações obtidas através do e-SIC	119

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS ESTADUAIS	14
2.1	A difusão enquanto função arquivística	19
2.1.1	<i>Editoração</i>	26
2.1.2	<i>Difusão cultural</i>	27
2.1.3	<i>Ações educativas</i>	30
2.1.3.1	O papel do arquivista nas práticas de difusão educativa	34
3	DIFUSÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE BRASILEIRO	37
3.1	Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP	38
3.2	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES	45
3.3	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ	50
3.4	Arquivo Público Mineiro – APM	53
4	OS ARQUIVOS ESTADUAIS DO SUDESTE BRASILEIRO NAS REDES SOCIAIS	58
4.1	Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP	58
4.2	Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES	63
4.3	Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ	67
4.4	Ações nas redes sociais do Arquivo Público Mineiro – APM	69
5	ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE DIFUSÃO IDENTIFICADAS	75
5.1	Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP	76
5.2	Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES	96
5.3	Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ	106
5.4	Práticas de difusão no Arquivo Público Mineiro – APM	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE A – Solicitação via e-SIC ao APESP	132
	APÊNDICE B – Solicitação via e-SIC ao APEES	134
	APÊNDICE C – Solicitações via e-SIC ao APERJ	136
	APÊNDICE D – Solicitações via e-SIC ao APM	143

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente produção documental, os arquivos são responsáveis não apenas pela guarda da documentação, mas também pela preservação e divulgação da memória de uma sociedade. Para potencializar o acesso às informações contidas nos documentos, é necessário que sejam desenvolvidas atividades que atraiam a população para os acervos. Nesse sentido, este trabalho se propõe a discorrer sobre a importância da difusão dos documentos arquivísticos.

É necessário também refletir sobre como os arquivos estão inseridos na vida dos cidadãos comuns. As ações de difusão, se realizadas de forma correta, atrairão o público leigo para os seus espaços. Este público, mencionado anteriormente, muitas vezes não conhece o arquivo e não sabe que aquele espaço também é seu por direito e que pode ser acessado. Então, será através da difusão que o arquivo poderá ser visto como um ambiente importante para a sociedade como um todo e não apenas para uma parcela privilegiada da população.

O interesse por esse tema se deu durante a realização da disciplina “Responsabilidade Social em Informação”, na graduação em Biblioteconomia e Documentação, na Universidade Federal Fluminense (UFF). A realização da disciplina desencadeou o ingresso no projeto de extensão da professora Dra. Marielle Barros de Moraes, denominado “Mediações e Diversidade Cultural na Biblioteca Parque de Niterói”, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da UFF.

O projeto de extensão tinha por objetivo realizar a integração entre a comunidade niteroiense, a universidade e os refugiados que vivem na cidade, visando garantir um ambiente acolhedor e de respeito às diferenças culturais entre os povos. Para isso, tomou-se como partida a integração entre os grupos através de encontros sobre diversidade cultural aproveitando os conhecimentos dos refugiados sobre sua própria cultura a fim de mediar o diálogo e a troca de saberes entre os mesmos e a população de Niterói. Além dos encontros, o projeto pretendia exibir filmes, realizar cursos de Competência Informacional no âmbito da Biblioteca e cursos sobre empreendedorismo para os refugiados. Com isso, foi a inserção no referido projeto de extensão que instigou a curiosidade e interesse em analisar as atividades de difusão nos arquivos, em virtude da primeira graduação, que foi em Arquivologia.

Este trabalho parte dos seguintes pressupostos: a) que não há incentivo, no Brasil, à difusão dos acervos arquivísticos, principalmente ao público leigo; b) o país ainda é carente de publicações que dissertem sobre a temática na área da Arquivologia; e c) a insuficiência de uma política de difusão formalizada nas instituições é uma problemática para o estabelecimento de diretrizes que promovam o acesso aos acervos. A partir disso, a pergunta norteadora deste

estudo é a seguinte: Quais são as iniciativas dos arquivos públicos estaduais com o intuito de promover a difusão dos seus acervos?

Esta pesquisa terá como base a perspectiva apresentada pela Bellotto (2006), que afirma que existem três formas de difusão nos arquivos: a editorial, a educativa e a cultural. Com isso, serão levantadas bibliografias que discorrem sobre esses serviços de difusão, com o enfoque principalmente nas duas últimas.

No que diz respeito ao campo empírico, a proposta inicial era analisar os três arquivos públicos que se encontram localizados na cidade do Rio de Janeiro: o Arquivo Nacional (AN); o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pela facilidade de localização para realizar pesquisa de campo. No entanto, em decorrência da crise sanitária que acometeu o país e o mundo desde o último ano, o coronavírus, optou-se por alterar a pesquisa de campo pela pesquisa documental, através da análise dos sites e dos relatórios anuais de atividades das instituições arquivísticas.

Foi modificado, então, o campo empírico, que passou a ser composto dos quatro arquivos públicos estaduais que se encontram localizados no Sudeste do Brasil: o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e o Arquivo Público Mineiro (APM). Esse recorte se deu, principalmente, pela possibilidade de analisar, de maneira comparativa, os arquivos na mesma esfera de poder. Além disso, as instituições são representativas quanto à atuação no acesso à informação pública. Acredita-se que, através do panorama traçado para o estudo, será possível identificar diretrizes que podem ser aplicadas em nível nacional, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de difusão dos arquivos.

O objetivo geral desta pesquisa é mapear as atividades de difusão realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro. Assim, será possível compreender quais ações são recorrentes ou não em cada instituição, quais mudanças ocorreram ao decorrer dos anos e o que é semelhante ou distinto entre as atividades de difusão dos arquivos.

Para atingir o objetivo geral será necessário: a) investigar e analisar quais instrumentos normativos os arquivos públicos estaduais possuem que estabeleçam diretrizes para difusão na instituição; b) apresentar como as redes sociais dos arquivos contribuem para difusão das ações, especialmente no contexto pandêmico; e c) elencar, através da análise dos sites oficiais e dos relatórios anuais das instituições, as atividades realizadas pelo campo empírico e de que maneira essas atividades são divulgadas para os cidadãos

As metodologias a serem utilizadas nesta pesquisa serão a aplicada, a qualitativa e a descritiva. A pesquisa será aplicada, pois analisará as atividades realizadas pelo campo

empírico. Será qualitativa por compreender a qualidade dos dados encontrados. E, por fim, será utilizada a metodologia descritiva com o intuito de averiguar e descrever, de maneira aprofundada, as ações de difusão realizadas no Arquivos selecionados.

Será efetuada, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica relevante que verse sobre o tema. Para isso, será necessária a pesquisa em bases de dados, livros, artigos, bem como em periódicos, com a finalidade de ressaltar a importância da difusão nos arquivos e definir conceitos chave como, por exemplo, as funções de instituições arquivísticas e a difusão cultural, educativa e editorial.

Além da análise teórica, a pesquisa documental será executada em dois momentos. Primeiro, para identificar quais instrumentos normativos as instituições que fazem parte do campo empírico possuem que determinam as diretrizes para a disseminação dos seus acervos. Em um segundo momento, esta metodologia buscará investigar, nos websites oficiais, nos relatórios anuais de atividades e nas redes sociais dos arquivos públicos estaduais do Sudeste do Brasil, quais serviços de difusão são realizados nessas instituições (remotamente ou não), além de como eles são divulgados para a sociedade, em virtude de a internet ser, atualmente, o principal canal de busca utilizado quando se quer encontrar alguma informação.

Para esta análise, será realizado um recorte cronológico entre os anos de 2018 até 2021. Desta forma, será possível ter um esclarecimento de como as instituições se portaram dois anos antes da pandemia (2018 e 2019) e durante a pandemia (2020 e 2021). É fundamental ressaltar que a mencionada pandemia teve início no começo de 2020 e ocorreu devido ao COVID-19, ou Coronavírus, que forçou grande parte do mundo a adotar o isolamento social como estratégia para prevenção. Nesse contexto, foi necessário realizar algumas mudanças na forma de difundir os acervos, já que diversas atividades presenciais foram suspensas.

A investigação das redes sociais (Facebook e Instagram) também foi motivada pela transformação da difusão em espaços presenciais para virtuais, principalmente em decorrência da pandemia. No entanto, esta pesquisa buscará apresentar uma mostra de como os Arquivos realizam suas ações nas redes, ou seja, como divulgam seus acervos, seus eventos, entre outros, através das publicações, com um recorte cronológico dos anos de 2020 e 2021.

A partir de um diagnóstico, estas etapas poderão dar um panorama de quais atividades estão ocorrendo nos arquivos com o propósito de divulgar os mesmos à população. Todo esse material será analisado e representado, através de um produto técnico científico, como resultado para que os demais pesquisadores do tema possam usar como base para seus trabalhos e também servir para a sociedade conhecer as ações realizadas nas instituições arquivísticas.

A partir da bibliografia analisada antes do início da pesquisa, foi possível observar que pouco tem sido abordado sobre a difusão em arquivos na literatura e, também, nas disciplinas do curso de Arquivologia. Mesmo a difusão sendo uma das principais funções arquivísticas, o foco dos diálogos e pesquisas tem sido realizado majoritariamente em assuntos sobre gestão, preservação digital, entre outros. Apesar de serem temas muito pertinentes à Arquivologia, ainda é preciso que a difusão também possua seu espaço na área, em virtude da sua relevância.

Estudar esse tema é de suma importância para garantir o acesso pleno aos arquivos. É dever do Estado ser transparente e garantir o acesso aos documentos, conforme a Lei de Acesso à informação (Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Por este motivo, é necessário que os arquivistas e os alunos em Arquivologia saibam que a disseminação dos arquivos é indispensável. Será principalmente através da divulgação do acervo que a comunidade reconhecerá este ambiente.

Este trabalho se insere na Linha de Pesquisa Arquivos, Arquivologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), visto que será analisada a contribuição do arquivo no que tange à formação dos sujeitos. Procura-se, portanto, pensar o arquivo em um contexto ampliado, fazendo pontes com disciplinas como Educação, Comunicação, Marketing e Ciência da Informação.

Para discutir sobre o tema serão apresentadas algumas concepções de autoras que se dedicam a refletir sobre o assunto, como por exemplo Bellotto (2006), Santos e Borges (2014), Gomes e Pinto (2018) e Rodrigues e Gomes (2021). Optou-se por analisar, primeiramente, o que são os arquivos e suas funções. Em seguida, serão apresentados, com base na literatura, os serviços de difusão das instituições arquivísticas e o papel dos arquivistas nas práticas educativas. Na sequência será descrito o campo empírico do trabalho, isto é, serão identificadas as instituições, suas funções, estrutura organizacional e a existência (ou não) de políticas de difusão. E, por último, será realizado o recorte dessas atividades aos arquivos públicos estaduais do Sudeste do país, analisando as redes sociais, os sites oficiais e os relatórios anuais de atividades deles.

2 FUNÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS ESTADUAIS

É inegável a importância dos arquivos para a sociedade. Por ser um lugar de garantia de direitos, através dos conteúdos registrados em seus documentos, é necessário que o profissional

presente nestas instituições atenda seus usuários e disponibilize as informações por eles solicitadas. Desta forma, será garantido o acesso, bem como a difusão do arquivo.

Para compreender o papel social dos arquivos públicos é necessário o levantamento do contexto histórico dessas instituições, além de algumas definições, como o que são considerados arquivos públicos e, também, seus objetivos. Em decorrência do recorte deste trabalho, é importante que sejam apresentadas concomitantemente as considerações sobre arquivos estaduais.

Preservar os documentos é uma prática que ocorre desde a Antiguidade. Posner (2013, p. 274) afirma que “certas regras de guardar as cartas recebidas e registrar as expedidas foram observadas nos impérios romano e bizantino, e, daí, levadas para as dioceses e mosteiros da Grécia e da Itália”. Para Schmidt (2015, p. 88), durante a Antiguidade o arquivo era compreendido como “o lugar no qual se guardavam os documentos, sendo os templos e palácios das antigas civilizações alguns destes locais”. Nessa época os arquivos eram entendidos também como “depósitos de documentos a serviço da administração, os ‘tesouros’ guardados pelo seu valor de garantia jurídica” (SCHMIDT; MATTOS, 2020, p. 29).

A concepção dos arquivos como templos também se constata na literatura de Jimerson (2007, tradução nossa), na qual o autor justifica tal comparação indicando que o arquivo tem o controle dos registros sobre a memória social (coletiva). E, também, pelo fato de os arquivistas tomarem decisões importantes para o conhecimento que o futuro terá do passado, selecionando o que será lembrado e descartando o que será esquecido.

Para além disso, o autor também aponta os arquivos como uma prisão. Por se constituírem “de portas de segurança a armários para pertences de pesquisadores, de pilhas fechadas a câmeras de vigilância de salas de leitura, os arquivos geralmente se assemelham a prisões ou fortalezas” (JIMERSON, 2007, p. 17, tradução nossa). E também como restaurante, já que as interpretações dos ‘menus de arquivo’ reduzem a complexa história de vida de uma pessoa a uma breve nota biográfica e as complexidades de milhares de documentos a um breve resumo. Para Jimerson (2007, p. 19, tradução nossa), “como intérpretes do menu, os arquivistas mediam entre clientes e registros”. Ou seja, este profissional tem um papel importante voltado para a mediação, sendo uma figura indispensável na construção de sentidos que chegam aos usuários a partir dos documentos.

Na Idade Média, os documentos eram considerados tão importantes que os reis e príncipes, quando necessário, os mantinham em locais seguros, principalmente, quando não possuíam residências fixas. De acordo com Posner (2013, p. 274), estes documentos eram

armazenados junto aos tesouros ou depositados “nas instituições das igrejas, que foram as primeiras a desenvolver um certo sistema de guardar documentos”.

O grande acúmulo de documentos em papel se deu em consequência do fim da Idade Média. Posner (2013, p. 275) enfatiza que alguns fatores contribuíram para isso, já que neste momento os monarcas passaram a ter residência permanente e também “as comunidades, especialmente na Itália, começaram a estabelecer uma espécie primitiva de depósito arquivístico, e, finalmente, o papel tornou-se usual”. Em virtude disso, naquele momento a preservação dos documentos passou a ser uma preocupação.

Foi, em consequência da Revolução Francesa que ocorreu o marco da nova era na administração de arquivos. O que pode ser observado neste momento é a administração de arquivos na esfera pública em contexto nacional. Conforme Gomes e Pinto (2018, p. 96), “a instituição arquivística, como conhecemos hoje, é fruto desse modelo bastante difundido até meados do século XX”. Posner (2013) apresenta alguns efeitos ocorridos em decorrência da Revolução Francesa, como: a organização dos documentos nos Arquivos Departamentais, o reconhecimento do Estado no cuidado aos documentos do passado e o acesso da população aos documentos de arquivo. Segundo Gomes e Pinto (2018, p. 96) esse acesso foi concedido “para que a sociedade tenha conhecimento das atividades exercidas pela administração pública, o pleno direito a comprovação da sua história e a construção da memória nacional”.

Neste momento, todos os cidadãos da França passaram a ter direito de acessar os documentos de seu interesse. É fundamental mencionar que a lei não se originou levando em consideração a pesquisa histórica e muito menos o interesse de resolver “as necessidades das pessoas que haviam adquirido parte da propriedade nacional. Mas, ainda assim, pela primeira vez os arquivos eram legalmente abertos e considerados sujeitos ao uso público” (POSNER, 2013, p. 276).

É necessário destacar que, antes da Revolução Francesa, alguns pesquisadores já podiam acessar os arquivos, só que como um favor que lhe era concedido, não um direito. Posner (2013, p. 278) indica que “com a Revolução Francesa, a acessibilidade aos arquivos foi fortemente restabelecida, provavelmente tendo em vista antes servir às pessoas que desejavam consultar documentos para fins judiciais ou legais”. No entanto, conforme Santos e Borges (2014, p. 311), foi apenas no século XX que o arquivo público passou a ser compreendido “como órgão responsável não apenas pela gestão informacional da administração pública, mas também como espaço cultural”. Dessa forma,

as informações custodiadas nos arquivos públicos, além de servirem de apoio à administração também servem de apoio à cultura, favorecendo o

desenvolvimento da cidadania e a construção do conhecimento (SANTOS; BORGES, 2014, 312).

Rodrigues (2001, p. 24) destaca que é dever dos arquivos públicos

o recolhimento, envolvendo neste aspecto as atividades de controle e canalização da produção documental; a preservação, que inclui a tarefa técnica da organização e, sobretudo, o serviço à sociedade, que envolve atividades de difusão cultural, orientação, facilidades de localização de dados pontuais e estratégias de ampliação do acesso e consulta ao acervo sob custódia.

No que diz respeito aos objetivos de uma instituição arquivística pública, Jardim (1986, p. 39, grifo nosso) destaca que esta deve:

- **Apoiar a administração pública**, agilizando e minimizando os custos operacionais do processo de disseminação das informações necessárias à tomada de decisões.
- **Apoiar o desenvolvimento cultural**, fomentando a constituição e divulgação do acervo arquivístico, segmento significativo do patrimônio documental no qual a nação se reconhece ao identificar nele a trajetória do Estado e da sociedade civil.
- **Apoiar o exercício da cidadania**, garantindo ao cidadão acesso aos documentos, na comprovação dos seus direitos frente ao Estado ou na investigação científica.
- **Promover políticas arquivísticas** nas suas respectivas esferas federal, estadual ou municipal, contribuindo para a proteção do acervo arquivístico nacional.

Pensando nos arquivos públicos estaduais, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 27) indicam que estes pertencem “ao nível intermediário da administração pública, responsável pelos documentos acumulados [...] no âmbito da administração estadual direta ou indireta”. Pelo fato do arquivo ser estadual, ele é “mantido pela administração estadual, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 30).

A Lei Nº 8.159, em seu Art. 17, § 2º, define que “são Arquivos Estaduais o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o Arquivo do Poder Judiciário” (BRASIL, 1991). Da mesma forma, em seu Dicionário de Terminologia Arquivística, Camargo e Bellotto (2012, p. 23, grifo das autoras), apontam que o Arquivo Estadual é a “instituição responsável pelos conjuntos de **documentos** acumulados por órgãos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, no âmbito da administração estadual direta ou indireta”.

Saindo do contexto estadual e pensando as instituições arquivísticas como um todo, de acordo com Bellotto (2014, p. 133, grifo nosso), são responsabilidades dos arquivos: “reunir, organizar, conservar e **tornar acessíveis as informações contidas nos documentos** que deles fazem parte” para que, com isso, possam “servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia”. Esta afirmação demonstra a centralidade da questão do acesso, peça chave para o funcionamento do arquivo.

Nesse sentido, Schellenberg (2006, p. 345) enfatiza que “a finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torná-los acessíveis à consulta”. Em seguida, o autor descreve as atividades dos arquivos relacionando-as com a finalidade de sempre dar acesso e facilitar a busca aos usuários.

Organiza-os de tal modo que o arranjo que satisfaz as necessidades oficiais satisfará também a pesquisa erudita; descreve-os nos instrumentos de busca de maneira que o conteúdo e caráter dos documentos se tornem conhecidos; intercede junto às administrações para que suspendam restrições, liberando os documentos à consulta; facilita o acesso aos documentos em condições que satisfaçam tanto aos funcionários como ao público em geral, colocando-os igualmente à disposição de ambos (SCHELLENBERG, 2006, p. 345).

Conforme apresentado, a instituição arquivística tem como objetivo atender o usuário e suas necessidades informacionais. É dever dos arquivos, perante a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, oferecer as condições para o acesso à informação. Essa lei, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (ou apenas LAI), garante a disponibilidade de informações e sua divulgação para todos os cidadãos brasileiros. Em seu Art. 5º, é possível observar que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (BRASIL, 2011).

Preservar a instituição arquivística e seus documentos é como preservar o direito democrático da comunidade, pois, assim como indicado por Assis (2017, p. 45), “os documentos fazem parte da vida cotidiana do cidadão”. Em um estado democrático é importante que haja transparência, principalmente por ser “considerado um elemento fundamental na luta contra a corrupção” (OCAÑA LACAL, 2012, p. 150, tradução nossa). Será através do acesso que o arquivo poderá “construir pontes sólidas com a sociedade” (GOMES; PINTO, 2018, p. 100).

É necessário mencionar que o arquivo, por muito tempo, foi acessado por uma pequena parcela da sociedade: os pesquisadores e os historiadores. Mas isso já vem mudando, de acordo com Galdino e Ávila (2012, p. 6) o arquivo “agora passa a ser útil e valoroso para o indivíduo ‘comum’, que muitas vezes não quer pesquisar para desenvolver um trabalho acadêmico, mas vai ao arquivo por necessidades corriqueiras ou para conhecer sua história ali preservada”.

Garantir o acesso aos documentos é primordial para o bom funcionamento da instituição. Por isso, é necessário refletir sobre as práticas que possibilitarão esse acesso, assim “permite à população em geral apoderar-se de sua própria identidade e memória” (ORRICO; SILVA, 2019, p. 262). Em virtude de o arquivo público ser um espaço onde as necessidades informacionais e culturais da comunidade devem ser sanadas

faz-se necessária a promoção de ações que contribuam para a divulgação do acervo e o processo de aprendizagem da sociedade, realçando o potencial dos arquivos para a história, a construção da identidade, a busca e garantia de direitos à informação e cultura, além da promoção da cidadania (SANTOS; BORGES, 2014, p. 313).

Através da difusão dos acervos, será possível “que a população se inteire de processos institucionais de diversas naturezas, construindo assim um universo simbólico comum aos indivíduos de um determinado grupo social” (ORRICO; SILVA, 2019, p. 261). É, portanto, indispensável a discussão na área sobre as atividades de difusão, enquanto instrumento para garantir o acesso e a transparência.

2.1 A difusão enquanto função arquivística

Conforme visto, a instituição arquivística tem como objetivo atender o usuário e suas necessidades informacionais. Por isso é importante que sejam realizadas atividades de difusão nos arquivos. Entende-se por difusão “as ações promovidas pelos arquivos com o objetivo de tornarem-se mais próximos das comunidades onde estão inseridos” (VAISMAN, 2021, p. 12), a fim de alcançar um público que normalmente não frequenta essa instituição.

Em 2017, Vaisman, juntamente com Moura, já apresentava a importância do debate sobre a visibilidade social dos arquivos. Para as autoras, as ações de difusão consistem em estratégias essenciais para garantir a visibilidade dos acervos, funcionando como “caminhos para que a sociedade reconheça a função social dessas instituições para além da sua função primordial de recolhimento, preservação e organização de fundos e coleções documentais” (MOURA; VAISMAN, 2017, p. 149).

De acordo com Rockembach (2015, p. 100), a difusão consiste em “uma das funções arquivísticas, juntamente com a criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição”. No entanto, é possível observar que ainda é um tema pouco abordado na Arquivologia, se comparado com as outras funções arquivísticas mencionadas anteriormente.

É essencial que a difusão também possua seu espaço nas discussões da área, já que esta constitui um elemento estratégico e norteador “para potencializar a visibilidade dos arquivos e a imagem dos arquivistas” (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 146). O mesmo é confirmado por Rodrigues e Gomes (2021), que consideram a difusão uma função relevante na Arquivologia, na qual as ações de divulgação permitirão intensificar o acesso à informação e a disseminação da cultura e do conhecimento dos usuários nesses ambientes.

Para Rodrigues e Gomes (2021, p. 65) a difusão dos acervos

proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de criação contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir dos arquivos, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

É necessário que se tenha em mente que, através da difusão, os indivíduos conhecerão os documentos que fazem parte dos arquivos. Conforme Barbosa e Silva (2012, p. 46) “é por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo”. As autoras ainda destacam que a relevância da difusão

está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46).

As ações de difusão têm um papel importante na concepção do arquivo para a sociedade. Com isso, Barbosa e Silva (2012, p. 46) apontam que elas “devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental”. Pode-se dizer que “o arquivo é a ‘consciência histórica’ da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo” (BELLOTTO, 2006, p. 228).

Sendo assim, a difusão é considerada “uma ferramenta de projeção por meio da qual o arquivo e seus documentos vêm a tornar-se conhecidos perante o meio social, atraindo novos usuários e estabelecendo o vínculo sociedade-arquivo” (VAISMAN, 2021, p. 13). Será através dela que o arquivo poderá “reforçar noções de identidade e pertencimento. Além disso, essas ações possibilitam a percepção sobre a importância do patrimônio documental e de sua preservação” (MOURA; VAISMAN, 2017, p. 149).

No entanto, é essencial também que sejam realizadas reflexões quanto ao alcance dos arquivos através da difusão, ou seja, como e para quem a difusão é realizada, quando ela existe na instituição. Na Semana Nacional de Arquivos de 2019, o professor Vitor Manoel Marques da Fonseca levantou algumas questões pertinentes, e que foram apresentadas posteriormente no trabalho de Vaisman (2021, p. 16)

Quanto a difusão, estamos realizando ações que evidenciem para a população em geral a relevância dos arquivos? Nos esforçamos para mostrar como os arquivos são importantes na vida da sociedade, em geral, e na dos cidadãos, individualmente? Nossas políticas de difusão incluem ações voltadas para a

valorização da diversidade e para o respeito a todos? Mulheres, afrodescendentes, indígenas e a população LGBTI são levadas em conta?

Levando em consideração que a difusão ocorre para a população em geral, respeitando a diversidade entre os indivíduos, abordaremos a partir de agora sobre as diversas formas de difusão que podem ser realizadas pelos arquivos. Vale destacar, primeiramente, que todas as formas que serão mencionadas possuem a função “de despertar o interesse social para os arquivos e de evidenciar a relação existente entre os mesmos, a memória em seu sentido amplo e a cultura” (VAISMAN, 2021, p. 13). Conforme Barcellos (2020, p. 49) “as mais comuns são visitas técnicas, visitas guiadas, exposições, oficinas, seminários, periódicos, elaboração de páginas na internet, publicação de instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários, índices)”. Algumas dessas atividades são definidas nos dicionários elaborados por Cunha e Cavalcanti (2008) – no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia – e por Camargo e Bellotto (2012) – no Dicionário de Terminologia Arquivística.

Quadro 1 – Definição das formas de difusão que podem ser realizadas nos arquivos

Formas de difusão	Cunha e Cavalcanti (2008)	Camargo e Bellotto (2012)
Visita guiada	Visita que os usuários fazem acompanhados por um técnico para receberem informações sobre os produtos e serviços informacionais disponíveis (p. 377)	-
Exposição	Divulgação pública, de caráter temporário, de objetos de arte, tecnologia, documentos, manuscritos ou outro objeto de interesse cultural (p. 162-163)	Apresentação temporária permanente organizada por um arquivo e composta de originais ou reproduções de documentos de seu acervo e/ou de outras instituições, para fins educativos e culturais (p. 46-47)
Seminário	Grupo de trabalho, dirigido geralmente por um professor ou um especialista no tema tratado, e reunido para a análise, estudo e	-

	solução de problemas específicos (p. 331)	
Periódico	Fascículo numa série contínua sob o mesmo título, publicado a intervalos regulares, por tempo ilimitado, sendo cada fascículo numerado consecutivamente e com indicação de data (p. 279)	-
Instrumento de pesquisa	Meio de disseminação e recuperação da informação, utilizado pelos arquivos para descrever um conjunto de peças, de forma a torná-los acessíveis aos usuários e assegurar-lhes o controle administrativo (gestão) intelectual ou cultural (p. 208)	Obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo (p. 55)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Cunha e Cavalcanti (2008) e Camargo e Bellotto (2012).

Algumas definições não foram encontradas nos dois dicionários, como as visitas técnicas, as oficinas e a elaboração de páginas na internet. Ainda é possível constatar que o Dicionário de terminologia arquivística não possui a maioria das definições relacionadas às atividades de difusão, mesmo sendo um dos dicionários mais importantes na área da Arquivologia no Brasil.

Santos Neto e Bortolin (2020, p. 150), apresentam outras formas de difusão dos arquivos, “tais como: projetos culturais, folders, cartazes, livros, vídeos, visitas orientadas, sites, redes sociais, bem como, veículos de comunicação de massa como o rádio, a televisão e as revistas”. É possível observar que a inserção da internet como forma de difundir os arquivos está presente na obra de diversos autores, como os citados anteriormente.

De fato, a internet tem um papel fundamental atualmente, já que é um dos meio mais utilizados pelos indivíduos para busca de informações. Conforme Mariz (2011, p. 109), são diversos os benefícios de o arquivo estar inserido no meio digital e, dentre suas vantagens, estão: “facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, permitir pesquisas, aumentar a divulgação”.

No entanto, é necessário compreender que, para o arquivo possuir um serviço de qualidade na internet, ele deve primeiro dispor de um bom serviço presencial, ou seja, a instituição que não conta com uma “boa estrutura para atender de maneira presencial, tais como acervo devidamente tratado, pessoal qualificado para tratamento do acervo e atendimento ao público, instrumentos de pesquisa, não vai poder oferecer condições diferentes no plano virtual” (MARIZ, 2011, p. 106-107).

Com isso, é importante que as atividades dos arquivos de forma online e presencial caminhem juntas, pois um irá refletir no outro. Para Mariz (2011, p. 107)

O bom trabalho depende em primeiro lugar do acervo, depende da existência, da boa organização e da boa recuperação da informação, do acesso legal, físico e intelectual. Da mesma forma, não é suficiente ter uma boa estrutura de tecnologia da informação se a instituição não estiver bem estruturada nos outros aspectos.

Então, a partir de uma boa interatividade entre estes dois ambientes, a inserção dos arquivos em formato online possibilitará diversos avanços às instituições. De acordo com Gomes, Monteiro e Costa (2012, p. 18) “a internet é uma ferramenta fundamental a ser utilizada pelos arquivos, visando uma melhor difusão e comunicação dos seus trabalhos e do seu acervo de modo geral, encurtando a distância entre o cidadão e a instituição”. Para Galdino e Ávila (2012, p. 11) “a internet possui o enorme potencial de difundir a informação de forma rápida, eficaz, democrática e com baixos custos”. Com isso,

[...] é indispensável o uso da internet como um instrumento capaz de possibilitar uma interface entre o arquivo e a comunidade. A internet apresenta-se como um canal que permite ao arquivo difundir informações aos seus diversos usuários. Não apenas informações referentes aos fundos custodiados, mas principalmente em relação aos eventos e atividades que são realizadas nos Arquivos, enquanto instituições (GOMES; MONTEIRO; COSTA, 2012, p. 6).

A inserção dos arquivos na internet tem aumentado nos últimos anos. No livro ‘A informação e a internet: arquivos públicos brasileiros’, de 2012, de autoria da pesquisadora e professora Anna Carla Almeida Mariz, foram apresentados alguns dados sobre quantas instituições arquivísticas brasileiras possuíam páginas oficiais na internet. De acordo com Mariz (2012a), foram contabilizados, em 2004, 20 sites existentes. Já em 2009, a pesquisadora identificou 47 páginas de instituições arquivísticas online. É possível observar que o número de arquivos com sites aumentou em 235% em cinco anos.

A utilização de site é relevante para a interação da instituição com os usuários. Para Mariz (2012b, p. 30) essa página “traz um aumento significativo da atuação das instituições

arquivísticas e deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e de fácil atualização”. Ainda de acordo com a autora, o site

pode servir para redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais e atrair outros que dificilmente iriam ao arquivo em sua localização física, por várias razões. A rede outorga uma maior visibilidade à instituição por ser um meio ágil e acessível de fazer a difusão dos acervos e dos serviços arquivísticos e permitir grande interação com o público (MARIZ, 2012b, p. 30).

Além dos sites das instituições, as redes sociais também são ferramentas pertinentes para a difusão. Mariz (2012b, p. 41) enfatiza que elas “mudam o relacionamento com o usuário, que podem passar a colaborar, uma vez que podem falar e as instituições podem não apenas ouvir, mas envolvê-los em suas decisões”. Para Pereira e Silva (2020, p. 125) a utilização das redes sociais “pelas instituições arquivísticas possibilita disseminar informação e publicizar dados que podem ser compartilhados pelos usuários em qualquer espaço e a qualquer tempo”. Assim, é possível criar uma relação dinâmica com os usuários.

No entanto, é importante que sejam estabelecidos alguns critérios para o uso das redes sociais. Pereira e Silva (2020) pontuam dez diretrizes para o bom aproveitamento das redes, como a formação de uma equipe específica e exclusiva para essa atribuição; planejamentos; reuniões para saber os dados alcançados e esperados; identificação dos temas que garantem mais engajamentos, entre outras. Além disso, os autores também destacam a importância de as páginas da instituição não serem réplicas umas das outras,

O conteúdo publicado no Twitter não tem que ser o mesmo do Facebook, do Instagram ou de quaisquer outros. Até porque, se fosse para ser réplica, não se precisaria sair criando contas diferentes, uma vez que elas irão dizer a mesma coisa. Porém, isso não impede que sejam feitas convergências. Um vídeo transmitido ao vivo no YouTube pode, sim, ter links para páginas como o Facebook e o Twitter. Não há problemas nesse sentido. O que deve ser evitado é saturar o usuário com o mesmo conteúdo em plataformas diferentes, pois isso poderá desencorajá-lo a seguir alguma delas ou fazê-lo se desassociar (PEREIRA; SILVA, 2020, p. 128).

Outro ponto que merece destaque é a avaliação das postagens realizadas nas redes sociais. Segundo Pereira e Silva (2020, p. 131)

No uso das redes sociais, controlar a quantidade de postagens, para que só fiquem as relevantes, evita que o usuário se perca em informações que já perderam sua eficácia e validade. Muitos usuários, caso queiram pesquisar e ver postagens anteriores, se perderão em publicações que não fazem mais sentido continuar a existir na página. Por exemplo: anúncios de feriado e os dias e horários em que o arquivo funcionará em determinada semana. Passada a semana, não faz sentido a publicação permanecer on-line.

A descrição também deve estar presente nas publicações dos arquivos. Assim é possível que o usuário entenda o que está sendo inserido nas redes sociais “através da contextualização (história, procedência, conteúdo etc.) e da indexação dos assuntos” (PEREIRA; SILVA, 2020, p. 131), por meio do uso das *hashtags*. É essencial a inclusão do “código de referência do acervo, a autoria, a data, o fundo, a série etc” (PEREIRA; SILVA, 2020, p. 131). Dessa forma, as informações estarão claras para o usuário.

Compreendida a importância dos sites e redes sociais das instituições, fica claro também que é necessário que as tecnologias da informação e da comunicação caminhem juntas para o bom funcionamento das atividades dos arquivos na internet. Conforme Koyama (2015, p. 60)

as tecnologias de informação possibilitam a multiplicação ilimitada de reproduções eletrônicas de documentos de arquivo. Aliadas a essas máquinas que processam as informações eletrônicas, as tecnologias de comunicação permitem a veiculação, por todos os quadrantes da terra, dessas imagens, montadas e expostas em uma rede midiática virtual global.

Como os arquivos estão cada vez mais inseridos na internet, é necessário que se tenha em mente que esta não deva ser considerada apenas “como facilitadora, mas também como um instrumento motivador no que tange à construção do conhecimento” (GOMES; MONTEIRO; COSTA, 2012, p. 3). Sendo assim, “as possibilidades de proporcionar ao cidadão seus direitos, e dentre estes, o acesso à informação, devem ser buscados de maneira contínua, vislumbrando a internet como um recurso que deve ser aliado para o alcance de tal propósito” (GOMES; MONTEIRO; COSTA, 2012, p. 19).

Diante do que foi apresentado, vale destacar que, tanto de forma presencial quanto online, as possibilidades de difusão dos arquivos podem se dar através de três serviços, que são: a editoração, a difusão cultural e as ações educativas (BELLOTTO, 2006). Através dessas ações, podem ser realizadas

A publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46).

Essas atividades têm como objetivo alcançar os possíveis usuários dos arquivos. Com isso, a finalidade é “mostrar o potencial do acervo; transformar o documento bruto em pesquisa; incitar a investigação; sugerir interpretações das fontes; produzir leituras da história; dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46). Dessa forma, serão apresentadas a seguir algumas concepções sobre a

editoração, a difusão cultural e as ações educativas, bem como, o papel do arquivista nas ações de difusão.

2.1.1 *Editoração*

A atividade editorial realizada pelos arquivos do país não é nova e, por muito tempo, serviu como forma de preservar o documento. Segundo Barbosa e Silva (2012, p. 50), a publicação de livros ou periódicos, além de fazer parte da política de difusão dos acervos, também era considerada “uma ação do âmbito da prevenção, da sobrevivência da informação contida em tão frágil suporte físico como o papel”. Como a concepção de ações de conservação e restauração dos documentos ainda era incipiente no início do século XX,

passar para material impresso – livros ou periódicos – era uma solução viável, se não a única, para garantir a manutenção das informações em sua integridade formal, promovendo a preservação da memória às novas gerações (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 50).

De acordo com Santos e Borges (2014, p. 314), os serviços editoriais contam com “publicações em meio impresso ou digital, como guias, catálogos e inventários”. Já para Santos Neto e Bortolin (2020, p. 157), as formas de difusão editorial podem se dar através de: “publicações do conteúdo do acervo, das atividades e dos programas; Catálogos informativos; Manuais; Edições comemorativas; Publicações que referenciam o acervo”.

É essencial mencionar que esses serviços são considerados importantes, em virtude das publicações serem “canais comunicantes com o exterior, pois levam à comunidade, à administração e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas dos arquivos” (BELLOTTO, 2006, p. 229).

Além disso, outro exemplo pertinente de difusão editorial é a publicação dos instrumentos de pesquisa. Para Santos Neto e Bortolin (2020, p. 151) com a ausência desse material “não será possível conhecer o conteúdo dos documentos do arquivo, sua tipologia, o órgão que os produziu, as relações entre eles etc”. Outra maneira de alcançar os usuários é através da publicação de livros. O livro “tem um caráter de permanência e multiplicidade que o torna veículo de publicidade constante e lhe abre um enorme campo de ação e a indeterminação de uso no tempo” (BELLOTTO, 2006, p. 230).

Por isso, é necessário que os arquivos realizem a difusão em material impresso. Segundo Bellotto (2006, p. 229), “o primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece, por curiosidade ou por outro motivo

qualquer. Fez-se mais uma conquista”. E para os usuários do arquivo, de acordo com Santos Neto e Bortolin (2020, p. 151),

Tais publicações facilitam a compreensão de como tal coleção pode ou não os ajudar num determinado contexto. Por exemplo: ao historiador ficaria evidente a matéria prima para sua profissão; ao administrador seria apresentado o arsenal de provas, testemunhos e informações para eventuais auditorias e/ou processos, por exemplo; e o cidadão teria acesso a dados que informam e definem a comunidade em que vive, bem como sua atuação nela.

No entanto, Barbosa e Silva (2012) mencionam um levantamento parcial que realizaram em 2009, com dez instituições arquivísticas¹, no qual concluíram que para os arquivos as ações editoriais, apesar de desejáveis, não eram consideradas prioridades. Dessa forma, as instituições entendem a importância da editoração “como instrumento de divulgação institucional, de difusão da informação e como facilitador da pesquisa, mas sua concretização está longe de ser colocada em primeiro plano” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 51).

Além do mais, é necessário que o serviço de editoração seja levado em consideração também através das novas tecnologias digitais. Para Barbosa e Silva (2012, p. 56)

Seja revista impressa ou eletrônica; seja livro impresso ou e-book; seja um catálogo impresso ou uma página temática com um banco de dados on-line contextualizado, esses produtos ainda cumprem um papel de difusão em arquivos, tornando-os conhecidos, úteis aos pesquisadores e aos cidadãos, mostrando a potencialidade de construção de conhecimento que os arquivos detêm.

Diante disso, é indispensável a difusão editorial nos arquivos. Conforme Bellotto (2006, p. 229), é através dela que o arquivo poderá “atrair novos usuários e fazê-los compreender o que [o arquivo] é e o que representa”. A produção de materiais como instrumentos de pesquisa, manuais, textos, catálogos e livros, será importantíssima nas inter-relações culturais dos arquivos (BELLOTTO, 2006). Por fim, é necessário destacar que a publicação deve ser considerada uma das atividades principais dos arquivos “e não como ação de segunda categoria”, sendo “a atividade editorial como uma forma de divulgação e projeção institucional” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 56).

2.1.2 *Difusão cultural*

¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Mato Grosso, Arquivo Público do Estado de Minas Gerais, Arquivo Público do Estado do Paraná, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, os dois arquivos estaduais do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Distrito Federal, além do Arquivo Nacional.

Assim como a difusão editorial, a difusão cultural também deve ser apontada como uma das prioridades nas atividades dos arquivos. Segundo Galdino e Ávila (2012, p. 4), “não adiantaria ter um arquivo em uma ótima dimensão estrutural e não ter usuários para realizar pesquisas e usufruir dos serviços e atividades oferecidas”. Nesse sentido, é importante que a difusão cultural seja “organizada e realizada com vistas a tornar o arquivo conhecido, para que ele deixe de servir apenas a ‘elite’ – pesquisadores/historiadores, e possa também ser útil a população comum” (GALDINO; ÁVILA, 2012, p. 7).

Conforme Bellotto (2006, p. 228), a difusão cultural conta com duas vias complementares de atividades. São elas: “a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”. Com isso, será através da difusão cultural que se dará o encontro entre o arquivo e a sociedade, sendo dever dos arquivistas e das autoridades realizar esse encontro (GALDINO; ÁVILA, 2012).

De acordo com Santos e Medeiros (2012, p. 9) a difusão cultural

visa atrair os usuários reais e os potenciais aos arquivos, levando-os a reconhecer a necessidade de informações e a importância do arquivo à construção do conhecimento, uma vez que nessa unidade de informação é organizada e armazenada [sic] o patrimônio documental pertencente a um povo, uma cultura, uma sociedade.

Santos e Borges (2014, p. 314) enfatizam que a ação cultural é o “serviço responsável pelo desenvolvimento de atividades culturais com o fim de promover a construção do conhecimento, envolvendo atividades como exposições, promoção de concursos e palestras”. Esta ideia também pode ser vista no dicionário da Associação dos Arquivistas de São Paulo, o qual afirma que o serviço cultural está “destinado a promover a divulgação do arquivo junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76).

Sobre as atividades que são realizadas nos arquivos, Paes (2004, p. 146) indica que estes devem promover

exposições de documentos e atividades culturais de interesse da comunidade – cursos, palestras, concursos – bem como dispor de serviços de reprodução (microfilme, xerox etc.) e de informações, com profissionais capazes de auxiliar os pesquisadores na completa utilização do acervo.

Segundo Santos Neto e Bortolin (2020, p. 157), as ações de difusão cultural podem ser

Palestras; Debates; Lançamento de obras; Concursos sobre temas de história e conhecimentos gerais; Patrocínio de congressos e eventos (no campo da Arquivologia e outros também); Ações lúdicas e que tornem o processo de visita ao arquivo agradável; Comentários sobre um grupo documental de

interesse popular; Documento do mês, sobre uma efeméride; Colaboração dos arquivistas com o turismo cultural e produções artísticas, documentários.

Bellotto (2006, p. 228) destaca que as atividades culturais realizadas nas instituições arquivísticas brasileiras são “principalmente palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas de história geral do Brasil e história regional. Tem também patrocinado simpósios, congressos, jornadas e reuniões”. No entanto, para a autora, os arquivos brasileiros podem fazer mais do que o habitual e cita exemplos das atividades que já ocorrem em outros países e que obtiveram ótimos resultados na difusão dos arquivos.

Dentre as atividades destacadas por Bellotto (2006), é relevante enfatizar algumas, sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 2 – Atividades de difusão cultural realizadas em diversos países

Nomes	Descrição
Os quinze minutos de cultura²	Trata-se de uma atividade que ocorre na França, em que algum grupo documental de interesse mais popular é comentado pelos arquivistas no Museu de História da França, que é um anexo dos <i>Archives Nationales</i> . Esses eventos ocorrem na hora do almoço, atraindo trabalhadores das proximidades.
Documento do mês	Exposição no saguão do arquivo sobre alguma efeméride ou evento, paralelamente à sua apresentação comentada em transmissões radiofônicas. Essa prática de comentar documentos em rádio e televisão tem causado bons resultados na Rússia, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Espanha.
Turismo	Atividade desenvolvida sobretudo pelos alemães, que consiste na colaboração dos arquivistas com o turismo cultural e com a realização de filmes documentários e artísticos, redação, correção de notícias históricas em seus folhetos publicitários, cartazes e mapas, ou para a sinalização de monumentos.
Espetáculo luz e som	Participação dos arquivistas na seleção, montagem e apresentação dos textos para o espetáculo, assim as apresentações serão mais enriquecedoras e maior será o retorno tanto aos arquivos quanto para as próprias entidades promotoras de turismo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Bellotto (2006, p. 228-240).

O arquivo deve oferecer “meios para o desenvolvimento da pesquisa, para o bem-estar dentro do acervo e promover recursos que cada vez mais o usuário/cidadão sinta a necessidade de retornar ao arquivo” (SANTOS E MEDEIROS, 2012, p. 11). E, os arquivistas, precisam

²*Le quart d'heure de culture*

estar presente em diversos ambientes. Vaisman (2021, p. 27-28) aponta que alguns autores afirmam que os arquivistas

devem ocupar espaços na imprensa escrita, em programas de rádio e na televisão. É provável que, caso realizassem uma reedição da obra, os autores apontassem as plataformas de compartilhamento de vídeos e arquivos de áudio na internet como espaços potenciais para serem utilizados pelos arquivistas (VAISMAN, 2021, p. 27-28).

2.1.3 Ações educativas

As ações educativas consistem na abertura dos arquivos aos estudantes do ensino fundamental e médio, buscando incentivar o valor dos arquivos como fonte educativa e proporcionar aos alunos o conhecimento do meio local de sua cultura, com o objetivo de desenvolver neles o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que os rodeiam (BELLOTTO, 2006).

O serviço educativo não é recente. Conforme apontado por Koyama (2015), em 1890 o Ministério da Educação francês já citava o uso dos documentos no ensino da História. E, a partir da década de 1950, o uso dos documentos já era indicado formalmente pelo Ministério da Educação francês para uma metodologia ativa, na qual os estudantes utilizavam o material na pesquisa histórica.

Além disso, foi também em 1950 que surgiram as primeiras ações educativas nos arquivos da França. Pegeon (2012, p. 89) indica que estes serviços ofereceram “aos professores e seus alunos oficinas e visitas pedagógicas destinadas a proporcionar a descoberta dos arquivos e dos grandes períodos históricos”. Koyama (2015, p. 39, grifo da autora) menciona que “em 1970, o *Manuel d’Archivistique*, do Arquivo Nacional francês, incluiu o serviço educativo-cultural como parte das funções sociais dos arquivos”.

No contexto do Brasil, o ensino de História com documentos passou a ser discutido nas propostas de ensino que surgiram nos debates dos pesquisadores-professores, na década de 1980 (KOYAMA, 2015). Era recomendado para os docentes nesta época, elaborar metodologias e atividades com documentos arquivísticos. E “a partir das reformas curriculares de ensino de História dos anos noventa, a leitura de documentos tornou-se oficialmente um dos objetivos da aprendizagem no ensino fundamental e médio” (KOYAMA, 2015, p. 46).

É relevante enfatizar que nem sempre a difusão consiste em ação educativa. De acordo com Rodrigues e Gomes (2021, p. 66) “para que se constitua como tal é preciso que haja um processo de aprendizagem, pois, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem

toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro não é a aprendizagem)”. Logo, a difusão educativa tem o intuito de possibilitar a troca de conhecimento com o usuário.

Será, principalmente, através da oralidade entre os arquivistas e os usuários que será realizado o processo de ensino e aprendizagem. Pizani e Oliveira (2017) trazem as ideias de Paulo Freire e, dentre elas, que será por meio do diálogo que se dará a libertação e conscientização dos indivíduos em suas relações com os outros e com o mundo. Ainda conforme os autores, “o diálogo no processo de ensino e aprendizagem é imprescindível, pois o mesmo possibilita a interação sociocultural entre os sujeitos envolvidos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Assim como Paulo Freire, Lev Vygotsky também é apontado no trabalho de Pizani e Oliveira (2017). Apesar de serem de contextos geográficos e históricos diferentes (um era um pedagogo brasileiro e o outro um psicólogo russo, respectivamente), eles julgavam que através da palavra era possível ocorrer a transformação da consciência, por meio da pedagogia dialética.

Vygotsky acreditava que a linguagem era o elemento principal no processo educacional. Sendo assim, de acordo com Pizani e Oliveira (2017, n.p),

o diálogo presente no contexto teórico de Freire e Vygotsky apontam para o desenvolvimento do ser humano, no sentido de proporcionar ao mesmo, novos desafios, liberdade de expressão, criticidade, criatividade e a busca por conhecimentos elaborados.

Com isso, é necessário que o arquivo seja compreendido como um espaço de diálogo, no qual são realizadas atividades educativas, visando o aprendizado, onde os profissionais dialoguem com os usuários. Para além disso, “o serviço educativo deve fazer parte da estrutura organizacional de um arquivo como algo efetivo e sistemático” (RODRIGUES; GOMES, 2021, p. 66). Gomes, Monteiro e Costa (2012, p. 15) destacam que “os arquivos públicos são órgãos responsáveis pelo fomento e promoção de ações educativas”, então seu dever é tornar o acervo “acessível aos alunos, gerando cidadãos conscientes da importância da preservação de sua história”.

Uma estratégia importante é a utilização dos arquivos nas escolas. Pelo fato da difusão educativa ser entendida como uma “modalidade de serviço de apoio cultural que visa iniciar o público escolar na utilização do arquivo” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76), os arquivos podem ser uma ótima ferramenta nas aulas de História. Para Rodrigues e Gomes (2021, p. 66), o arquivo voltado para aulas sobre o ensino regional “permite que os alunos conheçam a sua cidade, a sua cultura e a história regionalizada, despertando a partir desse conhecimento um interesse maior por uma história geral, mais universal”.

Sem dúvida, e conforme indicado por Bellotto (2006, p. 230), a utilização dos arquivos para o público escolar irá “propiciar benefícios didáticos surpreendentes”. Assim, será possível que o aluno, através dos arquivos, conheça a sua história e a do ambiente onde vive, desenvolvendo “nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia” (BELLOTTO, 2006, p. 240). Ou, como mencionaram Barbosa e Silva (2012, p. 57), através das ações educativas os arquivos serão capazes de “difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade”.

Os acervos são fontes de conhecimento, principalmente, no que tange a utilização como material de ensino. Com uso dessas fontes nas escolas,

a partir de fotografias, mapas, jornais, revistas, documentos manuscritos, entre outros, é possível ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 57).

Diferentemente da utilização de livros didáticos que “trazem recortes fragmentários de documentos” (KOYAMA, 2015, p. 42), a experiência única do contato dos estudantes com os documentos arquivísticos possibilita

serem percebidos em seu contexto de produção, imersos em suas séries e correlacionados a outros documentos e séries do mesmo produtor. Também implica serem apreendidos em sua materialidade, cheiros, toque, cores e tintas, e no enfrentamento das dificuldades de sua compreensão, sem limpezas, transcrições e outras pontes ‘facilitadoras’ de sua leitura. Essa experiência sensível só é possível na pesquisa real, feita nos arquivos, e foge dos tempos e restrições das experiências didáticas prevaletentes. A interrogação sobre as possibilidades de realização de experiências assim concebidas nas ações educativas em arquivos é, por si só, um núcleo de pesquisas extraordinário (KOYAMA, 2015, p. 43).

Desse modo, além dos benefícios didáticos para os alunos na inserção dos arquivos nas escolas, como já foi mencionado anteriormente, a instituição arquivística terá bons retornos com as atividades educativas, já que “tais ações carregam a possibilidade de ampliação do público frequente, o reconhecimento de sua importância para a sociedade e a manutenção do patrimônio sob sua tutela” (GOMES; PINTO, 2018, p. 101). O mesmo pode ser observado nas considerações de Hendry (apud KOYAMA, 2015, p. 49), que apresenta o resultado que é esperado com a aproximação dos arquivos com as escolas. Para o autor,

o crescente uso de documentos primários por estudantes do ensino fundamental e médio oferece uma excelente oportunidade aos arquivistas de educar futuros tomadores de decisão sobre a riqueza guardada nos arquivos da nação e de sua importância para a compreensão de sua história. Na medida em que temas arquivísticos continuam a aparecer no noticiário da noite, da

reclassificação dos documentos históricos no Arquivo Nacional à destruição de acervos pelo furacão que devastou a costa do Golfo, está ficando mais claro do que nunca que muitas questões arquivísticas são tópicos importantes de política pública. Qual a melhor maneira de garantir que os responsáveis pelas decisões políticas e os eleitores de amanhã sejam tanto pensadores críticos como também sensíveis às preocupações com os arquivos, do que apresentá-los em uma idade precoce para a utilidade dos arquivos?

Assim, conectar os arquivos às escolas possibilitará ampliar o público que frequenta e reconhece a importância dos arquivos. Isso é essencial para obter o suporte social e assegurar a existência e a continuidade dos acervos. Para Koyama (2015, p. 50-51) “essa ampliação traria a garantia de continuidade de recebimento de recursos financeiros pelos arquivistas e também a segurança da preservação da documentação arquivística”.

Com isso, vale apresentar também as ações educativas que podem ser efetuadas pelos arquivos:

Visitas; Aulas de história nos arquivos; Atendimento de estudantes isoladamente ou em grupos; Concurso Jovem Historiador; Divulgação de reproduções de documentos e publicações; Exposição de originais no recinto do arquivo; Funcionar como laboratório de pesquisa histórica para universitários e pesquisadores; Estabelecer conexões entre os documentos e os conteúdos curriculares; Ações de conscientização com base nos documentos históricos (projetos que não foram bem planejados/executados, políticas públicas etc.); Campanhas junto aos alunos para a coleta de documentos familiares ou de estabelecimentos comerciais, industriais, esportivos, sindicais ou políticos aos quais seus familiares ou amigos estejam ligados (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 157).

Outro ponto importante são as atividades educativas através das iniciativas de Educação Patrimonial. Conforme Gomes e Pinto (2018, p. 99), a Educação Patrimonial “consiste em um processo permanente, sistemático e com fontes primárias para que ocorra experiência e contato direto, fazendo com que o cidadão se sinta parte integrante do processo”. O trabalho com Educação Patrimonial possibilitará que o indivíduo seja empoderado “no sentido de criar uma consciência voltada para preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem” (GOMES; PINTO, 2018, p. 99).

A Educação Patrimonial auxiliará no reconhecimento da sociedade com os arquivos, já que ela “é uma ação educativa que visa, valendo-se de metodologia específica, utilizar o objeto cultural, como um arquivo, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem para os sujeitos” (RODRIGUES; GOMES, 2021, p. 67). A Educação Patrimonial possibilitará que os arquivos não sejam mais “vistos como depósitos de papéis velhos, comumente chamados de ‘arquivo morto’ ou ‘arquivo inativo’, um local que não se quer ir” (GOMES; PINTO, 2018, p. 100), mas sim como um local de troca de conhecimento e aprendizagem e/ou um espaço de lazer.

2.1.3.1 O papel do arquivista nas práticas de difusão educativa

O entendimento do arquivista com relação ao seu papel enquanto mediador da informação aos usuários também é extremamente significativo na construção social dos arquivos. É necessário que este profissional realize uma educação problematizadora e libertadora, conforme as concepções de Paulo Freire. Ao realizar um paralelo entre as ideias de Freire e as ações realizadas nos arquivos, podemos considerar o arquivista como o educador, já que existe uma função pedagógica inerente na troca de conhecimento que se estabelece no decorrer das ações educativas, além do arquivista ser o profissional que conhece os arquivos onde trabalha. Por outro lado, o educando pode ser apontado como o usuário que vai ao arquivo com o intuito de encontrar alguma informação de que necessita ou para participar de alguma atividade educativa. Neste contexto, ambos crescem juntos através do diálogo e não existem mais os argumentos de autoridade.

Conforme Pizani e Oliveira (2017, n.p), na concepção de Freire

o professor deve propor uma educação problematizadora, que leve o educando ao desvelamento do mundo e da realidade. A educação problematizadora proposta por Freire, leva o educando ao desafio, e quanto mais o fazem, provocam novos desafios. Nesse sentido o professor também é desafiado, pois o mesmo não é o único detentor do conhecimento e deve buscar manter a característica de um constante pesquisador.

Assim, fica clara a relação entre o professor e o arquivista, já que este último deve instigar os usuários que frequentam os seus acervos a problematizarem as informações que encontram nos documentos. Assim, é possível que tanto o consulente quanto o profissional sejam desafiados, e, conseqüentemente, assim como o professor, o arquivista se torna ‘um constante pesquisador’.

É primordial que a função didática esteja presente nos arquivos e se constitua em uma função a ser desempenhada pelos arquivistas. Conforme Bellotto (2006, p. 232), o que falta “é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística”. Assim, “é preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais” (BELLOTTO, 2006, p. 232)

É necessário que nos arquivos também exista a mediação pedagógica, que segundo Santos Neto e Bortolin (2020, p. 150) é “quando os arquivistas ensinam e aprendem com a comunidade e vice-versa. Os cidadãos poderiam assim, reconhecer a presença/importância do arquivo em

suas vidas”. Com isso, é essencial mencionar que um diálogo “carregado de significações, amor, respeito e fé nos homens é o caminho para um processo de ensino e aprendizado eficaz e eficiente, capaz de proporcionar a transformação social e cultural dos indivíduos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Para Ocaña Lacal (2012) o arquivista é considerado a peça-chave num sistema transparente. Esses profissionais estão deixando, gradativamente, de ser considerados como meros guardiões “do passado para então localizá-los como mediadores ativos e conscientes de seu papel de formadores da memória coletiva da sociedade. Memória essa que tem propósitos variados, como o de proteção da cidadania, do cidadão e dos direitos humanos” (ASSIS, 2017, p. 50).

Moraes (2019) apresenta a perspectiva de Feuerstein, que em 1980 mencionou a impossibilidade do profissional da informação em ser neutro. O arquivista enquanto mediador, segundo a concepção de Feuerstein, deve seguir 3 critérios universais para a realização da mediação: “a) intencionalidade e reciprocidade; b) significado e c) transcendência” (MORAES, 2019, p. 75). Assim, conforme a autora,

a falta de mediadores com intencionalidade, que se coloquem entre o sujeito e o mundo, auxiliando-o em suas buscas e apropriações de informação provoca a alienação do sujeito da sua cultura. E aqui reafirmamos a impossibilidade de uma atuação neutra dos profissionais da informação, haja vista que as atividades de seleção, organização e mediação da informação são impossíveis de ser realizadas de forma neutra, uma vez que toda seleção é seleção de alguma coisa que deixa de lado diversas outras, inclusive no mundo informativo-documental (MORAES, 2019, p. 75-76).

Além disso, conforme Duff (2016, p. 172), a missão do arquivista moderno é garantir que as pessoas usem os documentos de arquivo de forma eficiente, sendo o responsável por facilitar a sua utilização. Segundo Jardim e Fonseca (2004), é cada vez mais nítido que os “arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes”. O mesmo pode ser observado em Galdino e Ávila (2012, p. 11, grifo dos autores) que enfatizam que os arquivistas “devem sair do arquétipo ‘**arquivos direcionados para arquivistas**’ para o modelo ‘**arquivos direcionados para os usuários**’”. Com isso, é importante que o profissional repense suas ações e considere esta nova realidade.

Cabe ao arquivista ser o responsável pela comunicação entre o arquivo e a sociedade, bem como, pela promoção de debates sobre diversos assuntos que são necessários na atualidade, visto que “a informação é essencial para uma democracia eficiente e, portanto, efetiva” (HARRIS apud JIMERSON, 2007, p. 20, tradução nossa). No entanto, vale enfatizar que, para que o profissional realize tais ações, é primordial a existência de políticas institucionais efetivas,

desde sua implementação até a avaliação, a fim de buscar ações mais próximas à sociedade, além de apoios financeiros e humanos, por exemplo. Assim, será possível sustentar a execução de atividades voltadas à sociedade.

Desta forma, o arquivista, enquanto ponte entre os documentos e os consulentes, tem um papel importantíssimo para a disseminação da informação. Segundo Santa Anna e Campos (2016, p. 69),

O atendimento prestado ao usuário no intuito de reconhecer sua necessidade informacional e o conhecimento do acervo documentário são requisitos básicos para que a informação seja recuperada e disseminada, exercendo o profissional da informação um papel de mediador entre usuário e informação. Esse atendimento prestado com acolhimento constitui o chamado serviço de referência, que pode ser realizado em qualquer ambiência, desde que envolva práticas de receptividade.

Ainda segundo Jimerson (2007, p. 26, tradução nossa), os profissionais da informação devem se

comprometer com os valores da responsabilidade pública, do governo aberto, da diversidade cultural e da justiça social. Então, os arquivistas podem realmente dizer que estamos garantindo arquivos para todos e empregando nossas habilidades profissionais para promover uma sociedade melhor.

Sendo assim, o arquivista “de hoje, não é mais o ‘guardador de papéis’, ‘o tirador de poeira’, muito menos ‘o dono da informação’ [...]. Em outras palavras, nesta nova realidade estamos diante de um ‘mediador cultural’” (GALDINO; ÁVILA, 2012, p. 16).

Será por meio da difusão em arquivos, que o profissional poderá não somente promover o espaço físico como também estimular os usuários a se interessarem pelos arquivos. Para Balbino e Chagas (2018, p. 236),

As facetas mais variadas do arquivista, nas instituições em que atuam, os tornam um profissional imprescindível, sendo o concatenador entre os atores e os documentos arquivísticos, o elo entre os que buscam informação registrada e o seu contexto de produção, o facilitador na apreensão de conhecimento baseado em experiências concretas das atividades realizadas em cada organização. O arquivista organiza, reúne, trata, preserva e cria instrumentos para acesso a informação, em qualquer suporte em que ela esteja registrada.

Diante do que foi apresentado nesta seção, fica evidente que é fundamental que os arquivos e os arquivistas, a fim de cumprirem a sua função social, compreendam a relevância de realizar atividades com constância em suas instituições. De acordo com Santos e Borges (2014, p. 314-315), é primordial que não sejam promovidas apenas atividades temporárias, mas também sejam implementados “programas sistemáticos, que consistem na produção contínua

de atividades culturais e educativas capazes de atrair o usuário para o potencial cultural do arquivo”.

3 DIFUSÃO NOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS DO SUDESTE BRASILEIRO

A difusão é essencial na aproximação da sociedade com os arquivos. No entanto, e conforme mencionado acima, é necessário destacar a possibilidade da existência de algumas problemáticas, como a falta de recursos financeiros e recursos humanos que são levantadas por Cabral (2012) como fatores que prejudicam as ações de divulgação dos acervos. As condições precárias de trabalho que fazem parte da realidade laboral brasileira em instituições arquivísticas também devem ser levadas em conta, como a falta de materiais, a falta de espaços de armazenamento adequados e a sobrecarga dos funcionários dos arquivos.

Para que as ações de difusão ocorram, é fundamental que os arquivos possuam setores responsáveis exclusivamente pela disseminação do seu acervo, que tenham como função principal a organização e realização de diversas atividades voltadas para a comunidade. Além disso, é necessário que exista uma política de difusão bem estruturada, que determine as ações que auxiliarão na difusão dos acervos.

Bellotto (2014, p. 40) destaca que a ausência da política de ação cultural, por exemplo, “pode trazer prejuízos políticos e científicos para o arquivo. Só dentro dessa proporcionalidade e adequação é que as iniciativas culturais serão louváveis”. Se o arquivo

Engajar-se em políticas públicas que incluam programas de cooperação com as escolas, estará construindo uma incomparável aura de excelência às suas funções precípuas, contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade. (BELLOTTO, 2014, p. 142)

Ou conforme indica Barbosa e Silva (2012, p. 62)

Se é a partir de políticas de difusão que um arquivo faz chegar ao cidadão sua riqueza documental; se é por meio da difusão, e das ações educativas promovidas, que o cidadão interage com o patrimônio documental de um arquivo; se é a difusão o elo do arquivo com a sociedade, entendemos que deve haver uma política institucional comprometida com as ações que envolvem essa faceta da instituição arquivística, removendo-a, tanto na prática quanto na teoria, do rol de ações secundárias.

É, portanto, de suma importância que haja uma política institucional que permita uma sólida estrutura, com o intuito de realizar atividades sistemáticas nos arquivos, orientados a questões sociais e de difusão dos arquivos, bem como a utilização do marketing, a criação e

promoção de produtos e serviços para seus usuários. De acordo com Gomes e Pinto (2018, p. 113) é evidente

que as ações educativas só atingirão seu objetivo real com a definição de políticas explícitas voltadas para uma educação que valorize o seu patrimônio, neste caso, por uma educação arquivística. Nesse sentido, a prática apenas não é suficiente para se sustentar, é necessário um conjunto consolidado e bem definido de políticas capazes de introduzir e fortalecer a permanência de tais ações. É importante salientar que uma política de educação não está voltada apenas para a relação arquivo e escola, mas, de modo geral, para ações que refletem o compromisso da educação, independente do público. Quando falamos de política de educação, esta deve estar atrelada às práticas que estimulem ao cidadão compreender a importância da instituição e de seu acervo (GOMES; PINTO, 2018, p. 113).

A seguir serão apresentadas as instituições a serem analisadas e será apontado seu histórico e o setor responsável pelas ações de difusão delas, com base na estrutura e na competência dos arquivos. Em seguida, serão identificados os sites oficiais utilizados para divulgação das mesmas em formato online. Posteriormente, será descrita a quantidade de atendimentos ao público que vem sendo feita nas instituições. Também será verificada a existência de políticas que indiquem atividades de difusão no campo empírico. Além disso, para complementar a pesquisa, serão analisados os relatórios de atividades anuais que estão disponíveis em seus respectivos sites.

A análise desses relatórios buscará identificar a inserção das instituições em formato online, ou seja, quais são os sites e as redes sociais utilizados para a difusão do acervo e também constatar a quantidade de atendimentos ao público que vem sendo feita nas instituições. Para a análise dos relatórios, será realizado um recorte entre os anos de 2018 até 2021. Assim é possível ter um panorama de como essas instituições se portaram dois anos antes da pandemia (2018 e 2019) e com a pandemia (2020 e 2021), momento em que foi necessário realizar algumas mudanças na forma de difundir os acervos, já que diversas atividades presenciais foram suspensas.

É importante também mencionar que as informações não encontradas nos meios indicados anteriormente, foram solicitadas às instituições via e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão). Sendo assim, através da análise desses materiais, será possível compreender onde essas instituições se inserem, como se organizam e identificar as mudanças necessárias que ocorreram nos últimos anos para difundir cada vez mais os acervos.

3.1 Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

O APESP foi criado em 1892, conforme mencionado no website oficial da instituição³. Vinculado à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, o acervo possui aproximadamente 25 milhões de documentos textuais, 3 milhões de documentos cartográficos e iconográficos, 45 mil volumes de livros, cerca de 6 mil títulos de jornais e 2 mil títulos de revistas.

A instituição tem como responsabilidade elaborar e implementar a política estadual de arquivos, a gestão de documentos e garantir o acesso aos documentos públicos do estado. Além disso, deve assegurar a transparência das ações realizadas pelo estado, a memória da administração pública e os interesses da população.

De acordo com o Decreto Nº 54.276, de 27 de abril de 2009, que reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas, cabe ao Arquivo Público do Estado de São Paulo:

- I - formular e implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da difusão do patrimônio documental do Estado, garantindo pleno acesso à informação, com vista a:
 - a) subsidiar as decisões governamentais;
 - b) apoiar o cidadão na defesa de seus direitos;
 - c) incentivar a produção de conhecimento científico e cultural;
- II - orientar o desenvolvimento, a implementação e o aperfeiçoamento contínuo de sistema informatizado unificado de gestão arquivística de documentos e informações, em conformidade com a política estadual de arquivos (SÃO PAULO, 2009, Art. 2º).

A seguir será apresentado o organograma da instituição, com base nas informações disponibilizadas no site⁴ do arquivo, realizando um recorte no Departamento de Preservação Difusão do Acervo, identificado como o departamento responsável pelas ações de difusão do APESP.

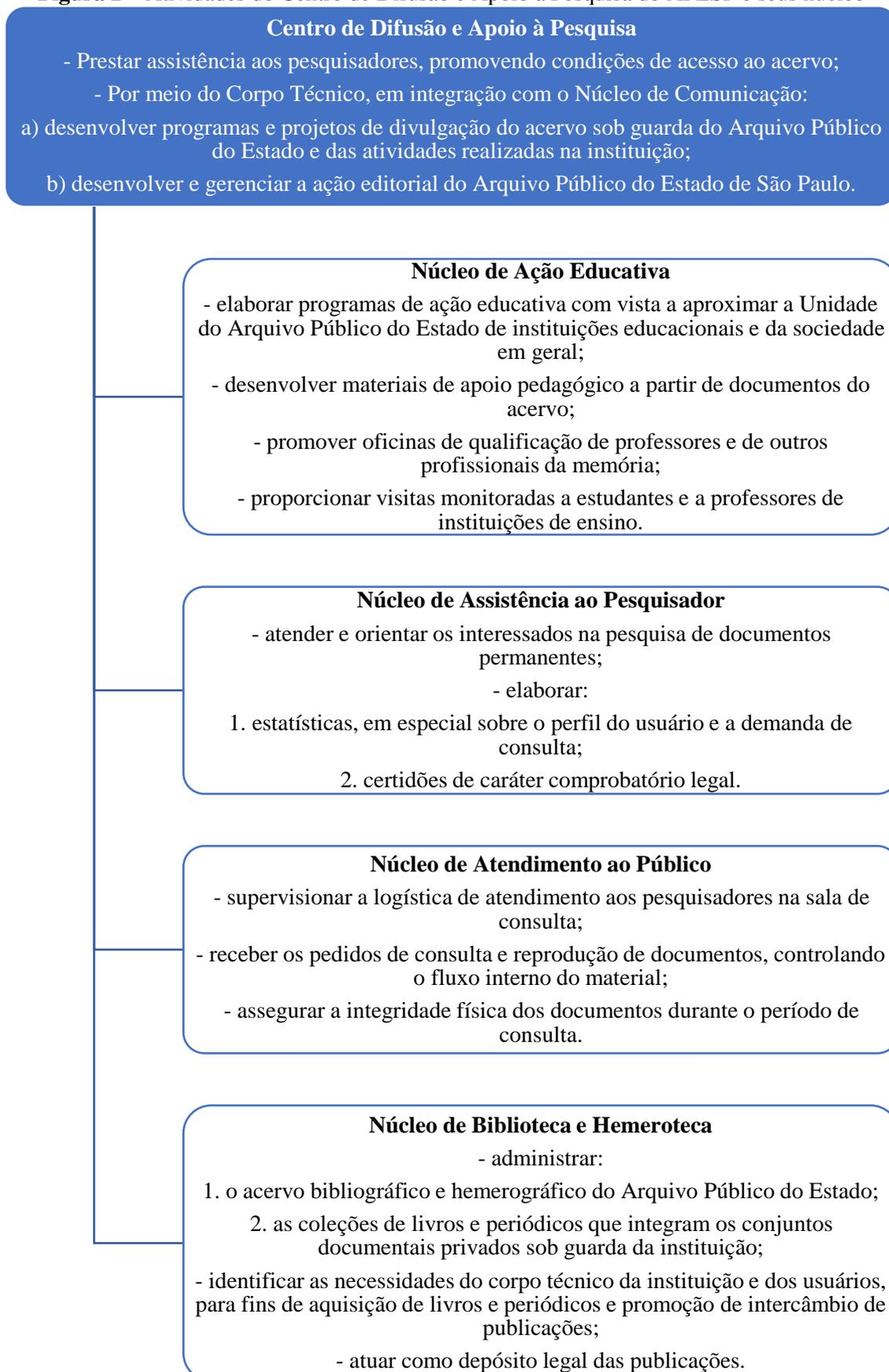
³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/quem_somos/organograma. Acesso em: 19 set. 2021.

Figura 1 – Organograma do APESP

Fonte: elaborado pela autora com base no site da instituição.

Ao analisar o organograma, foram selecionados o Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa, bem como, os seus Núcleos, para identificação das suas atribuições, como apresentado a seguir.

Figura 2 – Atividades do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP e seus núcleo

Fonte: elaborado pela autora com base no site da instituição.

É possível perceber, portanto, que o Núcleo de Ação Educativa é o responsável pelas ações que se relacionam com este trabalho, já que realizam atividades que visam aproximar o Arquivo das instituições educacionais e também da população em geral. No que diz respeito à política de difusão, foi localizado no site oficial da instituição, o Plano Diretor do APESP⁵. Este documento, publicado em 2019, tem como objetivo orientar as estratégias de atuação e promover o fortalecimento da instituição a longo prazo. Além disso, nele são apresentadas 9 políticas, dentre elas a Política de Potencialização das Ações de Difusão. Nesta política são indicados os objetivos, as diretrizes, os produtos e os públicos de difusão, bem como, a política editorial e a agenda anual de difusão do APESP.

Outro ponto necessário a ser mencionado é a respeito da inserção do APESP em formato online. A instituição conta com dois websites disponíveis: o antigo, que ainda pode ser acessado, e o atual, que tem sido atualizado mais constantemente. Além disso, algumas redes sociais são utilizadas pela instituição, como o Facebook, o Instagram, o Twitter e o YouTube. As ferramentas online (os sites e as redes sociais) são opções disponíveis que podem auxiliar na divulgação e transmissão de diversas informações, inclusive alcançando pessoas de diversas localidades.

Para entender a importância do APESP para a sociedade, é relevante apresentar os números do atendimento que a instituição realizou nos últimos anos. Foram utilizados para análise os Relatórios de Atividades publicados pelo Arquivo, com o recorte entre os anos de 2018 até 2021, para averiguar o acesso do público (seja de forma presencial, seja de forma online), conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Relatório de atividade	Números de atendimentos ao público
2018	43.396 pessoas, sendo 1.468 consulentes presenciais; 12.799 consultas para certidões; 1.426 em visitas técnicas/monitoradas; 171 nas exposições físicas; 13.878 nas exposições virtuais; 1.980 participantes de cursos, palestras, oficinas; 8.733 por e-mail; 2.847 telefônicos; 94 fins jurídicos. Emissão de 6.924 certidões, sendo 6.855 certidões de Imigração, 44 certidões de inteiro teor de

⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/quem_somos/plano_diretor. Acesso em: 02 out. 2021.

	registros de terra, autos cíveis e outros e 25 certidões de nascimento na Maternidade São Paulo. Site do APESP e redes sociais: 468.870 visitantes no site, 2.879 atendimentos por rede; 15.979 visualizações no canal APESP no YouTube; 59.580 seguidores no Facebook, 4.685 no Instagram, 28.500 no Twitter. 5 transmissões ao vivo pela internet, com 7.000 visualizações; 71 matérias.
2019	48.985 pessoas, sendo 3.062 consulentes presenciais; 11.821 consultas para certidões; 1.572 em visitas técnicas/monitoradas; 655 nas exposições físicas; 17.831 nas exposições virtuais; 1.800 participantes de cursos, palestras, oficinas; 10.209 por e-mail; 1.976 telefônicos; 59 fins jurídicos. Emissão de 1.859 certidões, sendo 1.792 certidões de Imigração, 49 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros e 18 certidões de prontuários da Maternidade São Paulo. Site do APESP e redes sociais: 244.511 visitantes no site, 4.069 atendimentos por e-mail e redes sociais; 15.500 visualizações no canal APESP no YouTube; 1.010 seguidores no YouTube; 60.263 seguidores no Facebook, 8.800 no Instagram, 27.500 no Twitter. 4 transmissões ao vivo pela internet e 3 vídeos produzidos, com 11.140 visualizações. 42 notícias.
2020	73.910 pessoas, sendo 440 consulentes presenciais; 8.559 consultas para certidões; 112 em visitas técnicas/monitoradas; 107 nas exposições físicas; 48.313 nas exposições virtuais; 7.068 participantes de cursos, palestras, oficinas; 8.780 por e-mail; e 531 telefônicos. Emissão de 1.481 certidões, sendo 1.337 certidões de Imigração, 5 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros e 139 certidões e cópias certificadas para fins jurídicos. Site do APESP e redes sociais: 233.148 visitantes no site e 1.431.748 visualizações de páginas; 3.013 atendimentos (sendo 2.798 do fale conosco, 83 atendimentos gerais no e-mail da Comunicação, 16 atendimentos de jornalistas e 116 atendimentos via redes sociais); 24.971 visualizações no canal APESP no YouTube; 2.076 seguidores no YouTube; 62.707 seguidores no Facebook, 15.960 no Instagram, 28.109 no Twitter e 510 no

	Linkedin. 5 transmissões ao vivo pela internet com 9.749 visualizações e 24 vídeos produzidos com 4.794 visualizações, além de 30 notícias.
2021	72.367 pessoas, sendo 213 consulentes presenciais; 10.746 consultas para certidões; 917 em visitas técnicas/monitoradas; 13.424 nas exposições virtuais; 28.953 participantes de cursos, palestras, oficinas; 15.103 por e-mail; 1.742 telefônicos; e 1.269 pelo WhatsApp do Arquivo. Emissão de 1.862 certidões, sendo 1.574 certidões de Imigração, 55 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros, 217 certificações, 4 certidões por extrato, 12 certidões negativas e 8.918 cópias certificadas. O site do APESP e redes sociais: 704 publicações em redes sociais; 35.591 visualizações no canal APESP no YouTube e 4.115 seguidores. 3.333 atendimentos eletrônicos (fale conosco, e-mail da Comunicação e canais do APESP nas redes sociais). O Facebook alcançou mais de 55.000 pessoas, através de 106 novas publicações e a conta no Instagram interagiu com mais de 12.000 pessoas e realizou 62 publicações

Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório da instituição.

É possível observar que o número de atendimentos presenciais teve uma queda exponencial a partir de 2020. Isto se deve, provavelmente, em virtude da paralização das atividades presenciais em decorrência da pandemia da COVID-19. Outro ponto que vale destaque, pelo mesmo motivo apontado anteriormente, são os dados sobre as visitas às exposições físicas. Em 2020, o número de pessoas que estiveram presentes nestas exposições diminuiu bastante e, no ano seguinte, esta informação nem foi apresentada pela instituição. Acredita-se que isso ocorreu pelo fato de o Arquivo não ter recebido visitas presenciais ainda naquele ano.

Em contrapartida, constata-se um aumento na utilização das redes sociais, como por exemplo, as visualizações no Youtube, a produção de vídeos e publicações nas redes por parte da instituição. Assim, fica evidente que o APESP enfrentou alguns desafios, em virtude da pandemia, e precisou investir em novas formas de atividades para alcançar o cidadão.

3.2 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)

De acordo com o site oficial do APEES⁶, o Arquivo, atualmente subordinado à Secretaria de Estado da Cultura, foi criado em 18 de julho de 1908, tendo sido denominado inicialmente Archivo Público Espírito-Santense. Ainda no site é possível encontrar as competências da instituição, que consistem em

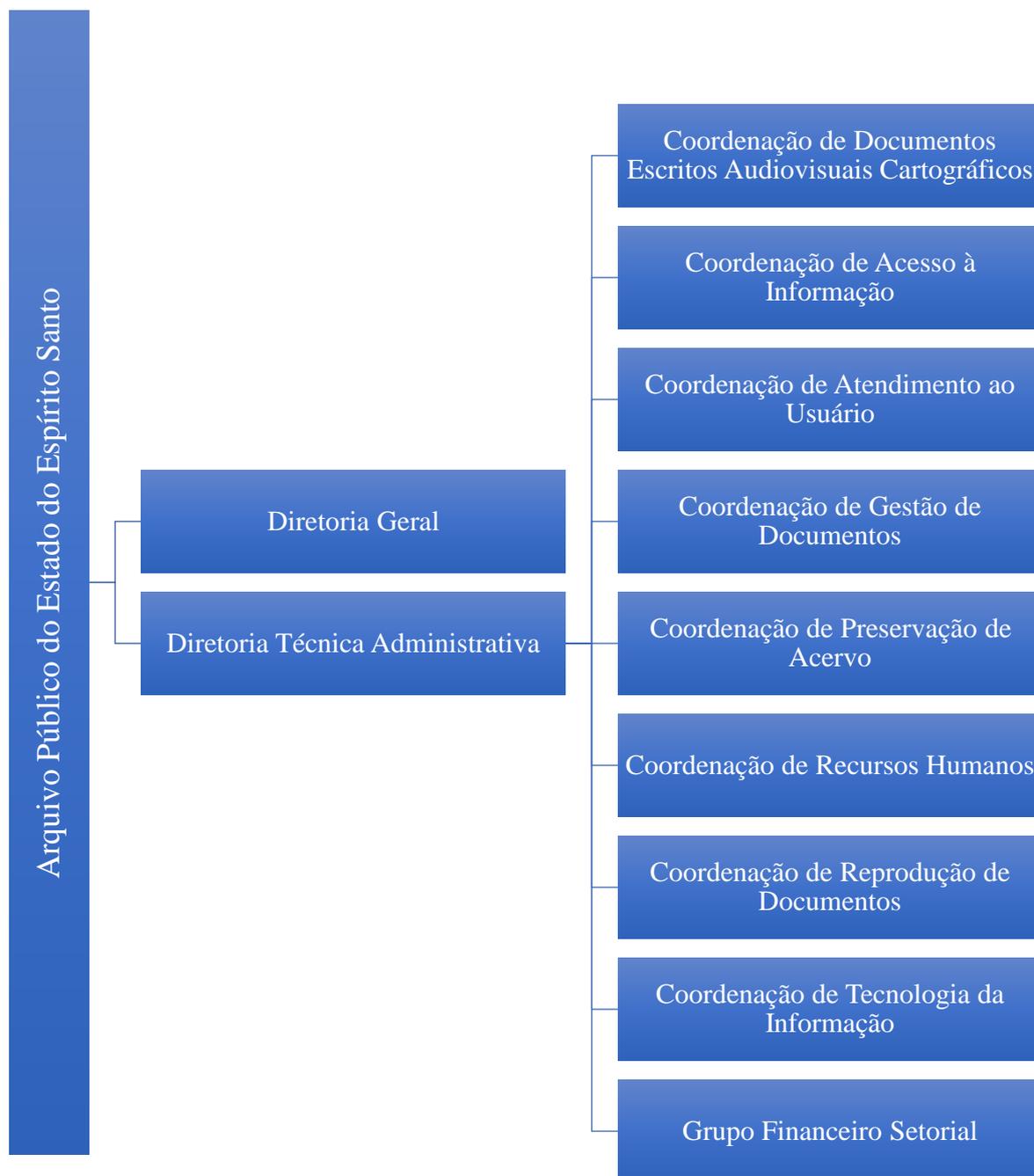
- coordenar as atividades de destinação final dos documentos, produzidos e recebidos pela administração pública estadual, em decorrência do cumprimento de seus objetivos institucionais;
- autorizar a eliminação dos documentos públicos, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os quais cumpriram seus valores legais/administrativos, estabelecidos em tabela de temporalidade;
- propor normativos e procedimentos técnicos necessários à execução da gestão documental, bem como gerenciar o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo - Proged;
- promover a preservação e o acesso aos documentos permanentes sob a sua guarda;
- arranjar e descrever documentos de arquivo, independente do suporte, com base nas metodologias arquivísticas, com a elaboração e disponibilização de instrumentos de pesquisa;
- realizar atividades de transcrição de documentos, com a emissão de certidões de inteiro teor;
- executar a reprodução de documentos, em diversos suportes, tais como microfiches, negativos, papel, mídias digitais, conforme a demanda dos consulentes, bem como preservar os suportes originais e facilitar a difusão dos mesmos;
- realizar o tratamento documental adequado, com o objetivo de garantir a conservação dos documentos históricos sob sua guarda;
- executar a restauração, higienização e acondicionamento, bem como acompanhar as ações de manuseio e reprodução dos documentos, visando à manutenção adequada dos suportes originais;
- apoiar pesquisas histórico-culturais estimulando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo;
- manter aberta ao público a Sala de Consultas, em dias e horários predefinidos, para recepção, orientação e a realização de pesquisas nos documentos da instituição;
- orientar os pesquisadores quanto aos procedimentos de pesquisa, utilização dos equipamentos e documentos; as solicitações de serviços, incluindo-se o atendimento à distância;
- gerenciar a coleção de obras da biblioteca de apoio;
- realizar atividades de Mediação Cultural, como: exposições, publicações de livros, revistas, dentre outros produtos e eventos, com vistas à divulgação do acervo, promovendo a história e a cultura capixaba;
- manter atualizadas as bases de dados nas páginas da instituição na internet, com a inserção de novas informações e publicações de documentos digitalizados, além da divulgação das atividades do órgão nas redes sociais

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

oficiais, contribuindo para promoção do acesso às informações e a transparência institucional.

Diante das atividades mencionadas anteriormente, destacam-se, no contexto deste trabalho, as ações de mediação cultural. Para compreender ainda melhor a instituição, é importante verificar também o organograma da mesma.

Figura 3 – Organograma do APEES



Fonte: elaborado pela autora com base no site da instituição.

Sobre as atividades de difusão, não fica evidente, tendo como base o organograma, qual seria o setor responsável por elas. Então, através da Lei Complementar Nº 370, de 29 de junho

de 2006, que reorganiza o Arquivo Público Estadual - APE e dá outras providências, vale destacar a competência de duas Coordenações: a) da Coordenação de Acesso à Informação e b) da Coordenação de Atendimento ao Usuário. A primeira tem como competências:

apoiar as pesquisas histórico-culturais visando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo; auxiliar na construção de instrumentos de pesquisa; gerenciar a coleção de obras da biblioteca de apoio; organizar exposições e outros eventos de divulgação do acervo; outras atividades correlatas (ESPÍRITO SANTO, 2006, Art. 12).

E a Coordenação de Atendimento ao Usuário visa

orientar os usuários quanto à realização de consultas e pesquisas do acervo do APEES; orientar os pesquisadores quanto aos procedimentos de pesquisa e utilização dos equipamentos; administrar o cadastro de usuários e as solicitações de serviços incluindo-se o atendimento à distância; outras atividades correlatas (ESPÍRITO SANTO, 2006, Art. 13).

De acordo com estas informações, é possível perceber que a Coordenação de Acesso à Informação é a responsável pela difusão do acervo, visto que realiza atividades voltadas para a sociedade. É necessário mencionar também que a Coordenação de Atendimento ao Usuário, em virtude de estar à frente do auxílio do atendimento ao usuário, também possui sua relação com a difusão do acervo do APEES, já que é a ponte entre a população e os documentos.

Apesar da existência dessas duas Coordenações, nada é mencionado sobre as ações educativas. Um setor dentro de uma dessas coordenações, que seja responsável exclusivamente pelas atividades educativas, é essencial. Assim, será possível concentrar profissionais que se dedicarão a pensar, planejar e executar atividades educativas nos ambientes dos arquivos e fora deles.

Sobre a inserção do Arquivo em formato online, a instituição é responsável por três páginas na internet que auxiliam no atendimento ao público, como indicado no Relatório de Gestão de 2020. São esses: 1) o site oficial do APEES⁷, que está disponível desde 1998; 2) a página sobre as entradas de imigrantes no Espírito Santo⁸, disponível desde 2008; e 3) a página sobre o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo (PROGED)⁹, disponível há mais de dez anos.

Além das páginas mencionadas anteriormente, o APEES também colaborou com outros sites, como o que se destinada especificamente para a produção, publicação e acesso à Revista

⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/>. Acesso em: 05 out. 2021.

⁸ PROJETO IMIGRANTES - APEES. Disponível em: www.imigrantes.es.gov.br. Acesso em: 05 out. 2021.

⁹ PROGED. Disponível em: www.proged.es.gov.br. Acesso em: 05 out. 2021.

do APEES¹⁰, através do software online *Open Journal System – OJS*. No portal Memórias Reveladas¹¹, em parceria com o Arquivo Nacional, o APEES inseriu documentos microfilmados e digitalizados relativos ao Fundo DOPS, reunidos durante a Ditadura Civil Militar. E a página do projeto *Family Search*¹² foi alimentada com alguns documentos do Arquivo, digitalizados em 2019 (aproximadamente 2,2 milhões de páginas), realizada em parceria com a Associação Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

A instituição também possui algumas redes sociais que auxiliam na divulgação e comunicação com os cidadãos: o Facebook institucional, o Facebook do Projeto Imigrantes, o Instagram e o YouTube. Diante disso, serão apresentados a seguir os números de atendimentos aos usuários, presenciais ou à distância, que o APEES realizou entre 2018 e 2021, conforme dados apresentados nos Relatórios de Gestão.

Quadro 4 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Relatório de atividade	Números de atendimento ao público
2018	Na sala de consulta foram atendidas 2.040 pessoas. Além disso, o APEES recebeu 55 visitas escolares e universitárias, totalizando 859 alunos participantes. Foram realizadas 182 solicitações de reprodução de documentos e emitidos 681 Registros de Entrada do Imigrante na sede da instituição, tendo sido 424 enviados pelos Correios. É importante mencionar que 1.302 Registros foram entregues nas ações do Arquivo Itinerante ¹³ .
2019	Na sala de consulta foram atendidas 1.876 pessoas. Além disso, o APEES recebeu 73 visitas escolares e universitárias, totalizando 1.222 alunos participantes. Foram realizadas 242 solicitações de reprodução de documentos e emitidos 492 Registros de Entrada do Imigrante na sede da instituição, tendo sido 374 enviados pelos

¹⁰ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/index>. Acesso em: 30 out. 2021.

¹¹ MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em: www.memoriasreveladas.gov.br. Acesso em: 30 out. 2021.

¹² FAMILY SEARCH. Disponível em: familysearch.org. Acesso em: 30 out. 2021.

¹³ Ação que percorre, com uma van adaptada como escritório móvel, o interior do Estado para atendimento ao público, a fim de viabilizar o acesso àqueles que não podem pesquisar diretamente no APEES ou na web, visando atender os descendentes de imigrantes e demais interessados em conhecer a história da imigração em território capixaba.

	<p>Correios. É importante mencionar que 3.508 Registros foram entregues nas ações do Arquivo Itinerante.</p>
2020	<p>Presencialmente foram atendidas 637 pessoas. O APEES recebeu 4 visitas escolares, totalizando 54 alunos (visitas realizadas até o início do mês de março, antes das medidas de prevenção à Covid-19). Foram realizadas 118 solicitações de reprodução de documentos e emitidos 184 Registros de Entrada do Imigrante de forma presencial, tendo sido 435 enviados pelos Correios. Também foram emitidas 8 certidões de inteiro teor. Além disso, foram respondidos 4.005 e-mails. Foram 75.059 acessos ao site institucional e 5.009 acessos à página do PROGED. A página do Projeto Imigrantes teve, aproximadamente, 63.000 acessos. No Facebook institucional foram elaborados 161 posts e a página finalizou o ano com 9.773 seguidores. Já o Facebook Projeto Imigrantes elaborou 81 posts, com alto índice de visualização e compartilhamento. Uma das publicações atingiu 178 mil interações. A página finalizou o ano com 5.800 seguidores. No Instagram, o APEES publicou 99 posts e a página finalizou o ano com 2.481 seguidores. Por fim, no YouTube foram inseridos oito novos vídeos, em formato inicial de <i>live</i>. A página finalizou o ano com 462 inscritos.</p>
2021	<p>Presencialmente foram atendidas 663 pessoas. Foram realizadas 114 solicitações de reprodução de documentos e emitidos 251 Registros de Entrada do Imigrante de forma presencial, tendo sido 362 enviados pelos Correios e 131 enviados por e-mail. Também foram emitidas 15 certidões de inteiro teor. Além disso, foram respondidos 4.524 e-mails. Foram 82.749 acessos ao site institucional. No Facebook institucional foram elaborados 115 posts e a página finalizou o ano com 10.700 seguidores. Já o Facebook Projeto Imigrantes elaborou 40 posts e recebeu, aproximadamente, 1.250 seguidores no decorrer do referido ano. No Instagram, o APEES publicou 99 posts e a página finalizou o</p>

ano com 3.352 seguidores. Por fim, no YouTube foram inseridos três novos vídeos. A página finalizou o ano com 554 inscritos.

Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório da instituição.

É necessário enfatizar que os números referentes ao acesso às redes sociais só constam nos Relatórios de 2020 e de 2021. Provavelmente essa preocupação em contabilizá-los a partir de 2020 esteja relacionado ao contexto da pandemia da COVID-19, em virtude de os acessos presenciais estarem interrompidos e as redes sociais serem uma das alternativas encontradas pela instituição para realizar as atividades de difusão.

Pelo mesmo motivo de prevenção, a fim de evitar a proliferação da pandemia, alguns atendimentos não foram possíveis de serem realizados em 2020, como o Arquivo Itinerante. As visitas escolares também não ocorreram na instituição em 2021, já que foram suspensas desde março de 2020. Por esta razão, tal dado não foi contabilizado para elaboração do último ano de análise do quadro.

É interessante mencionar que em 2021 a instituição implementou uma nova forma de envio de Registro de Entrada do Imigrante, que antes era apenas presencialmente ou via correio, e agora é possível também ser recebido em formato digital, através do e-mail. De acordo com a informação disponível no Relatório de Gestão de 2021, tais Registros digitais começaram a ser emitidos a partir de 15 de setembro de 2021.

Fica evidente, portanto, que algumas mudanças foram necessárias e, conseqüentemente, implementadas, com o intuito de atender a população. Os obstáculos enfrentados a partir de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, fizeram com que o APEES, assim como indicado na análise do APESP, precisasse atualizar suas ações a fim de continuar garantindo o atendimento e o acesso dos usuários.

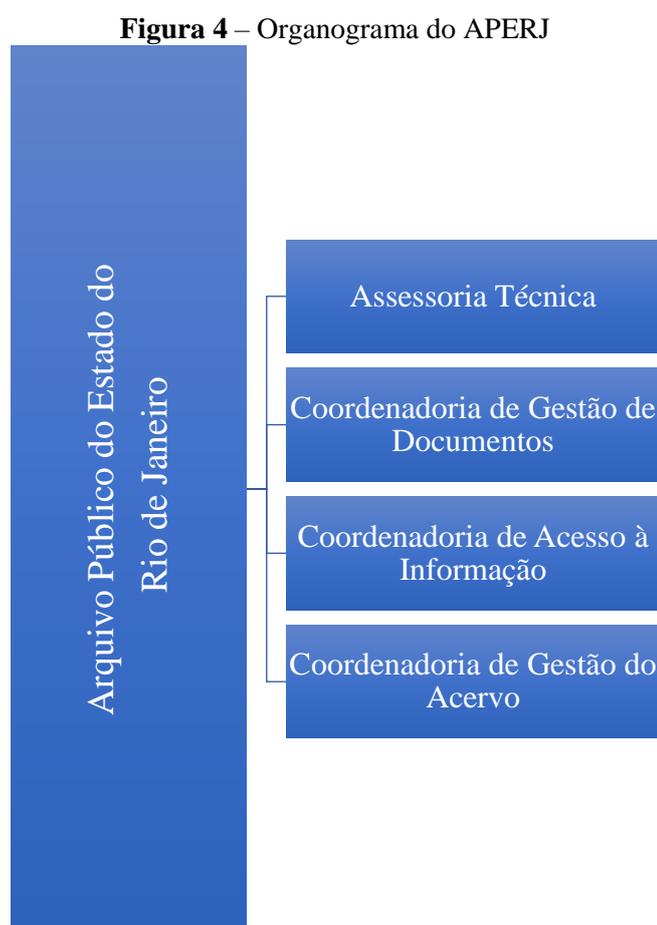
3.3 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Criada em 1931 e com um acervo de cerca de quatro mil metros lineares de documentos relevantes sobre a história do estado do Rio de Janeiro, a instituição encontra-se subordinada à Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme informações que constam no site oficial do Arquivo¹⁴. De acordo com o Regimento Interno do APERJ, anexo à Resolução Casa Civil Nº 339, de 20 de março de 2014, ele tem como finalidade a implementação da

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar a administração pública e a tomada de decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (RIO DE JANEIRO, 2014, Art. 1º, p. 2)

Com base no Decreto Nº 47.674, de 5 de julho de 2021, o APERJ se organiza da seguinte forma.



Fonte: elaborado pela autora com base no site da instituição.

Sobre a estrutura organizacional do Arquivo, a Coordenadoria de Acesso à Informação (cujo nome foi alterado recentemente e que, na fonte de informação¹⁵ pesquisada para a elaboração deste trabalho, se denomina Departamento de Acesso à Informação) é o setor responsável pela difusão do acervo, já que possui como competências (RIO DE JANEIRO, 2014, Art. 11, p. 5-6)

I - apoiar a pesquisa atendendo usuários de modo presencial ou remoto para consulta e leitura de documentos do acervo do APERJ;

¹⁵ Foi informado, via e-SIC, sobre a alteração no nome do setor. Entretanto, as competências se mantiveram as mesmas.

- II - desenvolver programa de comunicação institucional;
- III - coordenar programa de produção editorial;
- IV - implementar programa de atividades de divulgação do acervo do APERJ, por meio da realização de eventos, seminários, cursos, exposições, prêmios e etc.;
- V - difundir o trabalho técnico do APERJ por meio da realização de visitas guiadas e oficinas.

No entanto (assim como foi analisado no APEES), apesar do APERJ possuir uma Coordenação que realiza atividades de difusão, não observamos em seu organograma um setor que se dedica exclusivamente às ações educativas.

O APERJ possui um site oficial com informações sobre a instituição. Nas redes sociais, possui contas no Facebook, Twitter e Instagram. Com publicações e informações sobre o Arquivo, estes canais também são utilizados como fonte de difusão. Sobre o atendimento ao público, este é realizado de forma online e presencial, conforme quadro abaixo.

Quadro 5 – Atendimento ao público do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Relatório de atividade	Números de atendimento ao público
2018	221 cadastros de pesquisador, 908 atendimentos presenciais, 2.946 requisições de documentos para consulta, 261 requerimentos de serviços e 4 visitas técnicas.
2019	185 cadastros de pesquisador, 882 atendimentos presenciais, 1.459 requisições de documentos para consulta, 161 requerimentos de serviços, 13 visitas técnicas, 12 <i>tweets</i> e 34 publicações no Facebook.
2020	189 cadastros de pesquisador, 119 atendimentos presenciais, 257 requisições de documentos para consulta e 91 requerimentos de serviços.
2021	146 atendimentos presenciais e 447 atendimentos online.

Fonte: elaborado pela autora com base no Relatório da instituição e via e-SIC.

Primeiramente, é necessário mencionar que o relatório de atividade do ano de 2021 ainda não estava disponível quando finalizado este trabalho e, por isso, os dados foram solicitados via e-SIC para a instituição. Sendo assim, constatou-se que os números referentes aos atendimentos presenciais tiveram uma diminuição considerável em 2020 e em 2021, se comparado aos anos anteriores, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Outro ponto importante é que somente no relatório de 2019 foram encontradas informações sobre as publicações em redes sociais, ou seja, esses dados não foram localizados

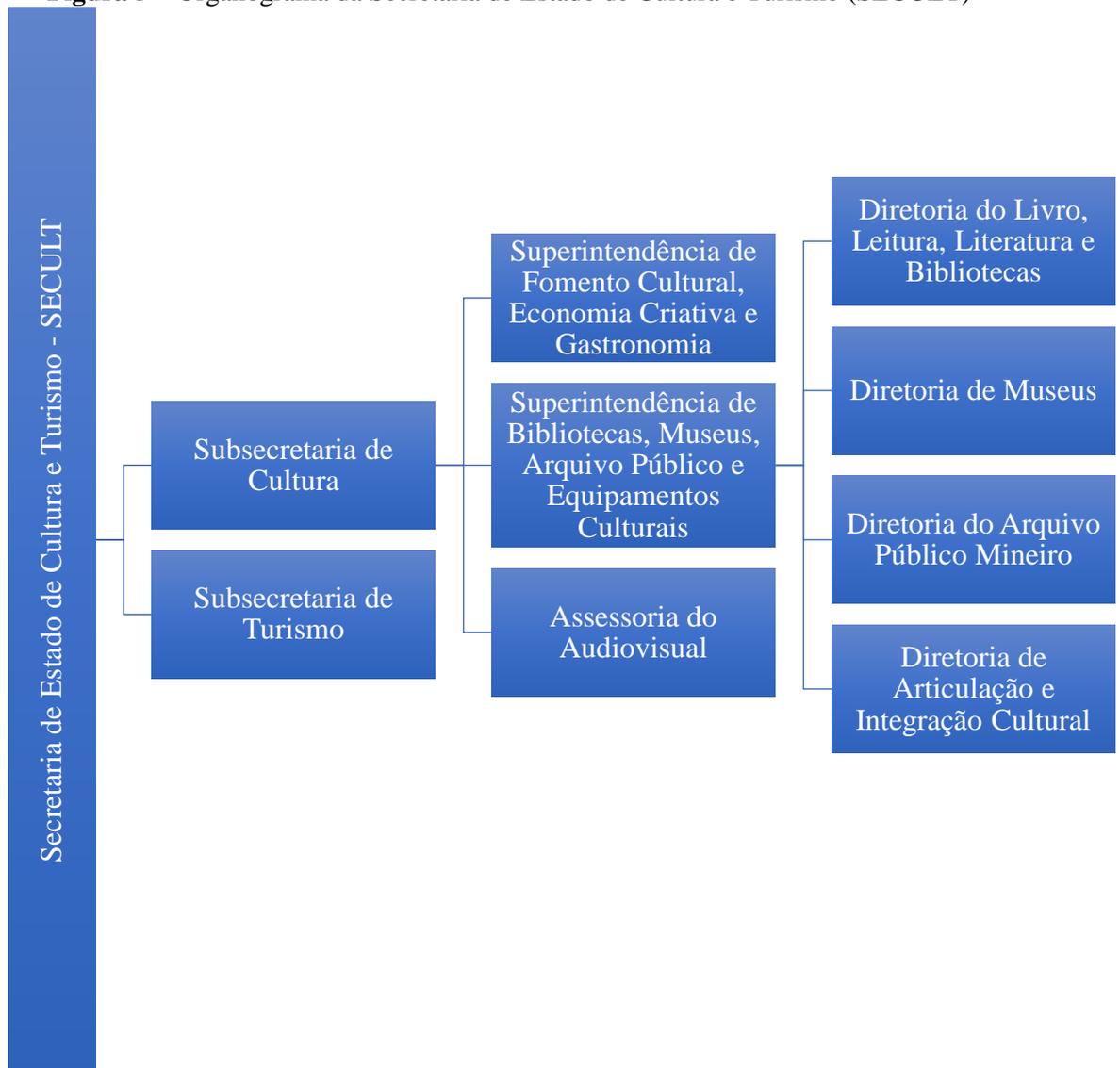
no relatório dos anos de 2018 e de 2020 e também não foi indicado via e-SIC, referente ao ano de 2021. A falta dessa informação, principalmente nos dois últimos anos do recorte cronológico, é uma problemática, já que as redes sociais foram praticamente os únicos meios de interação com os usuários no contexto pandêmico.

3.4 Arquivo Público Mineiro (APM)

O Arquivo Público Mineiro foi criado em 1895 e é considerada a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais. O APM tem como finalidade formular e administrar a gestão de documentos, efetuar o recolhimento, a organização e a preservação dos documentos procedentes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos considerados privados que possuem interesse público e social.

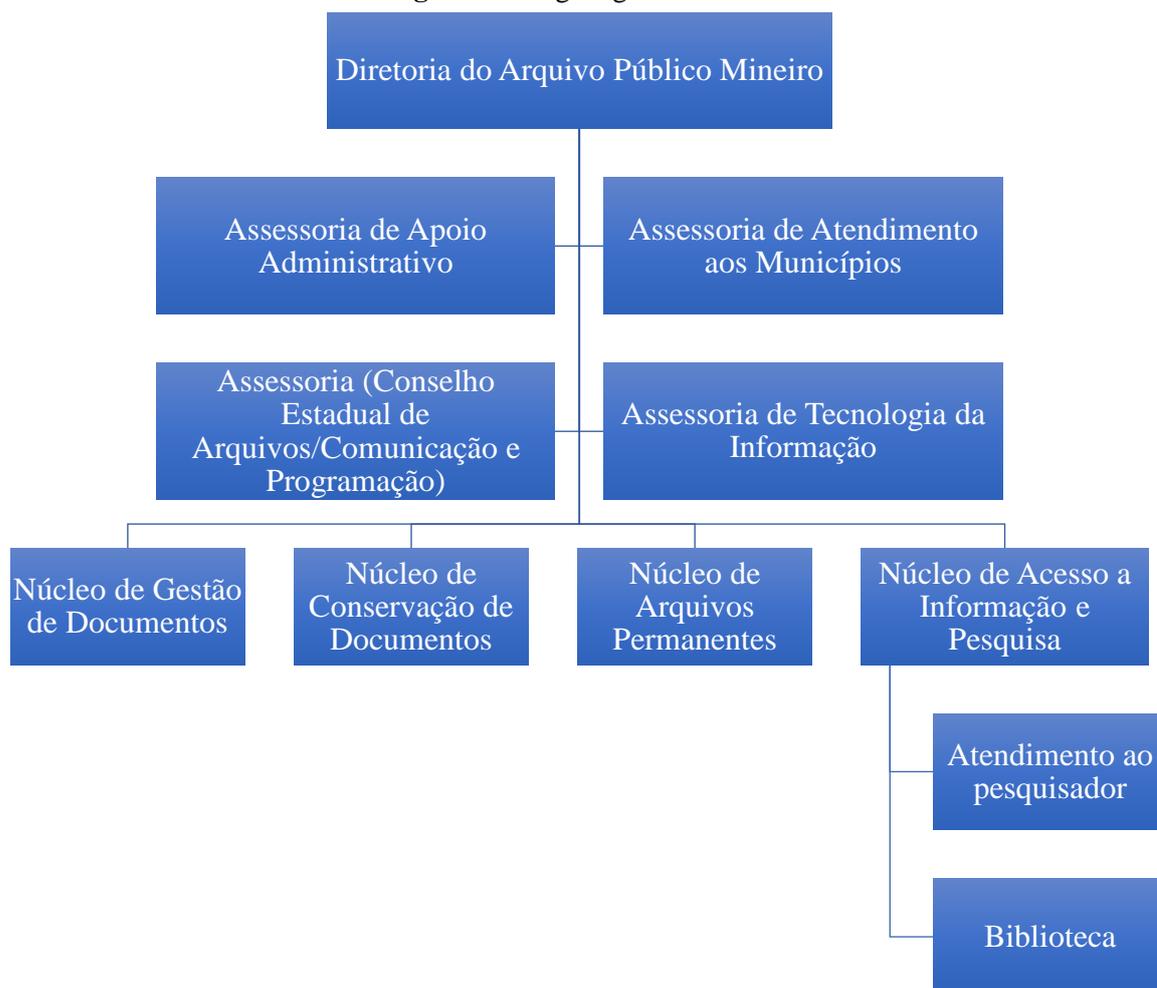
Além disso, o Arquivo encontra-se vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), em razão da fusão das antigas pastas da Cultura e do Turismo no Estado de Minas Gerais, como consta na Lei Estadual 23.304, de 30 de maio de 2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Assim, o APM - ou a Diretoria do Arquivo Público Mineiro - está subordinado à Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais (SBMAE), como ilustrado melhor abaixo.

Figura 5 – Organograma da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT)



Fonte: elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas via e-SIC pela instituição.

Através do contato com a instituição via e-SIC, foi informado que o APM não possui uma estrutura organizacional formal, em virtude de a estrutura orgânica do Estado não prever nível hierárquico inferior à Diretoria. No entanto, foi indicado que a instituição se organiza através de uma estrutura informal, como visto a seguir.

Figura 6 – Organograma do APM

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas via e-SIC pela instituição.

Conforme informado via e-SIC, são consideradas como atribuições do Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa aquelas dispositivos relacionadas às competências do Arquivo Público Mineiro relativas à difusão e democratização do acesso ao acervo sob sua custódia,

Art. 19 – A Diretoria do Arquivo Público Mineiro tem como competência planejar, executar e promover programas de gestão de documentos junto aos órgãos e às entidades do Poder Executivo do Estado; realizar atividades de preservação, restauração, reformatação, organização física e intelectual, descrição e guarda dos documentos públicos de valores probatório e informativo recolhidos e os privados de interesse público e social adquiridos, franquear o acesso e desenvolver as atividades de pesquisa, publicação, divulgação e difusão dos acervos, com atribuições de:

[...]

XIV – estabelecer e promover a política de acesso, difusão e cessão dos acervos e de informação ao público;

XV – supervisionar e executar programas e atividades de apoio à pesquisa e ao acesso aos acervos;

XVI – implementar sistemas de informação de acesso aos acervos;

XVII – proteger a informação sigilosa e pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade e integridade e eventual restrição de acesso;

(MINAS GERAIS, 2019a, Art. 19)

Após consulta, percebe-se que as competências do Núcleo de Acesso à informação e Pesquisa não são claras quanto à prática de ações educativas realizadas pela instituição, além de não existir um setor encarregado exclusivamente por essas atividades (assim como no APERJ e no APEES). No que tange a uma política de difusão voltada especificamente para essas ações, foi mencionado, via e-SIC, que a instituição utiliza o Decreto Estadual 47.768, de 29 de novembro de 2019¹⁶, como substituto desta, por não possuir tal política.

Este Decreto dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo e, com isso, dá diretrizes sobre a atuação do APM. Além disso, o Decreto enfatiza que cabe à Diretoria do Arquivo Público Mineiro, elaborar uma política de difusão e acesso, só que a mesma, na realidade, não se encontra disponível na instituição.

Sobre sua inserção online, o Arquivo não possui necessariamente um site próprio, mas um Sistema de Acesso Integrado do APM¹⁷ (SIAAPM). Este site foi criado com a finalidade de possibilitar a consulta ao acervo em meio eletrônico. Com isso, as informações contidas ali estão voltadas para a recuperação e acesso aos documentos e quase não existem informações sobre ações de difusão da instituição. O único material relacionado a isto, são as publicações da Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM) disponibilizadas neste site. No entanto, é necessário mencionar que a última publicação da Revista encontrada é de 2015.

O site que é utilizado para divulgar eventos ou exposições virtuais organizadas pelo APM é o do SECULT¹⁸, o qual também disponibiliza informações sobre outras instituições, como a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, o Museu Mineiro, entre outras.

Conforme dados enviados via e-SIC, nas redes sociais o Arquivo conta com o Instagram, criado em 2019, e o YouTube, criado em 2020, provavelmente para atender a demanda que se impôs devido ao contexto da pandemia da Covid-19. No entanto, a instituição informou que o perfil no Instagram, apesar de possuir mais de 4 mil seguidores e ser o principal meio de difusão da instituição, teve sua conta bloqueada em abril de 2021, sem mencionar o motivo pelo qual deu-se o bloqueio. Já as transmissões de eventos, através do YouTube, ocorrem em duas contas distintas, a do próprio APM e a do SECULT, sendo que o canal do APM só possui vídeos

¹⁶ MINAS GERAIS. Decreto Nº 47.768, de 29 de novembro de 2019. Assembleia Legislativa: Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47768&comp=&ano=2019>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 03 out. 2021.

¹⁸ SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/>. Acesso em: 03 out. 2021.

antigos, publicados apenas no ano de 2020. O Facebook não é mencionado pela instituição em resposta via e-SIC, mas durante investigação, constatamos a existência desta rede social.

Sobre as visitas guiadas e acessos virtuais, a instituição indicou os seguintes números alcançados entre 2018 e 2021:

Quadro 6 – Atendimento ao público do Arquivo Público Mineiro

Relatório de atividade	Números de atendimento ao público
2018	27 visitas guiadas e 181.981 acessos virtuais, por meio do Sistema de Acesso Integrado do APM (SIAAPM).
2019	30 visitas guiadas e 145.450 acessos virtuais, por meio do Sistema de Acesso Integrado do APM (SIAAPM).
2020	03 visitas guiadas e 180.242 acessos virtuais, por meio do Sistema de Acesso Integrado do APM (SIAAPM).
2021	275.944 acessos virtuais, por meio do Sistema de Acesso Integrado do APM (SIAAPM).

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações disponibilizadas via e-SIC pela instituição.

Em decorrência da pandemia da Covid-19, as visitas guiadas foram suspensas no início de 2020, o que interfere nos números do mencionado ano, com apenas três visitas realizadas, bem como, na ausência dessa informação no ano de 2021, momento em que o Arquivo permaneceu fechado para visitação.

O que se manteve nos quatro anos analisados, foi o acesso ao SIAAPM. Além disso, tal acesso teve um crescimento considerável no último ano analisado, se comparado aos anos anteriores. Isso provavelmente se deve ao fato do acesso pelo site ser o único meio para localizar a informação, em virtude das atividades presenciais estarem suspensas desde 2020.

É importante mencionar que segundo destacado pelo Arquivo, via e-SIC, a contagem do SIAAPM apresentada pela instituição é realizada através de cada sessão, que equivale a um conjunto de ações que o usuário realizou em um período de até 30 minutos, ou até que a página seja inativada.

4 OS ARQUIVOS ESTADUAIS DO SUDESTE BRASILEIRO NAS REDES SOCIAIS

Diante da importância das redes sociais na difusão dos arquivos, conforme já exposto neste trabalho, optou-se por identificar e apresentar os tipos de postagens que são realizadas pelas instituições analisadas nessas redes e verificar a existência ou não de ações educativas nessas publicações. Com isso, foram escolhidos para tal análise o Instagram e o Facebook, em virtude de serem considerados os principais meios de divulgação online.

É importante destacar também que foi realizado um recorte cronológico dos anos de 2020 e 2021, para que fosse possível coletar as informações das redes em um período no qual as instituições arquivísticas mais necessitaram deste serviço para difusão dos seus acervos, uma vez que as visitas presenciais estavam suspensas. Sendo assim, as investigações apresentadas a seguir ocorreram no dia 04 de janeiro de 2022 (Instagram) e nos dias 23 e 27 de janeiro de 2022 (Facebook).

4.1 Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP

O Instagram do APESP possui 2.726 publicações, sendo a primeira em 17 de outubro de 2014, a página mais antiga dentre os arquivos analisados neste levantamento. Seguida por 19,4 mil usuários e seguindo 846 contas, a rede social divulga diversas informações para seus seguidores, destacando-se, dentre elas, a) divulgação de eventos; b) fotografias do Estado de São Paulo; c) imagens de personalidades importantes na história do país; d) atividades que são realizadas na instituição; e) documentos do acervo digitalizados; f) indicações de materiais que são disponibilizados pela instituição; g) celebração de datas comemorativas; e h) vídeos informativos e com fins educativos.

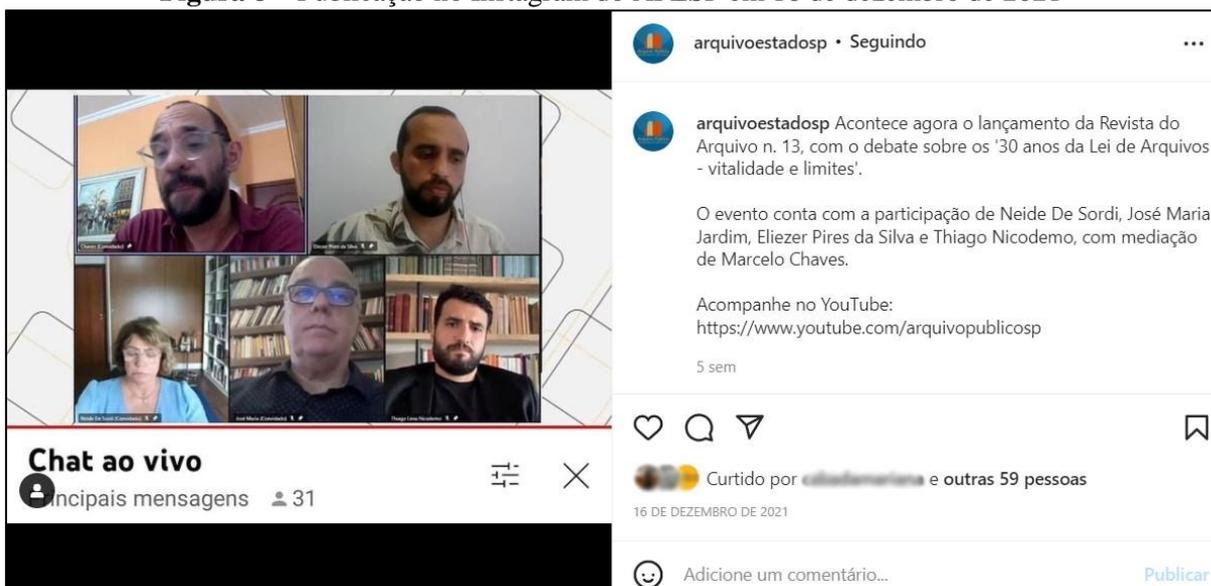
Nas publicações que divulgam os eventos que serão realizados pelo Arquivo, constam informações como o horário, a data, o nome do evento e, em alguns casos, a indicação do link para inscrição.

Figura 7 – Publicação no Instagram do APESP em 28 de outubro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Figura 8 – Publicação no Instagram do APESP em 16 de dezembro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

A rede social também realiza publicações de imagens que fazem parte do acervo da instituição, com fotografias e informações sobre o Estado de São Paulo ou sobre personalidades importantes na história do país. Vale destacar que essas postagens incluem a biografia da pessoa retratada e, em alguns casos, são incluídas informações sobre o ano e o código de referência, contribuindo à pesquisa de quem estiver interessado.

Figura 9 – Publicação no Instagram do APESP em 10 de fevereiro de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Figura 10 – Publicação no Instagram do APESP em 30 de novembro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Outro tipo de publicação comum de ser encontrada no Instagram do APESP, é a divulgação dos serviços que são realizados na instituição. Em algumas postagens são apresentados os profissionais responsáveis pela atividade e, em outras, o foco é indicar e explicar as atividades executadas.

Figura 11 – Publicação no Instagram do APESP em 05 de fevereiro de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Com a pandemia, uma novidade encontrada no Instagram foram as publicações para incentivar o acesso aos materiais disponibilizados pela instituição, denominada ‘Dicas do APESP’. Nestas postagens são informados o nome do material, o autor, o ano de lançamento e o *link* para localizá-lo.

Figura 12 – Publicação no Instagram do APESP em 26 de março de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

O Instagram do Arquivo, além de publicar imagens, também posta diversos vídeos. O apresentado a seguir faz parte da campanha ‘Arquivo Nosso de Cada Dia’, que é uma iniciativa do APESP para mostrar ao cidadão que seus documentos e coleções são importantes e devem ser preservados. De acordo com as informações disponíveis em algumas postagens dessa campanha, a ideia é que sejam divulgados vídeos nos quais especialistas são convidados para ensinar como organizar, preservar, recuperar e até mesmo gerenciar documentos do dia-a-dia.

Figura 13 – Publicação no Instagram do APESP em 26 de janeiro de 2021

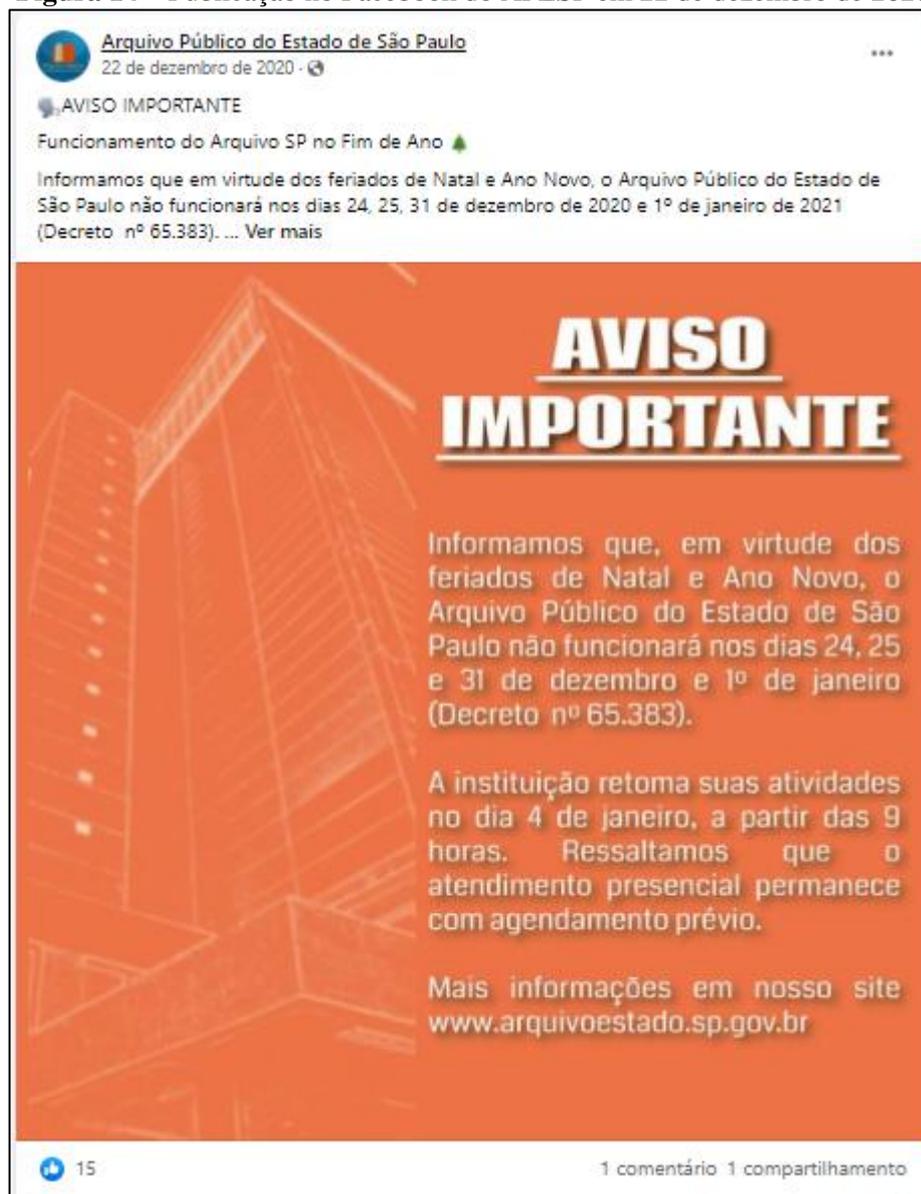


Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivoestadosp/?hl=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Já o Facebook do APESP apresenta algumas informações sobre a instituição, como o endereço, o telefone para contato, o horário de funcionamento e o acesso para outras redes sociais. Curtido por 64.331 pessoas e com 66.274 seguidores, a página possui diversas postagens, só que no geral são as mesmas que já existem no Instagram e que apenas foram replicadas.

Outro ponto relevante a ser mencionado, é que tanto o Facebook quanto o Instagram não realizam a avaliação das suas postagens. Nessas redes ainda constam informações que não são mais pertinentes, como por exemplo o funcionamento da instituição no fim do ano de 2020. É importante que haja uma manutenção nessas páginas, para que informações que se tornem irrelevantes a longo prazo não atrapalhem as buscas dos usuários, como já apresentado na literatura da área e mencionado neste trabalho.

Figura 14 – Publicação no Facebook do APESP em 22 de dezembro de 2020



Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivoestadosp/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Além disso, apesar do APESP possuir um Núcleo de Ação Educativa, não foi identificado sua atuação nas redes sociais analisadas. As páginas poderiam realizar publicações de atividades que instiguem o aprendizado e a interação com os usuários. No entanto, o que mais foi localizado foram publicações com fins informativos.

4.2 Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES

O Instagram do APEES possui 706 publicações, sendo a primeira em 02 de julho de 2015. A página, que possui 3.041 seguidores e segue 53 usuários, possui distintas postagens, como a) divulgação de eventos; b) paisagens dos locais que fazem parte do Estado; c) celebração de

datas comemorativas; d) disseminação dos documentos do acervo; e e) publicações sobre pessoas importantes para o país. Apesar do Instagram possuir recursos para publicações de vídeos em sua rede social, apenas foram localizadas publicações de imagens na página do APEES.

No Instagram do APEES é possível encontrar postagens sobre eventos que ocorrerão na instituição. Em sua maioria, esses eventos são para lançamentos de livros ou autógrafos e contam com informações sobre a data, o horário e o local de realização.

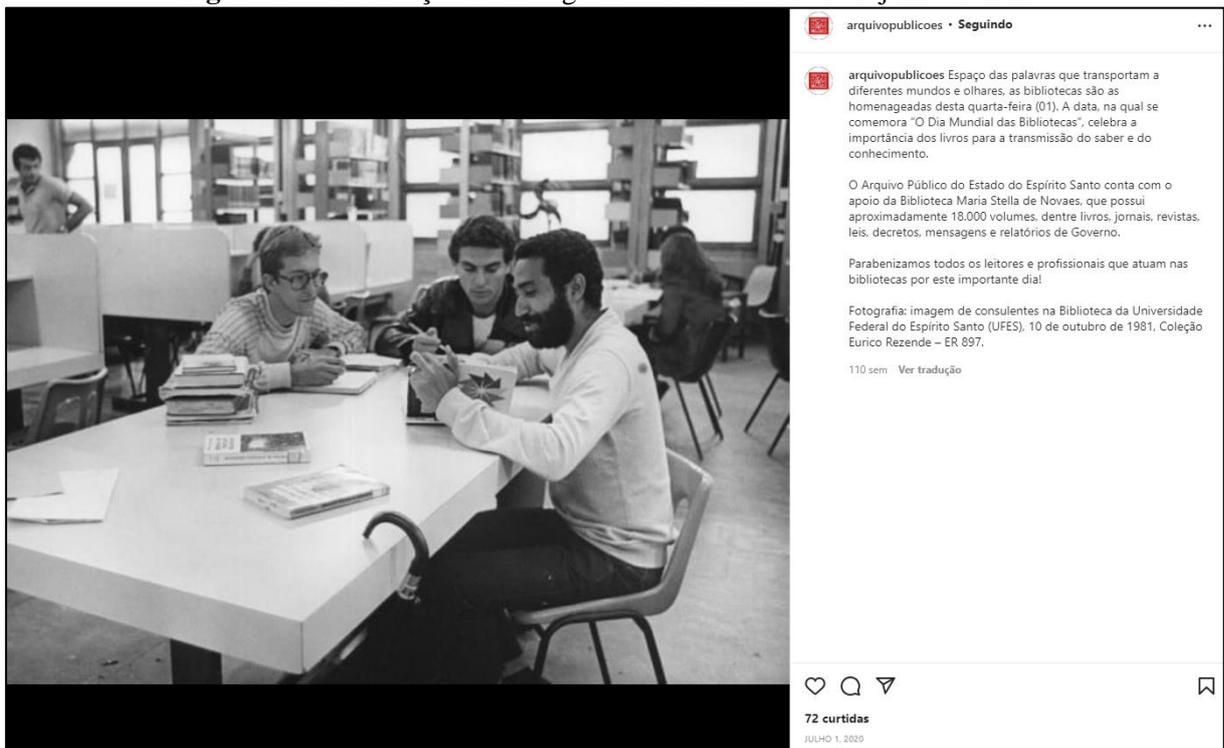
Figura 15 – Publicação no Instagram do APEES em 15 de dezembro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicoes/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Fotografias que fazem parte do acervo da instituição, também constam na rede social do Arquivo. É habitual identificá-las nas publicações de celebração de datas comemorativas. São adicionadas, às fotografias, detalhes sobre a data e a Coleção nas quais se inserem.

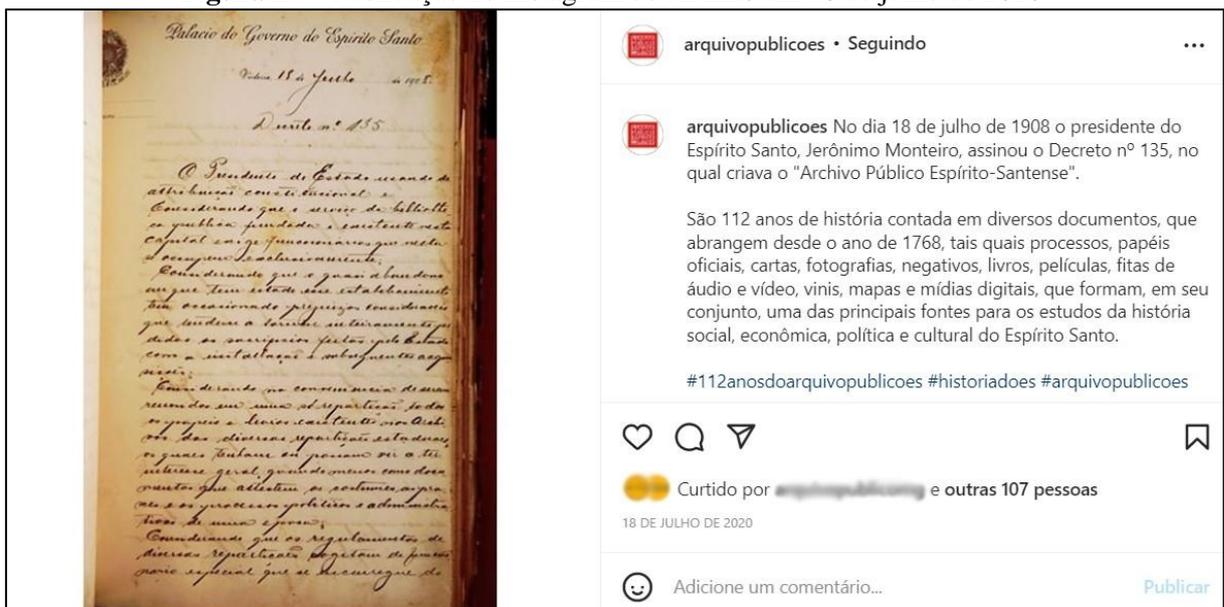
Figura 16 – Publicação no Instagram do APEES em 01 de julho de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicos/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Fotos de personalidades relevantes no país também são publicadas na rede social da instituição. E também é comum postagens de documentos que fazem parte do acervo, como o Decreto nº 135 que criou o ‘Arquivo Público Espírito-Santense’.

Figura 17 – Publicação no Instagram do APEES em 18 de julho de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicos/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

O Facebook do APEES possui 10.652 curtidas e é seguido por 11.235 pessoas. Na página consta o endereço da instituição, o horário de funcionamento e os contatos adicionais.

Entretanto, no Facebook não foram localizadas informações sobre as outras redes sociais do Arquivo e muito menos redirecionamentos para elas.

A página realiza diversas publicações, dentre elas sobre o funcionamento da instituição. Só que, assim como mencionado no Arquivo analisado anteriormente, é importante que essas postagens sejam avaliadas posteriormente e excluídas quando não fizerem mais sentido para o usuário. De que adianta saber se a instituição não poderá ser acessada em determinado período, se esse tempo já passou?

Figura 18 – Publicação no Facebook do APEES em 08 de maio de 2020

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
8 de maio de 2020 · 🌐

O atendimento presencial no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo continua suspenso como medida de prevenção contra o coronavírus.

Para consultas e informações sobre o nosso acervo o pesquisador pode entrar em contato por meio dos nossos canais de atendimento 📞 📧.

#arquivopublicoes #acervodocumental

Canais de Atendimento

Coordenação de Atendimento ao Usuário

📞 27 3636-6129
📧 coaten@ape.es.gov.br

Projeto Imigrantes

📞 27 3636-6128
📧 imigrantes@ape.es.gov.br

Contato Institucional

📞 27 3636-6100
📧 ape.es.gov.br

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

👍 25 1 compartilhamento

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/arquivopublicoes/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Outro ponto que merece destaque é que as publicações realizadas no Facebook são praticamente as mesmas do Instagram. Sendo assim, observou-se que as duas redes sociais são

utilizadas da mesma forma. Por fim, constata-se a ausência de ações educativas em ambas as páginas da instituição.

4.3 Ações nas redes sociais do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

O Instagram do APERJ é a página mais recente dentre os outros arquivos analisados e possui 128 publicações, sendo a primeira em 11 de agosto de 2020. A rede social, que é seguida por 1.635 usuários e segue 85 contas, realiza postagens sobre a) fotografias que fazem parte do acervo da instituição; b) informações sobre coleções que fazem parte do acervo do APERJ; c) divulgação de projetos e eventos que são ou serão realizados; e d) vídeo com fotografias de uma visita guiada pelos setores da instituição.

As publicações com imagens do acervo da instituição são utilizadas para diversas finalidades. Dentre elas, postagens incentivando a vacinação; apresentando as coleções que constam no acervo do APERJ, acompanhadas do link para acesso; e divulgando os eventos. As imagens, em sua maioria, são acompanhadas de um texto contextualizando a publicação, além de informações sobre data e o fundo do documento.

Figura 19 – Publicação no Instagram do APERJ em 01 de junho de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicorj/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Figura 20 – Publicação no Instagram do APERJ em 18 de agosto de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicorj/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Figura 21 – Publicação no Instagram do APERJ em 13 de setembro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicorj/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

O Instagram do APERJ, em 2021, publicou pela primeira vez um vídeo em sua rede social. No entanto, é essencial destacar que o vídeo é na verdade um compilado de fotografias

que apresentam os setores da instituição durante uma visita guiada que foi realizada na instituição.

Figura 22 – Publicação no Instagram do APERJ em 26 de novembro de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicorj/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

No caso do Facebook, o APERJ é curtido por 4.073 pessoas e seguido por 4.223 usuários. Nesta rede social a instituição possui informações pertinentes, como o endereço, os contatos adicionais (e-mail, telefone e site) e o redirecionamento para o Instagram.

No entanto, assim como foi constatado nos Arquivos analisados anteriormente, no APERJ as publicações do Facebook são iguais às do Instagram. E, além disso, postagens sobre o funcionamento da instituição também foram localizadas tanto no Facebook quanto no Instagram.

Assim como sugerido nas análises dos Arquivos anteriores, é necessário que essas publicações sejam avaliadas posteriormente para não acumularem informações desnecessárias a longo prazo. Além disso, não foram identificadas publicações com atividades educativas nas redes sociais analisadas da instituição.

4.4 Ações nas redes sociais do Arquivo Público Mineiro – APM

Na análise realizada em janeiro de 2022, o Instagram do APM possuía 249 publicações, sendo a primeira em 24 de maio de 2019. A página, que era seguida por 4.559 usuários e seguia

325 contas, se encontrava bloqueada naquele momento e a última postagem foi em 24 de abril de 2021, conforme informado via e-SIC e já citado neste trabalho. Apesar do Instagram ter sido bastante utilizado pela instituição durante o período em que não estava bloqueado e o Facebook também ter sido uma rede social relevante para a instituição, constatou-se, através de uma nova busca, realizada em 10 de agosto de 2022, que as duas páginas não existem mais e sumiram da internet. Então, todos os dados apresentados foram recortes da primeira análise.

Figura 23 – Captura de tela da página do Instagram do APM



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Ao analisar as postagens existentes, é possível verificar que a rede social era utilizada para diversos fins. Nela pode-se constatar informações como: a) divulgação de alguns eventos da instituição, com as atividades que serão realizadas, as vagas e onde se inscrever para tais eventos; b) fotografias que fazem parte do acervo da instituição, c) imagens de personalidades importantes na história do país; e d) vídeos gravados em eventos ou que fazem parte do acervo do APM.

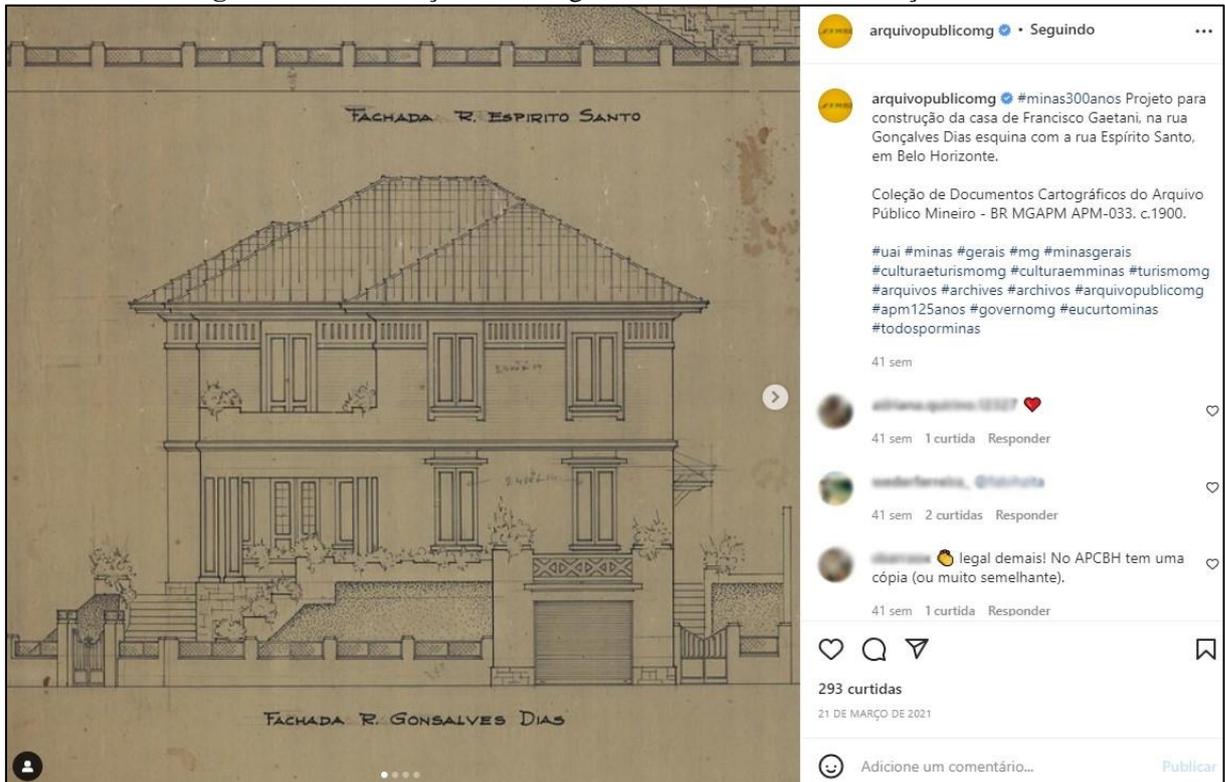
Figura 24 – Publicação no Instagram do APM em 25 de junho de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

O Instagram também foi utilizado para publicar fotografias que constam no acervo da instituição. As publicações incluem informações sobre a coleção, código e ano, facilitando a busca do documento no acervo do APM, a quem se interessar.

Figura 25 – Publicação no Instagram do APM em 21 de março de 2021



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

A rede social também foi utilizada para publicar as fotografias e informações sobre personalidades importantes na história do país. Vale destacar que, em algumas destas postagens, é incluída a biografia da pessoa retratada.

Figura 26 – Publicação no Instagram do APM em 28 de abril de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Por fim, também são encontrados no Instagram da instituição vídeos que podem ser assistidos pelos usuários. Alguns são trechos de eventos organizados pelo Arquivo e que também estão disponíveis em outra rede social, como o YouTube, enquanto outros são vídeos que fazem parte do acervo do APM, publicados para celebrar alguma data comemorativa, por exemplo.

Figura 27 – Publicação no Instagram do APM em 12 de junho de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

Figura 28 – Publicação no Instagram do APM em 19 de julho de 2020



Disponível em: <https://www.instagram.com/arquivopublicomg/>. Acesso em: 04 jan. 2022.

No caso do Facebook do APM, este possuía 10.814 curtidas e era seguido por 11.166 pessoas. Além disso, nele era indicado o endereço da instituição, o horário de funcionamento e os meios para contato. Não foram localizadas na página as informações sobre as outras redes sociais do Arquivo.

Como o Instagram da instituição já não era atualizado desde abril de 2021, o Facebook passou a ser a rede social mais utilizada pelo APM. Nele constavam informações como: a) divulgação de eventos; e b) funcionamento da instituição.

Figura 29 – Publicação no Facebook do APM em 17 de novembro de 2021



Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivopmineiro/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Figura 30 – Publicação no Facebook do APM em 19 de julho de 2021



Disponível em: <https://www.facebook.com/arquivopmineiro/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Assim como foi observado também nas instituições anteriores, as redes sociais analisadas do APM não aproveitavam a possibilidade de interação com os usuários para realizar ações educativas. Além disso, eles não realizavam a avaliação das postagens mais antigas e que se tornavam irrelevantes a longo prazo, assim tais informações continuavam nas redes sociais. No geral, o Arquivo utilizava sua página para fins informativos

5 ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE DIFUSÃO IDENTIFICADAS

Esta seção é responsável por atender um dos objetivos específicos deste trabalho, que é identificar e analisar, através dos sites oficiais das instituições e dos relatórios anuais publicados pelas mesmas, quais atividades de difusão foram realizadas nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro, apresentando-as por meio de um produto técnico científico.

Deste modo, o produto consiste em um **diagnóstico das práticas de difusão nos arquivos públicos estaduais do Sudeste brasileiro**. Será estabelecido um recorte cronológico entre os anos de 2018 e de 2021. Assim, será possível identificar quais foram as atividades realizadas em quatro anos, observando-se o que se manteve e o que mudou neste tempo.

Os quadros apresentados a seguir serão separados pelas instituições: APESP, APEES, APERJ e APM, respectivamente. Eles serão compostos de uma coluna para as atividades que foram realizadas e outra para as informações consideradas pertinentes sobre essas atividades¹⁹. Também será mencionado o ano de realização da atividade ou da publicação, no caso dos documentos publicados.

É importante destacar que se optou por não indicar neste quadro se a atividade se qualifica como difusão editorial, cultural ou educativa, principalmente em virtude de ser uma linha tênue entre as duas últimas ações. Apesar de todas as atividades educativas serem culturais, nem sempre o inverso acontece, já que uma das características que distingue a difusão educativa da difusão cultural é a necessidade de que se alcance o aprendizado, conforme enfatizado por Rodrigues e Gomes (2021) e já exposto na subseção 2.1.3 deste trabalho.

Além disso, é essencial que a mediação esteja presente nas ações educativas. O arquivista cumpre um papel importantíssimo no diálogo e troca com os indivíduos para que o aprendizado ocorra de forma eficiente. Entretanto, não é possível constatar tais fatores durante a investigação das informações que são disponibilizadas nos sites e nos relatórios anuais divulgados pelas instituições, pois não fica explícita a forma como as ações foram realizadas, suas metodologias e as práticas utilizadas. Não se pode afirmar, portanto, se houve o processo de aprendizagem por parte dos usuários.

5.1 Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP

No APESP, foram analisados tanto o site antigo²⁰ quanto o site novo²¹ da instituição, já que o antigo ainda continua disponível e atualizado.

¹⁹ Tais informações sobre as atividades só foram adicionadas quando mencionadas pelas instituições, seja no site ou no relatório. Quando não mencionadas, não foram inseridas no quadro.

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>. Acesso em: 07 set. 2021.

²¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>. Acesso em: 07 set. 2021.

Quadro 7 – Atividades de difusão do APESP com base nos sites

Atividade	Informações sobre a atividade	Ano
Seminário Expedição Tietê: registro dos usos, ocupação e recuperação	Dialogar sobre os usos e intervenções no Rio Tietê, passando por abastecimento, geração de energias, retificações, navegação, mineração, esporte e lazer	2018
Mesa Redonda 2ª Semana Nacional de Arquivos: Estudos sobre Deficiência e Direitos Humanos.	Discutir assuntos como deficiência e direitos humanos, formação e capacitação dos profissionais para o trabalho em arquivos, arquivos e bibliotecas operando juntos, gestão dos arquivos e os desafios da governança estratégica	2018
Mesa-Redonda - Desafios dos Arquivos nos dias de hoje	Em comemoração aos 126 anos de sua criação, o Arquivo Público do Estado de São Paulo promove o evento que visa estimular a reflexão sobre os desafios de administrar as instituições arquivísticas na contemporaneidade, com destaque para a produção e gestão dos documentos arquivísticos digitais e o acesso à informação	2018
Seminário Tira - dúvidas PROAC Arquivos	Esclarecer dúvidas sobre os dois editais do Programa de Ação Cultural da Secretaria da Cultura (PROAC), destinados à área de Arquivos Permanentes - Nº 19 ‘Difusão e Acesso em Arquivos Permanentes’ e Nº 20 ‘Gestão e Preservação em Arquivos Permanentes’	2018
Seminário A arquivística e os documentos fotográficos: teoria e prática	Discutir e compartilhar conhecimento e prática de organização fotográfica arquivística: identificação de órgão	2018

	produtor, arranjo e descrição, para qualificação técnica dos profissionais da área	
Seminário Avaliação de Documentos: Os desafios da prática	Promover uma reflexão crítica sobre a prática da avaliação de documentos nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP	2018
Seminário Internacional Arquivos e Direitos Humanos	Discutir sobre a importância da proteção e preservação dos documentos públicos como fonte de prova e informação na promoção e defesa dos Direitos Humanos	2018
Curso de Conservação Preventiva	Apresentar noções básicas sobre como fazer conservação preventiva em acervos documentais/arquivísticos	2018
Revista do Arquivo Nº 6 - Dossiê Temático: Tecnologia da Informação Aplicada aos Arquivos	Apresentar discussões sobre os sistemas arquivísticos em meios digitais	2018
Revista do Arquivo Nº 7 - Dossiê Temático: Governança dos Arquivos: desafios para a gestão e para a memória	Promover a reflexão sobre a gestão dos arquivos, para que estes mantenham (ou conquistem) sua autonomia, independentemente dos humores da política partidária que envolve a coisa pública	2018
Roteiro para Elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim	Versão adaptada e atualizada do ‘Manual de elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-fim’	2018
Publicação - Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do	-	2018

Poder Legislativo Municipal (Atividades: fim e meio)		
Publicação - Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio Revista e Ampliada - 2ª Edição	-	2018
3ª Semana Nacional de Arquivos - Seminário Arquivística: Fundamentos e Formação Profissional	Apresentar um panorama de princípios fundamentais da Arquivologia, colocando em discussão as diferentes abordagens das escolas do pensamento arquivístico e seu impacto no processo de formação e atualização dos profissionais da área.	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos - Oficina Acessibilidade em documentos de arquivo	Discutir as diversas possibilidades de como acessibilizar os documentos de arquivo, a atividade está voltada a profissionais de arquivo/centro de documentação para qualificar o atendimento a consulentes com deficiência	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos - Seminário 21º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação	Oferecer às prefeituras e câmaras municipais paulistas fundamentos legais e técnicos para a criação de Arquivos Públicos Municipais, para a implementação de políticas municipais de gestão documental e para a difusão e o efetivo cumprimento do direito de acesso à informação pública	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos - Seminário Transparência e Memória	Promover o debate sobre os avanços da tecnologia, a instituição da Lei de Acesso à Informação e suas respectivas consequências para o cotidiano dos arquivos.	2019

Seminário de Lançamento do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade das Atividades-Fim da Secretaria da Saúde	-	2019
Seminário Gestão e Governança de Arquivos	Debater sobre gestão e governança, pois os arquivos apresentam situações que requerem reflexões sobre as suas especificidades e sobre a natureza estratégica das instituições arquivísticas.	2019
Encontro das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso para Implementação do Programa SP Sem Papel	Discutir sobre a Implementação do Programa SP Sem Papel	2019
I Encontro Estadual - Serviços De Informações Ao Cidadão	Trajatória e Desafios da Prática na implementação da Lei de Acesso à Informação	2019
Oficina de Paleografia – leitura e transcrição de documentos (séc. XVI ao XIX)	Desenvolver e ampliar a habilidade na compreensão de textos (séc. XVI a XIX) através da ênfase à prática da leitura e edição de textos antigos	2019
Curso de Conservação Preventiva	Apresentar noções básicas de conservação preventiva em acervos documentais/arquivísticos, destacando a importância do cuidado preventivo e da análise dos processos de degradação a que são submetidos	2019
Seminário de lançamento da Revista do Arquivo Nº 9 - Dossiê Temático: Proteção de dados pessoais, acesso à informação, tecnologia da informação e os impactos nas atividades dos arquivos	Difundir a Revista do Arquivo e ampliar o seu público leitor e colaborador. Propor reflexão sobre o tema da proteção de dados pessoais e acesso à informação. Incentivar a pesquisa nos arquivos e estimular as relações entre as instituições congêneres.	2019

<p>Revista do Arquivo Nº 8 - Dossiê Temático: Arquivos de instituições médicas e de saúde</p>	<p>Instigar à reflexão sobre amplo espectro de exploração do tema Arquivos de instituições médicas e de saúde, seja no aspecto que envolve a gestão de documentos nessa área, seja no aspecto dos arquivos preservados e capazes de revelar informações originais sobre história da saúde</p>	<p>2019</p>
<p>Revista do Arquivo Nº 9 - Proteção de dados pessoais e acesso à informação nos arquivos</p>	<p>Discutir sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e acesso à informação</p>	<p>2019</p>
<p>Livro - 1ª reimpressão da 2ª edição - Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades Meio</p>	<p>-</p>	<p>2019</p>
<p>Livro - Serviços de Informações ao Cidadão - SIC</p>	<p>Sistematizar informações e orientações gerais e introdutórias sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e legislação correlata, bem como sobre o papel dos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC) no âmbito do Poder Executivo da administração pública paulista. O conteúdo disponibilizado pretende guiar os agentes públicos que trabalham nos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC) a darem os primeiros passos no atendimento aos pedidos de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades estaduais</p>	<p>2019</p>
<p>Guia Técnico de Transparência Municipal</p>	<p>Guia elaborado de maneira objetiva e didática para que prefeituras e câmaras municipais possam implementar políticas</p>	<p>2019</p>

	de gestão documental e acesso à informação	
Aniversário - 128 anos APESP	Na semana de comemoração aos 128 anos da sua fundação, o Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP estará de portas abertas excepcionalmente no sábado, para oferecer aos cidadãos alguns dos serviços normalmente disponíveis apenas nos dias de semana	2020
Seminário - 128 anos APESP	Evento comemorativo aos 128 anos do APESP, que abre o calendário anual de difusão da instituição	2020
4ª Semana Nacional dos Arquivos - Seminário Lançamento do Sistema de Elaboração de Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim (presencial)	-	2020
4ª Semana Nacional dos Arquivos - Difusão em Arquivos: para que serve?	-	2020
4ª Semana Nacional dos Arquivos - Arquivos em Tempos de Pandemia	-	2020
4ª Semana Nacional dos Arquivos - Difusão de Acervos: O Que Estamos Fazendo?	-	2020
Seminário Diálogos Informativos: Documentos digitais desafios contemporâneos (online)	Refletir sobre as mudanças de gestão ocasionadas pelo crescente uso de documentos digitais em substituição aos de papel e as respectivas implicações quanto a sua produção, tramitação e destinação final	2020

Seminário Diálogos Informativos: Gestão e Preservação do Patrimônio Histórico	-	2020
Live lançamento da Revista do Arquivo Nº 11 - Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio	Tratar das diversas formas de ocorrência de sinistros em arquivos e demais instituições de guarda de patrimônio cultural	2020
Seminário Diálogos Informativos: Memória Institucional	Debater a respeito da importância e do uso da memória institucional pelas organizações	2020
Seminário Sinistros e Perda de Informações em Arquivos Digitais - Lançamento da Revista do Arquivo Nº 11, parte 2	Segunda parte do lançamento da Revista do Arquivo Nº 11, publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O dossiê temático trata das diversas formas de ocorrência de sinistros em arquivos e demais instituições de guarda de patrimônio cultural	2020
Seminário I Encontro de Preservação Digital	Promover a discussão sobre preservação digital	2020
Diálogos Informativos #5 - Transparência Governamental e Acesso à Informação Pública	-	2020
II Encontro Estadual dos Serviços de Informações ao Cidadão	Promover a integração dos Serviços de Informação ao Cidadão - SICs, a qualidade dos serviços, e a troca de conhecimentos e experiências	2020
Revista do Arquivo Nº 10 - Dossiê Temático: Difusão em Arquivos: para que serve?	Discutir sobre difusão dos (nos) arquivos	2020
Revista do Arquivo Nº 11 - Dossiê Temático: Perda de informação e de bens em arquivos	Discutir sobre o sinistro em arquivos, bem como, o gerenciamento de riscos e preservação da cultura	2020

<i>Live</i> ARQUIVO.SP 129 anos	Evento comemorativo aos 129 anos do Arquivo Público do Estado, debate sobre acesso à informação para todos os públicos e lançamento de novo site institucional	2021
<i>Live</i> lançamento da Revista do Arquivo Nº 12 - Os Arquivo na cadeia de produção do conhecimento e a formação profissional	Debate sobre o tema com especialistas e apresentação de vídeos curtos com depoimentos de colaboradores sobre suas pesquisas publicadas nesta edição da revista	2021
<i>Live</i> Arquivos, transparência e acesso à informação	Balanco crítico da Comissão Estadual de Acesso à Informação, análise da LGPD e Transparência Pública e perspectivas no acesso à informação no Estado de São Paulo	2021
V Seminário Gestão Documental e Acesso à Informação – 9 anos da Lei de Acesso à Informação	Comemorar o aniversário de 9 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI)	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live</i> : ‘Avaliação da massa documental acumulada: desafios e possibilidades’	Realizar um diálogo sobre os desafios propostos pela avaliação da massa documental acumulada nos arquivos e apresentar as ações do Arquivo Público do Estado de São Paulo no enfrentamento a esse problema	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live</i> : ‘O Programa SP Sem Papel e a transformação digital na Administração Paulista: Desafios e Perspectivas’	Realizar um balanço crítico do processo de transformação digital na Administração Paulista a partir da implantação do SP Sem Papel com o apoio da política de gestão documental	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos – Visita Monitorada Virtual ao APESP (turma 1)	Oferecer ao cidadão a oportunidade de conhecer as instalações especialmente projetadas para ser Arquivo, o riquíssimo e variado acervo do Arquivo do Estado	2021

<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘#ArquivoNossoDeCadaDia 2021: Tudo isso é arquivo pessoal?’</i></p>	<p>Sensibilizar a população sobre a importância de organizar e preservar seus acervos pessoais e familiares, oferecendo dicas práticas dadas por especialistas sobre como lidar com documentos e coleções típicos do dia a dia</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘23º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação (Dia 1)’</i></p>	<p>Promover a implementação de políticas municipais de gestão documental, preservação e acesso à informação</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘O Arquivo Público do Estado de São Paulo e os órgãos de controle externo: parcerias que deram certo’</i></p>	<p>Fazer um balanço crítico dos termos de cooperação técnica firmados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo com o Ministério Público Estadual e com o Tribunal de Contas do Estado</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘23º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação (Dia 2)’</i></p>	<p>Promover a implementação de políticas municipais de gestão documental, preservação e acesso à informação</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Visita Monitorada Virtual ao APESP (turma 2)</i></p>	<p>Oferecer ao cidadão a oportunidade de conhecer as instalações especialmente projetadas para ser Arquivo, o riquíssimo e variado acervo do Arquivo do Estado</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘Os Arquivos Públicos e a governança de dados governamentais’</i></p>	<p>Promover a reflexão sobre o papel dos Arquivos Públicos na governança dos dados produzidos e coletados por órgãos e entidades públicas no exercício de suas funções e atividades institucionais</p>	<p>2021</p>
<p>5ª Semana Nacional de Arquivos – <i>Live: ‘Lançamento da Exposição Virtual Saúde Pública em São Paulo: uma viagem pelo acervo do Arquivo Público do Estado’</i></p>	<p>Promover o lançamento da exposição que destaca documentos, instituições e fontes de pesquisa sobre as atividades do poder público para promoção da saúde do povo</p>	<p>2021</p>

	paulista desde o período colonial até a Nova República	
5ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘30 anos da Lei de Arquivos e políticas arquivísticas’	Apresentar um balanço sobre a importância da Lei Nº 8.159/1991 na promoção de políticas públicas de arquivo e relatar as contribuições do APESP no processo de revisão da Lei, a partir das propostas aprovadas na I Conferência Nacional de Arquivos	2021
Live Registros da Hospedaria de Imigrantes - genealogia, dupla cidadania e possibilidades de pesquisa	Ensinar como acessar de forma gratuita e online mais de 36 mil páginas transcritas e indexadas com informações oficiais sobre mais de 1,5 milhão de imigrantes que chegaram a São Paulo entre 1882 e 1958. Assim será possível pesquisar o acervo para fins de genealogia, requisição de dupla cidadania e outros	2021
Live Avaliação da Massa Documental Acumulada - MDA	-	2021
Live Mapeamento de Documentos Compostos e Modelagem de Documentos Digitais no SP Sem Papel	Apresentar o trabalho de mapeamento e modelagem de documentos, oficializado pela Portaria UAPESP/SAESP nº 6/2021, mostrando a importância da participação dos órgãos e entidades e os benefícios para as rotinas administrativas	2021
Live 24º Encontro Paulista sobre Gestão Documental e Acesso à Informação	-	2021
Live Gestão Documental e Eliminação de Documentos de Arquivo na Administração Pública do Estado de São Paulo	-	2021

Live III Encontro Estadual dos Serviços de Informação ao Cidadão	Promover a integração dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC, a qualidade dos serviços e a troca de conhecimentos e experiências sobre classificação de sigilo (LAI) e tratamento de dados pessoais (LGPD)	2021
Live: Lançamento da Revista do Arquivo Nº 13 - 30 anos da Lei de Arquivos: vitalidade e limites	-	2021
Revista do Arquivo Nº 12 – Dossiê Temático: Os arquivos na cadeia de produção do conhecimento e a formação profissional	Refletir sobre a teoria e prática na esfera arquivística e à formação dos profissionais dos arquivos	2021
Revista do Arquivo Nº 13 – Dossiê Temático: 30 anos da Lei de Arquivos: vitalidade e limites	Homenagear e celebrar os 30 anos da existência da Lei 8.159/1991 (conhecida como a Lei de Arquivos) e também, no âmbito da gestão documental, discutir o tema do tratamento da Massa Documental Acumulada (MDA).	2021
Guia para a Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada	Para uma avaliação dinâmica da massa documental acumulada: eliminação rápida e segura de documentos de arquivo	2021
Exposição Virtual Saúde Pública em São Paulo: uma viagem pelo acervo do Arquivo do Estado	Um mergulho na história da Saúde Pública em São Paulo por meio de documentos de arquivo, instrutiva para estudantes, curiosos, apaixonados pela história e um verdadeiro guia para quem quer pesquisar a Saúde Pública em perspectiva histórica	2021

Fonte: elaborado pela autora com base nos sites da instituição.

Como a identificação das atividades de difusão do APESP foi realizada através dos sites oficiais da instituição, foi levado em consideração, no site novo: a) os eventos indicados na

página denominada ‘Eventos e Capacitações’²²; b) as publicações na página ‘Revista do Arquivo’²³; c) as ‘Publicações de livros’²⁴ indicadas no menu principal do site; e d) as exposições na página ‘Conheça o Arquivo’²⁵.

Já no site antigo, foi utilizado para análise a página denominada ‘Acontece’²⁶, que possui informações sobre as ações que aconteceram na instituição. Além disso, o site possui uma parte dedicada à difusão, diferentemente do site novo, e nesta são indicadas a ‘ação educativa’²⁷, as ‘exposições virtuais’²⁸, a ‘revista do arquivo’²⁹ e os ‘sites temáticos’. Assim, as três primeiras também foram examinadas para a construção dessa seção.

Os relatórios anuais de atividades³⁰ também foram analisados para esta pesquisa e, nestes documentos, foram observadas informações de atividades que não constam no site novo nem no site antigo do APESP. Por isso, decidiu-se realizar mais um quadro identificando todas as ações indicadas no relatório de atividade.

Quadro 8 – Atividades de difusão do APESP com base nos relatórios anuais

Atividade	Ano
2ª edição do Curso EAD Gestão Documental e Acesso à Informação no Estado de São Paulo (221 inscritos e encontro presencial com 110 participantes)	2018
12 capacitações técnicas em gestão documental	2018
Encontro com as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA (198 participantes)	2018

²² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/eventos/listar>. Acesso em: 07 set. 2021.

²³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/edicoes_anteriores.php. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/publicacoes/livros>. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/conheca_arquivo/visite_nossas_exposicoes. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acomece>. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/acao_educativa. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais. Acesso em: 07 set. 2021.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/12/. Acesso em: 07 set. 2021.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/relatorios/atividades>. Acesso em: 07 set. 2021.

III Seminário Gestão Documental e Acesso à Informação (250 participantes)	2018
Oficina: Higienização e pequenos reparos	2018
Oficina: Técnicas de acondicionamento	2018
Oficina: Gestão de riscos e conservação preventiva em arquivos	2018
Oficina: Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de documentos de Engenharia, Arquitetura e Cartografia	2018
Seminário: Expedição Tietê	2018
Seminário: Desafios dos arquivos nos dias de hoje	2018
II Seminário Documentos públicos na era digital	2018
Semana Internacional dos Arquivos	2018
Seminário: Documentação audiovisual em arquivos	2018
Seminário: Gestão e Organização de Documentos de Engenharia, Arquitetura e Cartografia	2018
Seminário: Arquivística e os documentos fotográficos	2018
Seminário: 130 anos da abolição: o que mudou	2018
Seminário: Lançamento Pauliceia 2.0	2018
Exposição física: Expedição Tietê	2018
Exposição física: Formação e capacitação dos profissionais para o trabalho em arquivos	2018
Publicação da Revista do Arquivo Nº 6 - TI aplicada aos Arquivos	2018
Publicação da Revista do Arquivo Nº 7 - Governança dos Arquivos	2018
8 palestras e participação em Congresso Nacional e Encontros	2018
2 ‘Encontros Paulistas sobre Gestão Documental e Acesso à Informação’ em parceria com o MPE e TCE (489 agentes públicos capacitados)	2019
‘IV SGDAI Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação’ (89 agentes capacitados) no TCE	2019
7 treinamentos de procedimentos de protocolo (330 agentes capacitados)	2019
17 treinamentos de operação do SPdoc (726 usuários capacitados)	2019
29 capacitações técnicas (581 agentes capacitados)	2019
4ª edição do curso de capacitação EAD sobre gestão documental e acesso à informação (221 agentes capacitados)	2019

I Encontro Estadual dos Serviços de Informações ao Cidadão-SIC (120 agentes capacitados)	2019
Lançamento do ‘Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Legislativo Municipal’ (90 agentes capacitados)	2019
Encontro das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADAs para Implementação do Programa SP Sem Papel (118 agentes capacitados)	2019
4 oficinas de capacitação no projeto ‘Observatórios de Arquivos Municipais’	2019
Lançamento do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria da Saúde (133 agentes capacitados)	2019
Curso presencial de Paleografia	2019
Curso presencial de Conservação Preventiva	2019
Exposição física ‘Arquivos Vivos e Memórias de Práticas Médicas em São Paulo’	2019
Seminário ‘Arquivística: fundamentos e formação profissional’	2019
Seminário ‘Gestão e Governança de arquivos em debate’	2019
Lançamento de publicações (Revistas Nº 8 e 9 e PC/TTD legislativo municipal)	2019
Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos (atividades meio e fim) para o Poder Legislativo Municipal	2019
2ª edição revista e ampliada do ‘Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública Estadual: Atividades Meio’	2019
Guia Técnico de Transparência Municipal	2019
Serviço de Informações ao Cidadão – SIC: Primeiros Passos	2019
Manual de Orientação para Uso do Ambiente Digital de Gestão Documental do Programa SP Sem Papel	2019
Roteiro Dinâmico para Avaliação da Massa Documental Acumulada (digital)	2019
Guia da Transparência Pública Estadual	2019

3ª edição da ‘Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo’	2019
Publicação da Revista do Arquivo Nº 8 - Arquivos de Instituição Médicas e de Saúde	2019
Publicação da Revista do Arquivo Nº 9 - Proteção de dados pessoais, acesso à informação, tecnologia da informação e os impactos nas atividades de arquivos	2019
Lançamento do Sistema de elaboração de TTD-fim para as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA	2020
II Encontro Estadual dos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC)	2020
5ª edição do curso EAD ‘Gestão Documental e Acesso à Informação’ (636 inscrições e carga horária de 4.816 horas)	2020
6 cursos de capacitação sobre elaboração de TTD-fim (ARSESP, TCE, UFAM, UFES) e sobre classificação de documentos no ambiente do SP Sem Papel (FDE) (3.350 participantes)	2020
Operação assistida com a Fundação Vanzolini (3.468 horas de capacitação em 67 dias, com 578 participantes)	2020
Operação do Sistema SP Sem Papel com a Fundação Vanzolini (18 horas de capacitação, com 244 participantes - SPPREV, DETRAN, PROCON e JUCESP)	2020
Curso na Secretaria de Desenvolvimento Social sobre a LAI e o acesso à informação (44 participantes)	2020
Capacitação de servidores do DGSAESP	2020
Exposição Física ‘Arquivos Vivos e Memórias de Práticas Médicas em São Paulo’	2020
Seminário ‘Marilena Leite Paes’	2020
Seminário ‘ArquivoAberto’	2020
Seminário ‘Arquivos em tempos de pandemia’/Redarq-SP	2020
Publicação da Revista do Arquivo Nº 10 - Difusão em Arquivos: para que serve?	2020
Publicação da Revista do Arquivo Nº 11 - Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio	2020
#ArquivoNossoDeCadaDia	2020

Live 'Reflexões arquivísticas sobre o SIGAdoc: SIGAD adotado pelo Governo de São Paulo para o Programa SP Sem Papel'	2020
Live 'Diálogos Informativos' - Gestão do conhecimento nas organizações	2020
3º Congresso Online de Gestão de Documentos e Informações - 'Relato de experiências na implantação da política de gestão documental no APESP'	2020
Live 'Sistemas Municipais de Arquivos'	2020
Participação no Projeto SIGA 2035 - Construção de Cenários Prospectivos em Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal	2020
Live 'Diálogos Informativos' – Transparência governamental e acesso à informação pública	2020
Simpósio Internacional de Arquivos: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos – Minicurso sobre 'Avaliação de documentos e elaboração de tabelas de temporalidade'	2020
Publicação de artigo 'Relato de Experiência do Arquivo Público do Estado no Programa SP Sem Papel – Documentos Digitais'	2020
Inscrição do Programa SP Sem Papel no 'Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados'	2020
Simpósio Internacional de Arquivos 'A experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo na identificação de espécies e tipos documentais no contexto da avaliação da massa documental acumulada'	2020
Simpósio Internacional de Arquivos 'A mudança da cultura administrativa com a implantação do SP Sem Papel – Documentos Digitais na Administração Pública Paulista: desafios do Arquivo Público do Estado de São Paulo na transição total da produção documental física para uma produção documental digital – Relato de Experiência'	2020
Simpósio Internacional de Arquivos 'Aprimoramento da Gestão Documental no Estado de São Paulo: Uma Proposta de Padronização de Documentos Digitais pelo Mapeamento de Documentos compostos'	2020

Simpósio Internacional de Arquivos ‘Avaliação da massa documental acumulada na Administração Pública do Estado de São Paulo: desafios da governança híbrida’	2020
Simpósio Internacional de Arquivos ‘Modelagem de Documentos no SP Sem Papel - Documentos – Relato de Experiência’	2020
Simpósio Internacional de Arquivos ‘O cientista de dados arquivísticos: o encontro da arquivística com as ciências de dados’	2020
Simpósio Internacional de Arquivos ‘O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP e as ações do Arquivo Público do Estado para a construção dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade’	2020
Simpósio Internacional de Arquivos ‘Relato de experiência – O Arquivo Público do Estado de São Paulo e o desenvolvimento de ferramenta informatizada para elaboração de tabela de temporalidade de documentos’	2020
Simpósio Internacional de Arquivos ‘Relato de experiência com prontuários dos ex-internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente custodiados pelo Arquivo do Estado de São Paulo: a dimensão social do patrimônio documental arquivístico’	2020
Simpósio Internacional de Arquivo ‘Os impactos das políticas de gestão documental na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados’	2020
Gravação de entrevista sobre a Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI no âmbito da política estadual de acesso à informação	2020
Atualização do ‘Manual de orientação para o uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel’	2020
Produção de conteúdo do ‘Guia para Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada’	2020
‘Manual de integração dos sistemas SIC.SP e SP Sem Papel’	2020
Tutorial de elaboração de estatísticas do sistema SIC.SP	2020
Produção de conteúdo do livro ‘Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo’	2020
Produção de conteúdo do livro ‘Planos de Classificação e Tabelas de	2020

Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Administração Direta do Estado de São Paulo'	
Produção de conteúdo do livro 'Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos modelo para o Poder Executivo Municipal (atividades meio e fim)'	2020
Projeto de Avaliação da Massa Documental Acumulada	2021
23º Encontro com os municípios	2021
24º Encontro com os municípios	2021
Encontro com os Serviços de Informações aos Cidadãos-SICs	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos	2021
Mapeamento de documentos compostos e modelagem de documentos digitais no SP Sem Papel	2021
V Seminário de Acesso à Informação	2021
Funcionamento de Sistemas de Arquivos-Arquivo Público Estadual de Sergipe	2021
Dia do Arquivista-Universidade Federal do Amazonas	2021
Eliminação de Documentos nos Órgãos do SAESP	2021
Palestra Memória como Ferramenta Antirracista	2021
Arquivo.SP: 129 anos - lançamento do novo site	2021
5ª Semana Internacional de Arquivos	2021
Lançamento e Publicação da Revista do Arquivo Nº 12 - Os arquivos na cadeia de produção do conhecimento e a formação profissional	2021
Lançamento da Revista do Arquivo Nº 13 - 30 anos da Lei de Arquivos: vitalidade e limites	2021
Registros da Hospedaria de Imigrantes: genealogia, dupla cidadania e possibilidades de pesquisa	2021
Oficina 'LAI'	2021
Oficina 'LGPD'	2021
Oficina 'Elaboração de TTD-Fim da Universidade Federal do Amazonas'	2021
Oficina 'WebDúvidas sobre o Sistema TTD-Fim-2'	2021
Oficina 'Classificação de documentos no SP Sem Papel'	2021
Oficina 'Atendimento aos usuários de sistema de arquivos - Arquivo Público Estadual de Sergipe'	2021
Oficina 'Classificação de documentos de RH'	2021

Oficina ‘Treinamento de Normas e Procedimentos de Protocolo-SAP’	2021
Oficina ‘Paleografia em Arquivos: o Núcleo de Paleografia do Arquivo Público do Estado’	2021
Revisitar e Inovar: acervos e novas frentes de pesquisa sobre o período do governo do Morgado de Mateus no Brasil Meridional - 1765-1775	2021
Curso EAD ‘Gestão Documental e Acesso à Informação’	2021
Curso EAD ‘A Lei de Acesso à Informação e os Serviços de Informações ao Cidadão-SIC’	2021
Curso EAD ‘Acesso à informação pública - restrições e limites’	2021
Curso EAD interno ‘Conservação Preventiva em Arquivos para o Centro de Acervo Administrativo’	2021
Curso EAD ‘Aprenda a cuidar de seus livros’ em parceria com a Biblioteca Mário de Andrade	2021
Curso presencial ‘Preservação de Acervos Bibliográficos, Fotográficos e Cartográficos’ na Biblioteca Mário de Andrade	2021
Publicação do Observatório de Acesso à Informação, ferramenta de transparência ativa para os SICs	2021
Publicação do Guia para a Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada: Eliminação rápida e segura de documentos de arquivo	2021
Elaboração e disponibilização dos Modelos de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos-atividades meio e fim, para o Poder Executivo Municipal	2021

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios anuais.

Com isso, foi observado que as informações sobre as ações realizadas pelo APESP estão dispersas em diversos ambientes, sendo indispensável, portanto, apresentar todos aqui.

Ao analisar os quadros, foi constatado que diversos eventos realizados pelo APESP estão relacionados com a Semana Nacional de Arquivos (SNA). Sendo assim, é importante mencionar que a SNA é uma parceria entre a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Arquivo Nacional que busca

ampliar a visibilidade dos arquivos perante a sociedade e garantir o cumprimento do Plano Nacional de Cultura, de promoção e proteção da diversidade cultural brasileira. O evento também vai ao encontro das metas estabelecidas no Plano Setorial de Arquivos (2017 – 2027), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos, em 2016. O intuito dessas metas é divulgar a importância dos arquivos para a sociedade, atuando como instrumento facilitador do acesso à informação, de modo a apoiar o cidadão na defesa dos

seus direitos e a incentivar a produção de conhecimento científico e cultural, com eventos em todo o país na semana em que se celebra o Dia Internacional dos Arquivos (BARCELLOS, 2020, p. 62).

No APESP os eventos ligados à SNA são destaque nos anos de 2019 e 2021. Em 2019, dos 7 eventos realizados, 4 estavam inseridos na 3ª SNA. Já em 2021, dos 14 eventos, 11 estavam na programação da 5ª SNA. Dessa forma, é possível constatar a importância da Semana Nacional de Arquivos na motivação de realização de eventos no Arquivo.

5.2 Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES

O site oficial do APEES possui uma aba denominada ‘Mediação Cultural’, a qual se subdivide em exposições ‘em cartaz’, exposições ‘virtuais’ e ‘eventos’. No entanto, ao acessar essas sub abas, são encontradas apenas informações sobre as exposições virtuais³¹. As exposições em cartaz e os eventos não possuem quaisquer informações. Com isso, serão utilizadas para análise das práticas de difusão da instituição: a) a sub aba sobre as exposições virtuais; b) o relatório de gestão³² publicado no site do Arquivo, que engloba os anos de 2018 até 2021; e c) as ações de difusão editorial que constam na sub aba ‘Números’³³, encontrada na aba ‘Revista do APEES’; e d) as informações sobre os eventos realizados pelo APEES na página de Notícias³⁴.

Quadro 9 – Atividades de difusão do APEES com base nos relatórios anuais e no site

Atividade	Informações sobre a atividade	Ano
Exposição: Mapas do Espírito Santo Colonial	Reproduções de alguns dos mais antigos mapas do Estado - feitos entre 1590 e 1670 - por cartógrafos portugueses, holandeses e italianos	2018
Exposição: Virgínia Tamanini – memórias de família	Exposição composta por quadros, livros, fotografias, documentos pessoais, dentre outros elementos do acervo da escritora e	2018

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/galeria-de-fotos>. Acesso em: 02 nov. 2021.

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/relatorio-de-gestao>. Acesso em: 02 nov. 2021.

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/numeros>. Acesso em: 02 nov. 2021.

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Noticias>. Acesso em: 22 jun. 2022.

	artista plástica capixaba Virgínia Tamanini (autodidata, ela foi romancista, musicista, teatróloga, pintora e poetisa)	
Exposição: Arquitetura Afetiva	O tema foi um passeio turístico pela arquitetura do Centro Histórico de Vitória a partir dos bicos de Pena do Wagner Veiga. O registro das fachadas de igrejas e antigos casarios do Centro de Vitória e a riqueza de suas composições e desenhos são mais que a mera representação da arquitetura em si, eles filtram os elementos da história para alimentar a nova arquitetura a partir do olhar peculiar do artista	2018
Conferência: Trentinos no Brasil	Conferência com a participação do sociólogo italiano Renzo M. Grosseli, autor do livro ‘Colônias Imperiais na Terra do Café’	2018
15º Caminho do Imigrante	Mais de duas mil pessoas participaram do passeio de 30 quilômetros pelas montanhas capixabas, que rememora os trajetos percorridos pelos primeiros imigrantes no Espírito Santo. O evento é organizado pelas prefeituras de Santa Teresa e Santa Leopoldina, com o apoio do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	2018
Lançamento do livro ‘Haveria muito mais para contar’	Lançamento do livro ‘Haveria muito mais para contar’, de Iva Cortelletti, no qual a autora aborda as origens e trajetórias dos seus antepassados italianos, permitindo o resgate e a	2018

	valorização da memória pelos descendentes	
2ª Semana Nacional de Arquivos - mesa-redonda ‘Democracia Eletrônica (e-Dem) e Arquivos Digitais’	-	2018
2ª Semana Nacional de Arquivos - mesa-redonda ‘Da produção ao recolhimento: interlocuções entre os atores da cadeia de custódia do documento arquivístico’	-	2018
2ª Semana Nacional de Arquivos - palestra ‘Organize-se para uma vida saudável’	-	2018
2ª Semana Nacional de Arquivos – ‘Cineclube Afoxé’	Exibição de curtas-metragens, apresentações de dança da turma de qualificação de dança afro do Museu Capixaba do Negro e do projeto “Versando tambores e congos	2018
Exposição virtual: ‘Vitória Antiga: uma viagem no tempo’	-	2018
Revista Nº 2 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A publicação possui a proposta de ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia	2018 ³⁵
Revista Nº 3 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A edição trouxe o dossiê temático ‘Africanidades Transatlânticas’. Com a proposta de ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e	2018

³⁵ A Revista Nº 2 é incluída no relatório de gestão de 2018, só que na própria Revista consta que ela foi publicada em 2017.

	cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia, a publicação possui periodicidade semestral e contém artigos acadêmicos, resenhas, reportagens, documentos e fotografias. Os artigos desse número abordaram os negros no Espírito Santo e suas vivências e práticas culturais	
Revista Nº 4 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Ser uma fonte de conhecimento e pesquisa para a disseminação do saber científico e cultural, com ênfase nas áreas de história e arquivologia, a publicação possui periodicidade semestral e contém artigos acadêmicos, resenhas, reportagens, documentos e fotografias	2018
Livro da Coleção Canaã: Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra	A edição foi uma versão ampliada da original, do ano de 1979, escrita pela historiadora Maria Stella de Novaes	2018 ³⁶
Livro da Coleção Canaã: Espírito Santo Indígena	A presença dos índios na história capixaba, no período de 1798 a 1860, foi o tema do novo livro da Coleção Canaã. A obra analisa a época na qual o Brasil deixou de ser colônia, provocando mudanças nas relações sociais e culturais, que impactaram profundamente a vida dos índios	2018 ³⁷
Livro da Coleção Canaã: Sobre Política Capixaba na Primeira República	Desvendar as forças políticas subjacentes aos processos históricos que condicionaram ou decidiram realizações governamentais na Primeira República,	2018

³⁶ O Livro foi incluído no relatório de gestão de 2018, só que no próprio Livro consta que ele foi publicado em 2017.

³⁷ O Livro foi incluído no relatório de gestão de 2018, só que no próprio Livro consta que ele foi publicado em 2017.

	de 1889 a 1930, ampliando o conhecimento sobre as interações de conjunturas políticas nacionais e estaduais	
Livro da Coleção Canaã: Viagens à Capitania do Espírito Santo	Obra para comemorar os 200 anos das expedições científicas de Maximiliano Wied-Neuwied e Auguste Saint-Hilaire. O livro trata das memórias de viagens realizadas por esses cientistas em visita ao Espírito Santo logo após a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808.	2018
Dia Nacional do Imigrante Italiano	Comemoração com músicas e danças típicas no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta. A atividade foi uma ação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, de entidades italianas do Estado e das associações de cultura de diversos municípios para rememorar a chegada ao Espírito Santo, em 1874, da Expedição de Pietro Tabacchi, evento que marca o início da imigração italiana para o Brasil	2019
160 anos da imigração pomerana no Espírito Santo	Comemorado no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória, a atividade foi uma ação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e das Prefeituras Municipais que têm comunidades pomeranas. Na programação constatam-se apresentações culturais, lançamentos de livros e homenagens com música e danças típicas	2019
Exposição física: ‘Rua Sete: Trajetos e Vivências’	Exposição fotográfica em homenagem a Rua Sete de Setembro, que no decorrer	2019

	da história foi espaço das mais diversas expressões sociais, políticas e culturais	
Exposição ‘Memórias Fotográficas: tratamento e digitalização do acervo fotográfico do ex-governador Max Mauro’	Exposição que promoveu a descrição e digitalização de aproximadamente 9.500 imagens, que trazem momentos da história política, econômica e social capixaba, compreendidos entre os anos 1910 a 2008	2019
16º Caminho do Imigrante	Mais de duas mil pessoas participaram do passeio de cerca de 30 quilômetros pelas montanhas capixabas, que rememora os trajetos percorridos pelos primeiros imigrantes no Espírito Santo. O evento é organizado pelas prefeituras de Santa Teresa e Santa Leopoldina, com o apoio do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos	Programação com palestras e mediações	2019
Revista Nº 5 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	-	2019
Revista Nº 6 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	-	2019
4ª Semana Nacional de Arquivos - Live: ‘História da Saúde e das Doenças’	A ‘Arquivologia e História em Tempos de Pandemia’ foi tema da 4ª Semana Nacional de Arquivos. Com isso, contou com a <i>live</i> feita em parceria entre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no canal do YouTube	2020

<p>4ª Semana Nacional de Arquivos - Live: ‘Tempos de Home Office’</p>	<p>A ‘Arquivologia e História em Tempos de Pandemia’ foi tema da 4ª Semana Nacional de Arquivos. Com isso, contou com a <i>live</i> feita em parceria entre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no canal do YouTube</p>	
<p>4ª Semana Nacional de Arquivos - Live: ‘Gestão da informação e do conhecimento’</p>	<p>A ‘Arquivologia e História em Tempos de Pandemia’ foi tema da 4ª Semana Nacional de Arquivos. Com isso, contou com a <i>live</i> feita em parceria entre o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e o Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no canal do YouTube</p>	2020
<p>Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: ‘Usos do passado: o APEES em questão’</p>	<p>Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais</p>	2020
<p>Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: ‘A Memória do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo por meio da sua Institucionalização: o Recorte Constituído (1908-1981)’</p>	<p>Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais</p>	2020
<p>Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: ‘Entre afetos e documentos’</p>	<p>Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais</p>	2020
<p>Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: ‘Eu, digital: perspectivas de tratamento</p>	<p>Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes</p>	2020

para arquivos pessoais na contemporaneidade'	temas que abrangeram a História e os acervos documentais	
Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: 'A História por meio da Imprensa: contribuições dos periódicos para a História do Espírito Santo'	Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais	2020
Live - 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: 'A importância dos jornais para a história do pós-abolição no Espírito Santo'	Comemoração realizada através do ciclo de comunicações online com diferentes temas que abrangeram a História e os acervos documentais.	2020
Live - Fazenda do Centro: 175 anos de História - 'As minas de ouro do Castelo: a fase dos Jesuítas e a fase dos Bandeirantes'	-	2020
Live - Fazenda do Centro: 175 anos de História - 'Fazenda do Centro: da escravidão à abolição'	-	2020
Live - Fazenda do Centro: 175 anos de História - 'Os Agostinianos Recoletos e o núcleo colonial da Fazenda do Centro'	-	2020
Live: Como localizar seus antepassados na base de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo	Orientar os interessados em como pesquisar no site. A metodologia de pesquisa utilizada para a estruturação da base de dados, as formas de colaboração dos descendentes, dentre outras informações	2020
Revista Nº 7 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A edição trouxe o dossiê temático 'Mulheres e Gênero na historiografia capixaba'	2020

Revista Nº 8 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A edição trouxe o dossiê temático ‘Justiça, Cidadania e Direito na História do Espírito Santo’	2020
Exposição virtual: ‘Rua Sete: Trajetos e Vivências’	-	2020
Exposição fotográfica ‘Pelas lentes de Mazzei - 40 anos de Saudade’	A exposição lançou um olhar afetivo sobre vida e obra de Alfredo Mazzei, um dos grandes nomes da fotografia do Espírito Santo, falecido em maio de 1981.	2021
Live - As narrativas produzidas na Academia Espírito-Santense de Letras	Comemoração do centenário de fundação da Academia Espírito-Santense de Letras (AEL)	2021
Live - Centenário da AEL: ‘O papel das Academias de Letras na sociedade contemporânea’	-	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos - Live: ‘O poder do acesso aos documentos, ao conhecimento e à informação confiável: usuários empoderados por meio dos arquivos’	-	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos - Live: ‘Comissões da verdade e os acervos da ditadura: a importância dos arquivos em tempos de negacionismos’	-	2021
Evento de lançamento do livro ‘No Coração de Magalhães’	A instituição sediou o lançamento do livro e realizou uma homenagem ao historiador Mateo Martinić Beroš, pelos noventa anos de vida	2021

	dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento da região austral do Chile.	
Livro da Coleção Canaã: Viagem às colônias italianas do Espírito Santo	O livro retrata um pouco dos dramas e das conquistas das famílias italianas no interior espírito-santense, no raiar do século XX	2021
Revista Nº 9 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	A edição trouxe o dossiê temático ‘Imprensa, intelectuais e circulação de ideias no Espírito Santo’	2021

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios anuais e no site.

A imigração no Espírito Santo é um dos temas mais constantes nas ações de difusão do APEES. É possível observar como esse assunto se insere em diversas atividades apresentadas no quadro acima, por exemplo, em temas de publicações e também em debates organizados pelo Arquivo. Além dos assuntos voltados para imigração, também é interessante mencionar as publicações da linha editorial do APEES, denominada Coleção Canaã, que publica e reedita obras consideradas relevantes para história do Espírito Santo.

Assim como ocorreu no Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Semana Nacional de Arquivos também esteve presente em diversas atividades do APEES. Em 2018 foram realizadas quatro atividades relacionadas à SNA. Já em 2019 não foram informadas quais ações de fato ocorreram, apenas que o APEES participou da 3ª SNA. Em 2020, foram três atividades realizadas na 4ª SNA. E, em 2021, foram duas atividades realizadas na 4ª SNA. Com isso, nos quatro anos analisados para este trabalho, constatou-se que a instituição realizou aproximadamente 10 atividades em tal evento.

Outro ponto imprescindível a ser mencionado, foi o impacto da pandemia da Covid-19 na realização de algumas ações. Foi necessário realizar o cancelamento, em 2020 e em 2021, das edições do Caminho do Imigrante e do Programa Arquivo Itinerante, ações que ocorriam, presencialmente, todos os anos pelo APEES.

5.3 Práticas de difusão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ

Para a elaboração do quadro, a ser apresentado a seguir, serão analisados: a) os relatórios de atividades anuais³⁸; b) a aba de ‘publicações’³⁹; e c) a aba de ‘notícias’⁴⁰, que apresenta algumas ações realizadas pelo APERJ. Todos os três meios utilizados no estudo estão disponíveis e são acessados pelo site oficial da instituição.

Quadro 10 – Atividades de difusão do APERJ com base nos relatórios anuais e no site

Atividade	Informações sobre a atividade	Ano
Participação na 1ª edição dos Seminários de Extensão promovidos pelo Laboratório de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Com o tema ‘A importância da preservação e acesso aos acervos das Polícias Políticas’, o APERJ foi representado pela diretora do Departamento de Gestão de Acervo, Clarissa Ramos Gomes e pela diretora da Divisão de Conservação, Margareth Fontaine. O evento ocorreu no Auditório do Programa de Pós-Graduação em Informática, no CCET, UNIRIO	2018
Participação na 2ª Semana Nacional de Arquivos, na Fundação Casa de Rui Barbosa	A diretora geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Maria Teresa Bandeira de Mello, ministrou a conferência ‘Os arquivos públicos e o Plano Setorial de Arquivos’ na sessão de encerramento do evento	2018
2ª Semana Nacional de Arquivos – Palestra: Conservação preventiva	-	2018

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/index.php#rel-ativ>. Acesso em: 18 out. 2021.

³⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/publicacao.php>. Acesso em: 18 out. 2021.

⁴⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: http://www.aperj.rj.gov.br/lista_noticia.php. Acesso em: 18 out. 2021.

de documentos e suas dimensões teórica, técnica e política		
2ª Semana Nacional de Arquivos – Palestra: Preservação digital nos arquivos	-	2018
2ª Semana Nacional de Arquivos – Oficina: Acondicionamento de documentos em suporte papel	-	2018
Coordenação do ‘Simpósio Temático Cultura Visual e História: as imagens em debate’ no Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, participou da coordenação do Simpósio na Universidade Federal Fluminense	2018
Palestra ‘A fotografia nos arquivos e a memória pública’, no Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, realizou a palestra na Universidade Federal Fluminense	2018
Palestras para os servidores da Prefeitura de Maricá sobre a importância das políticas públicas arquivísticas e da gestão de documentos para atender às demandas de transparência social e acesso à informação	Evento realizado durante a visita do APERJ ao Arquivo Municipal de Maricá, para prestar assessoria técnica para a consolidação e desenvolvimento da instituição arquivística no que diz respeito à preservação, gestão, organização, descrição e divulgação dos documentos sob sua guarda	2018
Palestra na Mesa ‘Os acervos e os espaços na cidade’ no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	A diretora do Departamento de Gestão de Acervos do APERJ, Clarissa Ramos Gomes, participou como palestrante na Mesa	2018

<p>Coordenação e avaliação da área temática ‘Arquivos, centros de memória e museus como lugares de história pública’ no 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública e 5 Conferência Internacional de História Pública</p>	<p>Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como coordenadora e avaliadora no evento na Universidade de São Paulo</p>	<p>2018</p>
<p>Palestra ‘Arquivos e Memória Pública’ no 4º Simpósio Internacional da Rede Brasileira de História Pública e 5 Conferência Internacional de História Pública</p>	<p>Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como palestrante no evento na Universidade de São Paulo</p>	<p>2018</p>
<p>Aulas práticas de procedimentos básicos de conservação de fotografias sobre papel para alunos da FIOCRUZ</p>	<p>O APERJ recebeu os alunos do ‘Curso de Extensão em Conservação de Documentos Fotográficos’, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, para aulas práticas. As aulas foram ministradas pela professora Clara Mosciaro</p>	<p>2018</p>
<p>II Seminário Patrimônio Documental em Perspectiva</p>	<p>Em parceria com a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, o APERJ promoveu o Seminário buscando discutir a natureza das distintas formações de acervos que integram o patrimônio documental, processos de institucionalização e valoração patrimonial em diferentes instituições de guarda, além de aspectos do tratamento e difusão desses acervos ao público</p>	<p>2018</p>

<p>Exposição fotográfica no Teatro Popular Oscar Niemeyer em Niterói</p>	<p>Trabalho que vem sendo realizado através da parceria entre o APERJ, a Sociedade Fluminense de Fotografia e o Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense.</p>	<p>2018</p>
<p>Palestra ‘Gestão de Documentos na Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro’ durante o Seminário Ética e Preservação no Campo dos Arquivos</p>	<p>Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como palestrante no Seminário realizado em Nova Friburgo</p>	<p>2018</p>
<p>Seminário Internacional Arquivos Fluminenses no Contexto Iberoamericano</p>	<p>Organização do Seminário que busca discutir os aspectos que envolvem os arquivos, gestão de documentos e acesso à informação no âmbito nacional e internacional, enfatizando a cooperação institucional como contribuição para as políticas arquivísticas municipal, estadual e nacional. O Seminário foi promovido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) em parceria com o Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística (UFF/CNPq) e o Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e contou com apoio da FAPERJ, CNPq, Câmara Setorial de Arquivos Municipais do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), Conselho Estadual de Arquivos do Rio de Janeiro (CONEARQ), Programa de Pós-Graduação em Memória e</p>	<p>2018</p>

	Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PPGMA/FCRB) e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF) e foi realizado no Auditório do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense	
Participação na Mesa ‘Os arquivos estaduais e a política arquivística para os arquivos municipais’ do Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-americano	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, participou da Mesa no evento realizado na Universidade Federal Fluminense	2018
Participação na Mesa ‘Gestão de documentos na Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro’ do Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-americano	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, participou da Mesa no evento realizado na Universidade Federal Fluminense	2018
Apresentação do SITD - Sistema de identificação de Tipologia Documental na mesa ‘Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): inovações metodológicas e resultados da prática arquivística’ do Seminário Arquivos Fluminenses no Contexto Ibero-americano	A Diretora do Departamento de Gestão de Documentos, Patrícia de Mello Silva, e a equipe do Departamento de Gestão de Documentos do APERJ apresentaram o SITD no evento	2018
Seminário ‘Uma Agenda para a Fotografia - Ciclo de Debates Fluminenses’	Organização do Seminário em parceria com a Sociedade Fluminense de Fotografia e o Laboratório de História	2018

	Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense	
Palestra na Mesa ‘O movimento fotoclubista no Rio de Janeiro: o Photo Club Brasileiro e a Sociedade Fluminense de Fotografia’ no Seminário Uma Agenda para a Fotografia - Ciclo de Debates Fluminenses.	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, participou como palestrante na Mesa do evento	2018
Apresentação do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)	Apresentação realizada para os servidores da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança	2019
Palestra no I Encontro de Unidades de Informação Jurídica do Estado do Rio de Janeiro – EUNIJUR	A equipe do Departamento de Gestão de Documentos do APERJ realizou a palestra na Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto (BMJVS) na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ)	2019
Participação na mesa ‘Arquivos, direitos humanos e acesso à informação’ do ciclo Memória, Movimentos Sociais e Direitos Humanos	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, participou do evento que ocorreu no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Palestra: Gestão de documentos e arquivos no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Palestra: Conhecendo o patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: as possibilidades de pesquisa	-	2019

3ª Semana Nacional de Arquivos – Palestra: Preservação digital: estratégias/ações de preservação de longo prazo	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Oficina: Conservação de documentos bibliográficos	-	2019
Participação na 18ª Semana de Graduação – UERJ Sem Muros	Participação das bolsistas dos projetos ‘Migrantes no Estado do Rio de Janeiro’ e ‘Tratamento Técnico do Acervo da Presidência de Estado do Rio de Janeiro’ no evento que ocorreu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2019
Oficina Mãos à Obra	Atividade integrante da Conferência APOYOnline - Associação para Preservação do Patrimônio das Américas, organização sem fins lucrativos que promove comunicação, intercâmbio e desenvolvimento profissional no campo da preservação do patrimônio nas Américas e nos países de língua espanhola e portuguesa. A oficina reuniu 35 conservadores e profissionais de diversas instituições, estados e países da América Latina, Estados Unidos, Canadá, Portugal e Espanha para o desenvolvimento de ações de conservação preventiva no acervo do APERJ	2019
Palestra ‘A metodologia de Identificação Arquivística no	Os chefes de Divisão Thales Vicente de Souza e Lucas Spadari Carreiro	2019

âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)	Alves de Lima participaram como palestrantes na disciplina de Identificação Arquivística ministrada pela Professora Doutora Ana Célia Rodrigues na Universidade Federal Fluminense (UFF)	
9ª Semana Fluminense do Patrimônio	Participação na organização do evento que visa promover e valorizar o patrimônio material e imaterial fluminense e ampliar o conhecimento da população sobre esse patrimônio em suas mais diversas expressões. Este evento foi organizado por várias instituições científicas e culturais do Estado do Rio de Janeiro	2019
9º Encontro do Patrimônio Fluminense	Participação na organização do evento realizado em Nova Friburgo	2019
9ª Semana Fluminense do Patrimônio – Oficina de Mini Álbum Fotográfico	Os participantes receberam noções de conservação fotográfica e produziram álbuns para suas fotografias	2019
Seminário: Uma Agenda para a Fotografia	Evento promovido pelo GT Imagem, Cultura Visual e História – Seção ANPUH-RJ, em parceria com o APERJ e o Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, realizado no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica	2019
Publicação do livro eletrônico: Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano	-	2019
Palestra História e Arquivo: pesquisa histórica e acesso à	A diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, proferiu a palestra no evento virtual promovido	2020

documentação no ‘Ciclo de Debates Quartas com História’	pelo Laboratório de História Oral e Imagem (Labhoi) da Universidade Federal Fluminense	
Solenidade de instalação do plenário do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) com a posse da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como representante do Segmento de Arquivos Estaduais e do Distrito Federal	Evento virtual realizado para posse mediante participação em processo de seleção pública dos membros titulares e suplentes para composição do Conarq.	2020
95ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como representante do Segmento de Arquivos Estaduais e do Distrito Federal	2020
96ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq).	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, como representante do Segmento de Arquivos Estaduais e do Distrito Federal	2020
Seminário Patrimônio Documental em Perspectiva	Organização do seminário e participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, na mesa ‘Acervos documentais no contexto da pandemia: acesso e mediações’. O evento ocorreu em formato virtual e foi promovido em parceria com a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).	2020
10ª Semana Fluminense do Patrimônio: cultura e cidadania em tempos de crise	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, na comissão organizadora do	2020

	evento que foi realizado virtualmente e organizado por várias instituições científicas e culturais do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de promover e valorizar o patrimônio material e imaterial fluminense e de ampliar o conhecimento da população sobre esse patrimônio em suas mais diversas expressões	
10° Encontro do Patrimônio Fluminense	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, na organização do evento virtual que integra a 10ª Semana Fluminense do Patrimônio 2020: Cultura e cidadania em tempos de crise	2020
Mesa ‘Dimensões sociais e políticas dos arquivos públicos para a preservação da memória social fluminense’ na XXXI Jornada Arquivística da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, na mesa do evento que foi organizado pela Escola de Arquivologia da Unirio	2020
Mesa redonda ‘Governança informacional no âmbito de arquivos públicos estaduais’ no II Seminário Nacional de Governança Arquivística	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de Mello, na mesa redonda do evento virtual promovido pelo Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC) da Universidade Federal da Bahia	2020
Encontro dos Arquivos Estaduais e do Distrito Federal	Participação da diretora geral do APERJ, Maria Teresa Bandeira de	2020

	Mello, no evento em formato virtual promovido pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)	
Seminário Uma Agenda para a Fotografia: arquivos fotográficos e pesquisa acadêmica	Evento virtual promovido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Laboratório de História Oral e Imagem da UFF	2020
APERJ 90 Anos de Memória - Live comemorativa: 12 anos do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ)	Bate-papo sobre o momento de criação do PGD-RJ construindo uma ponte para o cenário atual 12 anos depois.	2021
APERJ 90 Anos de Memória – Lançamento do livro vencedor do último edital do Prêmio APERJ de Monografias: ‘As Dores e as Cores do Povo, O Realismo Socialista e o Tribuna Popular (1945-1947)’	-	2021
APERJ 90 Anos de Memória – Live: Prêmio APERJ: vencedores e suas obras	-	2021
Exposição APERJ Itinerante	Exposição que reuniu fotografias das Obras do Porto, Obras do Estado e Governadores e Campanhas de Vacinação. A exposição ficou disponível inicialmente na Biblioteca Parque das 10h às 16h e, logo depois, seguiu em itinerância pela IOERJ e Escolas Públicas do Estado	2021
Live: Preservação de Documentos em Papel e Fotografia	As principais abordagens no âmbito da conservação de documentos gráficos e fotográficos, a importância e	2021

	necessidade de ser um trabalho contínuo	
Live: Dia do arquivista: a atuação do profissional na administração pública	Celebrando o dia do arquivista e os 12 anos da Lei Estadual de Arquivo, o evento refletiu sobre a importância dos arquivistas e do arquivo como patrimônio único e precioso que salvaguarda a memória de um povo	2021
Live: O APERJ Homenageia os Servidores Públicos	O evento homenageou os servidores do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a todos os servidores públicos	2021
Live: Preservação digital – diálogos sobre uma realidade inadiável	Abordar a utilização de meios digitais na produção, gerenciamento, acessibilidade e manutenção de documentos arquivísticos, como, também, a urgente escolha de práticas mais adequadas que proporcionem a proteção de acervos em todos os níveis	2021
II Seminário Arquivos Municipais Fluminenses 2021	Sensibilizar os gestores públicos municipais quanto à implementação de políticas públicas arquivísticas, o seminário tem como tema os Arquivos e a transparência pública nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O evento foi uma iniciativa da Câmara Técnica de Arquivos Municipais do Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e foi promovido pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e pelo Projeto PDPA 4408, Universidade Federal Fluminense	2021

	(UFF) / Prefeitura Municipal de Niterói	
Live: Usos da fotografia de arquivo – Fundo de Assessoria de Imprensa e Divulgação	Mostrar como as imagens do Fundo Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), sob guarda do APERJ, foram utilizadas pelo arquivista José Carlos Faria em seu filme ‘Cemitério Parque’ que conta a história do tombamento do Parque Lage	2021
Live: Patrimônio modesto – um caminho para o diálogo sobre patrimônio público	Refletir como o estímulo do interesse de preservar memórias pessoais possibilita que o patrimônio público seja preservado	2021
Live: A memória do Arquivo e a Educação	Dialogar sobre a importância das políticas de alfabetização que ocorreram no país e os desafios que ainda persistem na atualidade	2021
Publicação da Carta de Serviços ao Cidadão do APERJ	Documento que tem como objetivo informar aos cidadãos sobre quais serviços são prestados, de que forma solicitar tais serviços, em qual prazo o mesmo será atendido e o que será entregue com resultado desse atendimento	2021

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios anuais e no site.

É possível observar que a maior parte das ações de difusão indicadas pelo APERJ são realizadas através do corpo de funcionários da instituição em eventos organizados ou sediados por outras instituições. Uma pequena parcela ocorreu, de fato, nos espaços do Arquivo. No que diz respeito às publicações, não foi localizada nenhuma revista do APERJ, como verificou-se nos Arquivos analisados anteriormente.

A Semana Nacional de Arquivos também se manteve presente nas atividades desta instituição, sendo quatro atividades realizadas tanto no ano de 2018 quanto no ano de 2019. No entanto, não foi localizada a participação do APERJ na SNA ocorrida no ano de 2020 e no ano

de 2021. Para se confirmar tal investigação, foi questionado, via e-SIC, sobre a ausência do Arquivo no evento e constatou-se que a instituição realmente não participou nos dois anos mencionados acima.

No último ano analisado é nítido o aumento das atividades em formato virtual, através das *lives*. Além disso, muitos eventos ocorreram também em comemoração aos 90 anos do APERJ, proporcionando a realização de diversos debates pertinentes ao Arquivo.

5.4 Práticas de difusão no Arquivo Público Mineiro – APM

O site oficial do APM não possui informações sobre as ações de difusão realizadas pela instituição. Com isso, foi necessário realizar uma consulta, via e-SIC, para saber quais são as atividades que o Arquivo realizou entre 2018 e 2020. Foram utilizadas para preenchimento do quadro a seguir, as respostas enviadas pela instituição nos dias 27 de setembro de 2021 e 10 de janeiro de 2022. Foram realizadas duas solicitações via E-sic, pois na primeira a instituição não informou as atividades realizadas em 2018 e 2019.

Quadro 11 – Atividades de difusão do APM com base nas informações obtidas através do e-SIC

Atividade	Informações sobre a atividade	Ano
3ª Semana Nacional de Arquivos – Oficina de Noções de Paleografia	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Oficina de Higienização e Acondicionamento de Documentos	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Conferência de Abertura: Patrimônio cultural riscos, panoramas e perspectivas estratégicas	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Visita noturna ao Arquivo Público Mineiro	-	2019
3ª Semana Nacional de Arquivos – Fundamentos de Gestão	-	2019

Documental: teoria e prática no Estado de Minas Gerais		
3ª Semana Nacional de Arquivos – Vencendo Desafios! Uso e implementação do SEI! na Secretaria de Educação de MG	-	2019
Exibição do filme Macunaíma	No contexto da comemoração da Independência do Brasil, foi promovida a exibição gratuita do filme	2019
Exposição virtual Várias Minas: encruzilhadas de histórias	Exposição virtual realizada em comemoração ao tricentenário de criação da capitania de Minas Gerais. A exposição também contou com Cadernos de Atividades que permitem ao professor inserir os conteúdos da mostra virtual no cotidiano das aulas, sobretudo no que tange à disciplina de história	2020
4ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘Arquivos Públicos Estaduais: panorama atual, horizontes e expectativas’	-	2020
4ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘Os 300 anos de Minas Gerais’	O evento apresentou o Discurso Histórico e Político do Conde de Assumar, documento escrito pelo primeiro Governador da Capitania de Minas Gerais, após a repressão à Revolta de Felipe dos Santos, ocorrida em junho de 1720.	2020
4ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘Making the Future: difusão e reinvenção no Arquivo Público da Irlanda do Norte’	Apresentar as experiências do projeto <i>Making the Future</i> , que tem democratizado o acesso ao patrimônio documental do Arquivo Público da	2020

	Irlanda do Norte. A diretora criativa do projeto, Laura Aguiar, que é brasileira, abordou a questão de como os arquivos podem se tornar ainda mais acessíveis e inclusivos no século 21	
4ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘Conservação de Documentos como Instrumento de Transparência’	-	2020
4ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘Gestão de Documentos, Transparência e Democracia’	-	2020
Mesa-redonda ‘Arquivos lacunares: presenças e ausências na história da comunidade LGBTQIA+ de Minas Gerais’	Evento, em formato virtual, realizado para comemorar ao Dia Internacional do Orgulho LGBTI e discutir a história do movimento LGBTQIA+ no estado, destacando a presença e a ausência de sujeitos de sexualidades não heteronormativas em acervos arquivísticos públicos	2020
Palladium Projeta	Fotografias pertencentes ao acervo do Arquivo Público Mineiro (APM) foram projetadas em prédios nas vizinhanças do Sesc Palladium. A iniciativa, promovida pelo Sesc Palladium, e que conta com a parceria do APM, busca conectar os moradores aos equipamentos culturais do estado enquanto os espaços seguem fechados em decorrência da pandemia de Covid-19	2020-2021

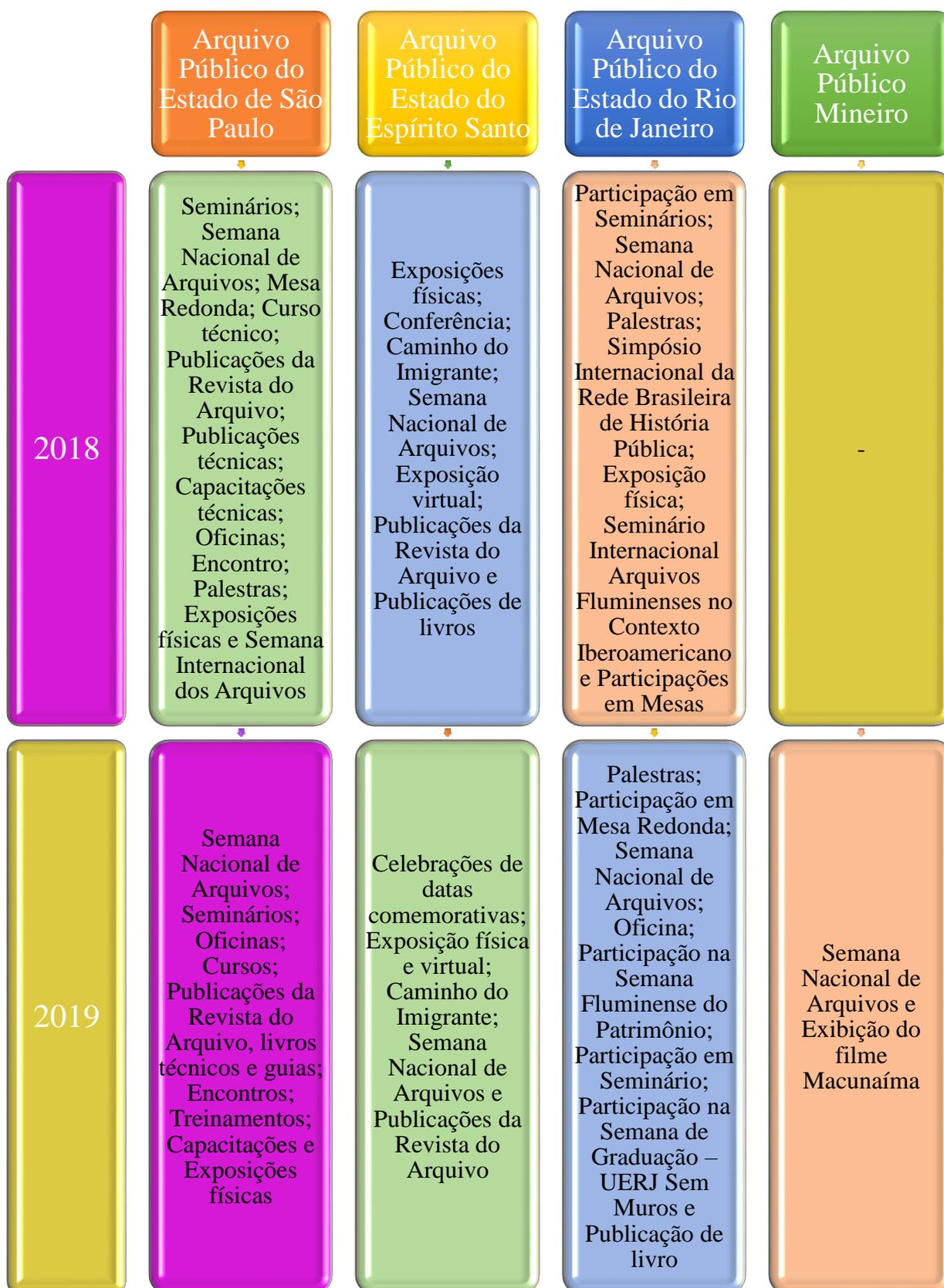
5ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘10 anos da Política Estadual de Arquivos de Minas Gerais’	Avaliar os avanços obtidos a partir da promulgação da Lei Estadual 19.420/2011 e os novos desafios trazidos pela última década para o cumprimento da Lei	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos – Live: ‘10 anos da Lei de Acesso à Informação’	Refletir entre a Lei de Acesso à Informação e as atividades de arquivo, tendo como questões centrais a construção de culturas de transparência pública, a gestão da informação arquivística e os desafios da transparência e do sigilo nos documentos eletrônicos	2021
5ª Semana Nacional de Arquivos – Minicurso: ‘Noções de Conservação de Documentos’	Capacitar os profissionais que trabalham diretamente com acervos arquivísticos, com a apresentação de técnicas e princípios básicos de conservação preventiva	2021

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações obtidas através do e-SIC.

Sobre a difusão editorial, constatou-se, durante a análise do site da instituição, que a instituição publicou algumas edições da Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM), entretanto a última publicação ocorreu em 2015. Com isso, não foi localizada no site nenhuma edição dentro do recorte cronológico desta pesquisa (2018-2021).

Como pode-se observar, as ações de difusão em 2018 não foram informadas no quadro acima. Em solicitação via e-SIC, foi questionado sobre tais ações e o retorno foi que não realizaram atividades de difusão do acervo no ano mencionado. Dessa forma, o quadro foi preenchido apenas com as atividades ocorridas entre os anos de 2019 a 2021. Outro ponto que vale ser mencionado, é que assim como nos Arquivos analisados anteriormente, a SNA também tem destaque nas atividades do APM, tal evento esteve presente nos três anos analisados.

Na figura abaixo será apresentado um resumo das atividades realizadas pelo campo empírico durante o recorte cronológico da pesquisa. A intenção é que os dados sejam exibidos de forma condensada, visto que o quadro que contém as atividades descritas individualmente é consideravelmente extenso.

Figura 31 – Resumo das atividades de difusão do campo empírico



Fonte: elaborado pela autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da difusão ser uma das funções arquivísticas, foi possível constatar, a partir da pesquisa, que ela ainda não é considerada uma prioridade nos arquivos públicos estaduais localizados no Sudeste do país. Conforme análise realizada, apenas uma instituição, dentre as selecionadas como campo empírico, possui uma política de difusão: o APESP. A ausência deste instrumento compromete a tomada de decisão e o estabelecimento de diretrizes que promovam o acesso aos acervos, sendo uma problemática para os arquivistas, que por sua vez não possuem tal instrumento como base para suas ações.

Assim como a política de difusão, durante o levantamento de dados constatou-se que o APESP também é o único arquivo que possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Percebe-se, portanto, que o desinteresse em relação a difusão também está presente na estrutura organizacional das instituições. É de suma importância a existência de um setor que esteja focado particularmente nas atividades educativas. Somente assim será possível concentrar profissionais que se dedicarão exclusivamente a pensar, planejar e executar tais ações, tanto nos ambientes dos arquivos quanto fora deles.

Outro ponto que merece destaque foi o desafio que os arquivos enfrentaram em decorrência da pandemia da COVID-19. Durante a análise das informações adquiridas, constatou-se uma diferença nas atividades que eram realizadas pelas instituições antes e durante a pandemia. Como exemplos, podemos sinalizar o número de atendimentos presenciais, que despencou em virtude da necessidade do isolamento, e a transformação de muitas atividades para um novo formato: as *lives*. Tais atualizações foram necessárias e isso demonstra a preocupação dos arquivos em continuar realizando suas atividades, mesmo que distantes fisicamente.

Esse estudo também permitiu que fossem investigadas, de maneira minuciosa, as atividades que são realizadas pelas instituições. Foi possível perceber a ausência de instituições relevantes em eventos que são imprescindíveis para a área, como por exemplo, a ausência do APERJ na Semana Nacional de Arquivos por dois anos seguidos. Tal evento, como já mencionado neste trabalho, além de incentivar a produção do conhecimento científico e cultural, também contribui na divulgação do arquivo.

Vale evidenciar que poucas atividades, dentre as realizadas pelo campo empírico, são voltadas para o público leigo. O que se pôde perceber é que, em sua maioria, as ações dialogam com os profissionais da área ou afins, como os bibliotecários e os historiadores, por apresentarem assuntos para quem já está familiarizado com a Arquivologia. As atividades para

estes profissionais são importantes, só que é necessário que a instituição também se dedique para alcançar outros tipos de usuários. Observou-se, portanto, que apesar da difusão ter como uma de suas características instigar a sociedade a conhecer e frequentar os arquivos, tais atividades se fecham para os profissionais que já os conhecem ou frequentam. Ou seja, as ações deixam de ter também como foco o público que desconhece uma instituição arquivística e a sua relevância.

Dessa forma, a difusão ao invés de ser uma ferramenta de projeção para a sociedade, atraindo novos usuários, continua sendo identificada como um espaço restrito para uma pequena parcela da sociedade. Vale ressaltar que, se o indivíduo não reconhece o ambiente do arquivo como seu por direito, isso afeta a sociedade democrática, que permanece sem o acesso à informação e sem noção de identidade, de memória e da sua história.

Por fim, é necessário que a difusão seja mais abordada na área, entre os próprios arquivistas, e, principalmente, durante a graduação de Arquivologia. Assim, será possível que discussões sobre o tema sejam consideradas pertinentes já na formação dos futuros profissionais da área, permitindo que eles reflitam sobre suas atuações no campo de trabalho. Espera-se que esta pesquisa sirva como base para outros autores que discorrem sobre tal temática, instigando novas literaturas sobre um assunto que ainda é tão pouco abordado.

Da mesma forma, a expectativa é que este estudo auxilie na divulgação dos arquivos analisados e dos eventos que eles realizam, possibilitando o reconhecimento das atividades que costumam ser realizadas pelas instituições. Tem-se também como expectativa, que este trabalho sirva como um material de referência para outras instituições que tenham interesse em promover ações semelhantes, servindo como ponto de partida para tais planejamentos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Arquivos: produções e reapropriações de sentidos. **Observatório Itaú Cultural**. Memórias, resistências e políticas culturais na América Latina. (maio/nov. 2017). São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

BALBINO, Giseli Milani Santiago; CHAGAS, Cintia Aparecida. O papel pedagógico do arquivista e sua inserção na difusão e mediação da informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 227-238, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/101434>. Acesso em: 31 out. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55311>. Acesso em 02 nov. 2021.

BARCELLOS, Bruna Gomes Borges. **Difusão cultural e educação patrimonial em arquivos**: a Semana Nacional de Arquivos e as ações educativas do Arquivo Nacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15482>. Acesso em: 31 out. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. LEI 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. LEI 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43954>. Acesso em: 18 mar. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3 ed. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DUFF, Wendy M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ESPÍRITO SANTO. **Lei complementar N° 370, de 29 de junho de 2006**. Palácio da Fonte Grande: Vitória, 2006. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec3702006.html>. Acesso em 19 mar. 2021.

GALDINO, Suellen Barbosa; ÁVILA, Rodrigo Fortes de. A difusão e a “pós-difusão” cultural como estratégia de disseminação dos serviços de arquivo. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinícius da Silva; COSTA, Alinne Pereira da. Arquivo e escola: a contribuição da internet na difusão das práticas educativas. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

_____; PINTO, Luíza Angélica Lisboa. Instituições Arquivísticas Nacionais e Ações Educativas: um estudo comparativo. **Revista do Arquivo Geral da Cidades do Rio de Janeiro**, n. 15, p. 93-116, 2018. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2019/05/Artigo-5_Dossiê-1.pdf. Acesso em 17 abr. 2021.

JARDIM, José Maria. Instituições Arquivísticas: estrutura e organização; a situação dos arquivos estaduais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 39-42, 1986.

_____; FONSECA, Maria Odila Kahl. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5671>. Acesso em: 14 ago. 2021.

JIMERSON, Randall C. Archives for all: Professional Responsibility and Social justice. **The American Archivist**, v. 70, 2007.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet: arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2012a.

_____. Arquivos públicos brasileiros: análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, p. 106-125, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96142>. Acesso em: 05 set. 2021.

_____. Internet e Arquivologia: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 28-47, 2012b. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v3i2p28-47. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48652>. Acesso em: 23 jan. 2022.

MINAS GERAIS. **Decreto N° 47.768, de 29 de novembro de 2019**. Assembleia Legislativa: Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=47768&comp=&ano=2019>. Acesso em: 26 jan. 2022.

_____. **Lei Estadual N° 23.304, de 30 de maio de 2019**. Assembleia Legislativa: Belo Horizonte, 2019b.

MOURA, Leila Estephânio de; VAISMAN, Priscila Soares. Exposição: um instrumento para difusão cultural de acervos arquivísticos. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). **Arquivos, entre tradição e modernidade**, v. 2. São Paulo: ARQ-SP, p. 138-150, 2017. Disponível em: http://arqsp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/XI-CAM-VOL.-2_e-book.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2021.

OCAÑA LACAL, Daniel. “Ser o no ser”: el archivero entre el derecho de acceso y la protección de la información. **TABULA**, n. 15, p. 149-184, 2012.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill; SILVA, Eliezer Pires. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 256-277, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113765>. Acesso em: 07 ago. 2021.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PEGEON, Annick. Uma Experiência Pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” dos Archives Nationales da França. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 89-102. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/339/339>. Acesso em: 16 jan. 2022.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 33, p. 116-135, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145787>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PIZANI, Izabel Cristina Micheline; OLIVEIRA, Rogério Eduardo Cunha de. O diálogo no processo de ensino e aprendizagem de acordo com Paulo Freire e Lev Vygotsky. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-5066/pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

POSNER, Ernest. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-284, 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/531>. Acesso em: 28 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto N° 47.674, de 5 de julho de 2021**. Casa Civil: Rio de Janeiro, 2021.

_____. **Resolução N° 339, de 20 de março de 2014**. Casa Civil: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1y_dlbGIGjXdukhs0_gnN7DnxtETs-tPU/view. Acesso em: 19 mar. 2021.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>. Acesso em: 18 mar. 2021.

RODRIGUES, Ana Célia. História e cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, v. 4, n. 1, p. 22-27, 2001.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 63-87, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5628/5192>. Acesso em 17 abr. 2021.

SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Mediação da informação em arquivos: a necessidade de consolidação da prática do serviço de referência. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 68-83, 2016.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA**. Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, 2014.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento; MEDEIROS, José Washington de Moraes. Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas. *In*: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação e difusão em arquivos: interrelações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52744/1/2020_art_jasantosnetosbortolin.pdf. Acesso em: 31 out. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto N° 54.276, de 27 de abril de 2009**. Casa Civil: São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), 2015.

_____.; MATTOS, Renato de. A construção do pensamento arquivístico: entre textos e contextos. *In*: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (Org.). **Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

VAISMAN, Priscila Soares. **Difusão em arquivos**: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

APÊNDICE A – Solicitação via e-SIC ao APESP**Nº Protocolo:** 604742119279 **Situação:** Encerrada**Data Solicitação:** 07/09/2021**SIC:** Arquivo Público do Estado**Forma do pedido:** Formulário Eletrônico**Forma de recebimento da resposta:** Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Gostaria de saber se existe Política de Difusão do Acervo no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Em caso positivo, solicito o envio. Caso a instituição não possua tal documento, solicito o envio da Política mais geral que englobe as ações de difusão.

A Solicitação foi: Atendida**Data da Resposta:** 10/09/2021

Resposta: Em 2019, foi finalizado o processo de elaboração de um Plano Diretor para o Arquivo Público do Estado. O resultado deste trabalho foi consolidado e encontra-se disponível em nosso site

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/institucional/quem_somos/plano_diretor

O Plano Diretor compreende 9 políticas, sendo uma a **POLÍTICA DE POTENCIALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE DIFUSÃO**.

Estamos em constante aprimoramento deste trabalho.

Aproveito para encaminhar também o link de acesso à Edição 10 de nossa Revista do Arquivo, dedicada ao tema “Difusão em Arquivos”

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/index.php.

Att.,

Camila Brandi de Souza

Diretor Técnico III

Departamento de Preservação e Difusão do Acervo

Unidade Arquivo Público do Estado

Nº Protocolo: 56188227801 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 04/06/2022

SIC: Arquivo Público do Estado

Forma do pedido: Formulário Eletrônico

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Boa tarde. Não localizei no site do Arquivo os Relatórios Anuais de Atividades nos anos de 2020 e 2021. Por esse motivo, solicito o envio dos Relatórios de Atividades de 2020 e de 2021.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 24/06/2022

Resposta: Prezada senhora, Informamos que os Relatórios Anuais de Atividades dos anos de 2020 e 2021 estão disponíveis no site do APESP conforme link (:: APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo :: Institucional :: Relatórios de Atividades :: (arquivoestado.sp.gov.br)).

APÊNDICE B – Solicitação via e-SIC ao APEES**Nº Protocolo:** 2021090325 **Situação:** Encerrada**Data Solicitação:** 07/09/2021**SIC:** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**Forma do pedido:** Internet**Forma de recebimento da resposta:** Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Gostaria de saber se existe Política de Difusão do Acervo no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Em caso positivo, solicito o envio. Caso a instituição não possua tal documento, solicito o envio da Política mais geral que englobe as ações de difusão.

A Solicitação foi: Atendida**Data da Resposta:** 09/09/2021**Resposta:** Prezada,

Segue link dos relatórios de Gestão (2011-2020) com as atividades de difusão realizadas por este APEES.

<https://ape.es.gov.br/relatorio-de-gestao>

Michel Caldeira de Souza - Arquivista/APEES

Tiago de Matos Alves - Historiador/APEES

Nº Protocolo: 2022060255 **Situação:** Encerrada**Data Solicitação:** 04/06/2022**SIC:** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**Forma do pedido:** Internet**Forma de recebimento da resposta:** Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Boa tarde. Não localizei no site do Arquivo o Relatório de Gestão de 2021. Por isso, solicito o documento.

A Solicitação foi: Atendida**Data da Resposta:** 15/06/2022**Resposta:** Prezada,

segue link: <https://ape.es.gov.br/relatorio-de-gestao>

Michel Caldeira de Souza - Arquivista/APEES

APÊNDICE C – Solicitações via e-SIC ao APERJ

Nº Protocolo: 21226 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 07/09/2021

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Solicito o envio do Decreto Nº 47.674, de 5 de julho de 2021, sobre a estrutura do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 08/09/2021

Resposta: Prezada,

Anexo cópia do Decreto solicitado.

Att,

Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 21227 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 07/09/2021

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Gostaria de saber se existe Política de Difusão do Acervo no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ. Em caso positivo, solicito o envio. Caso a instituição não possua tal documento, solicito o envio da Política mais geral que englobe as ações de difusão.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 13/09/2021

Resposta: Prezada, segue os esclarecimentos prestados pelo Diretor Geral do Arquivo Público:

Não existe Política de Difusão do Acervo no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

A ação de difusão está prevista no artigo Art. 11 de seu Regimento Interno publicado pela RESOLUÇÃO CASACIVIL Nº 339 DE 20 DE MARÇO DE 2014 (anexo):

Finalidade:

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, unidade administrativa da estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil, tem por finalidade implementar a política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação visando apoiar a administração pública e a tomada de decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Art. 11 - Compete ao Departamento de Acesso à Informação:

I - apoiar a pesquisa atendendo usuários de modo presencial ou remoto para consulta e leitura de documentos do acervo do APERJ;

II - desenvolver programa de comunicação institucional;

III - coordenar programa de produção editorial;

IV - implementar programa de atividades de divulgação do acervo do APERJ, por meio da realização de eventos, seminários, cursos, exposições, prêmios e etc.;

V - difundir o trabalho técnico do APERJ por meio da realização de visitas guiadas e oficinas.

Att,

Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 21228 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 07/09/2021

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Solicito o envio de algum material que apresente as ações de difusão que o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ realizou entre 2018 e 2021.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 13/09/2021

Resposta: Prezada, boa tarde. Segue os esclarecimentos prestados pelo Diretor Geral do Arquivo Público:

As ações de difusão que o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ realizou entre 2018 e 2020 podem ser consultadas em seus relatórios anuais disponíveis no link: <http://www.aperj.rj.gov.br/index.php#rel-ativ>

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro também conta com site institucional (www.aperj.rj.gov.br), carta de serviços ao cidadão (<http://bit.ly/cartadeservicoAPERJ>), página no Facebook (<https://www.facebook.com/arquivopublicoRJ/>), Twitter (<https://twitter.com/arquivorj>), Instagram (<https://www.instagram.com/arquivopublicorj>) e canal no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UC0bFQxv6ANAJNwYPaMPd7PQ>) que atualiza em tempo corrente as ações desenvolvidas no ano de 2021.

Ao encerramento do exercício corrente, será consolidado e apresentado no site do APERJ o Relatório Anual de Atividades do ano de 2021.

Att,
Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 21939 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 08/10/2021

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Qual a competência da Coordenadoria de Acesso à Informação, que está subordinada ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro?

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 15/10/2021

Resposta: Prezada,

A Coordenadoria de Acesso à Informação do Arquivo Público anteriormente Departamento de Acesso à Informação, tem por competência, conforme RESOLUÇÃO CASACIVIL Nº 339 DE 20 DE MARÇO DE 2014:

- I - apoiar a pesquisa atendendo usuários de modo presencial ou remoto para consulta e leitura de documentos do acervo do APERJ;
- II - desenvolver programa de comunicação institucional;
- III - coordenar programa de produção editorial;
- IV - implementar programa de atividades de divulgação do acervo do APERJ, por meio da realização de eventos, seminários, cursos, exposições, prêmios e etc.;
- V - difundir o trabalho técnico do APERJ por meio da realização de visitas guiadas e oficinas.

Regimento Interno anexo.

Atenciosamente,
Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 26217 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 04/06/2022

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Boa tarde. Não localizei no site do Arquivo o Relatório Anual de Atividade de 2021. Por isso, solicito o documento.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 07/07/2022

Resposta: Prezada, boa tarde.

De acordo com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, foi informado que devido à grande movimentação de servidores e mudanças na gestão que aconteceram entre o 2º semestre de 2021 e o 1º semestre de 2022, o Relatório Anual de Atividade, referente ao ano 2021, ainda não foi concluído, com isso não sendo possível a disponibilização no momento.

O Órgão reforça o compromisso com a transparência nas atividades executadas e informa que será disponibilizá-lo website (<http://www.aperj.rj.gov.br/>) o mais breve possível.

Atenciosamente,
Ouvidoria SECC

Recurso 1ª instância - N° Protocolo: 26217

Data Solicitação: 08/07/2022

Pergunta: Boa tarde,

Por conta da ausência do Relatório Anual de Atividade de 2021, gostaria de saber se vocês podem me enviar outro material que informe todas as ações de difusão realizadas pelo APERJ durante o ano de 2021.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 29/07/2022

Resposta: Prezada,

Em resposta a interposição de recurso sob Protocolo e-SIC n° 26217:

- Edital do Concurso de Monografias Prêmio Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Edição 2021;
- Cartaz de chamada para inscrição no Concurso de Monografias Prêmio Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Edição 2021;
- Cartaz de divulgação da Exposição Itinerante Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Edição comemorativa de 90 anos na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro;
- Fotografias da Exposição Itinerante Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Edição comemorativa de 90 anos na Biblioteca Parque Estadual;
- Chamada para Live "Prêmio APERJ: vencedores e suas obras";
- Chamada para Live "Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro: 12 anos de atuação";
- Chamada para Live "Patrimônio modesto: um caminho para o diálogo sobre patrimônio público";
- Chamada para Live "A memória do Arquivo e a Educação";
- Chamada para Live "Preservação de documentos em papel e fotografias";
- Chamada para Live "Dia do arquivista: a atuação do profissional na Administração Pública";
- Chamada para Live "Preservação digital: diálogos sobre uma realidade inadiável";

- Chamada para Live "Usos da fotografia de arquivo: Fundo de Assessoria de Imprensa e Divulgação";
- Chamada para Live "Memória da vida: formação, organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas".
- Visita guiada do Exército do Brasil ao APERJ
- Card cultural dos meses outubro e novembro/2021

Estamos à disposição para maiores informações.

Atenciosamente,
Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 28155 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 20/09/2022

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Bom dia,

O APERJ participou do evento denominado 'Semana Nacional de Arquivos' em 2020 (4ª SNA) e em 2021 (5ª SNA)? Se sim, quais foram as atividades realizadas em cada ano?

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 22/09/2022

Resposta: Prezada, boa tarde.

De acordo com a Coordenadora de Gestão de Documentos não foi possível a participação do APERJ nas edições 2020 e 2021 da Semana Nacional de Arquivos. Em 2022, o APERJ participou da 6ª SNA realizada no mês de junho com atividade de Visita mediada, conforme programação disponibilizada no site da SNA: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/SNA/programacao-presencial-rio-de-janeiro.

Atenciosamente,
Ouvidoria SECC

Nº Protocolo: 28156 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 20/09/2022

SIC: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Pergunta: Bom dia,

Por conta da ausência do Relatório Anual de Atividade de 2021 do APERJ, gostaria de solicitar o quantitativo dos atendimentos ao público durante o ano de 2021, tanto de forma presencial quanto online.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 22/09/2022

Resposta: Prezada, de acordo com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2021, o APERJ atendeu 146 pessoas na modalidade presencial e 447 pessoas online.

Atenciosamente,

Ouvidoria SECC

APÊNDICE D – Solicitações via e-SIC ao APM

Nº Protocolo: 01270000026202173 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 07/09/2021

SIC: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Pelo sistema (com avisos por e-mail).

Pergunta: Solicito o envio do instrumento legal que indica a estrutura atual do Arquivo Público Mineiro - APM. Além disso, gostaria de saber se existe Política de Difusão do Acervo no APM. Em caso positivo, solicito o envio. Caso a instituição não possua tal documento, solicito o envio da Política mais geral que englobe as ações de difusão. Por último, solicito o envio de algum material que apresente as ações de difusão que a instituição realizou entre 2018 e 2021.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 27/09/2021

Resposta: Em atenção ao pedido de acesso à informação recebido por esta Diretoria do Arquivo Público Mineiro, protocolado sob número 01270000026202173, seguem abaixo as informações solicitadas.

Da organização do Arquivo Público Mineiro

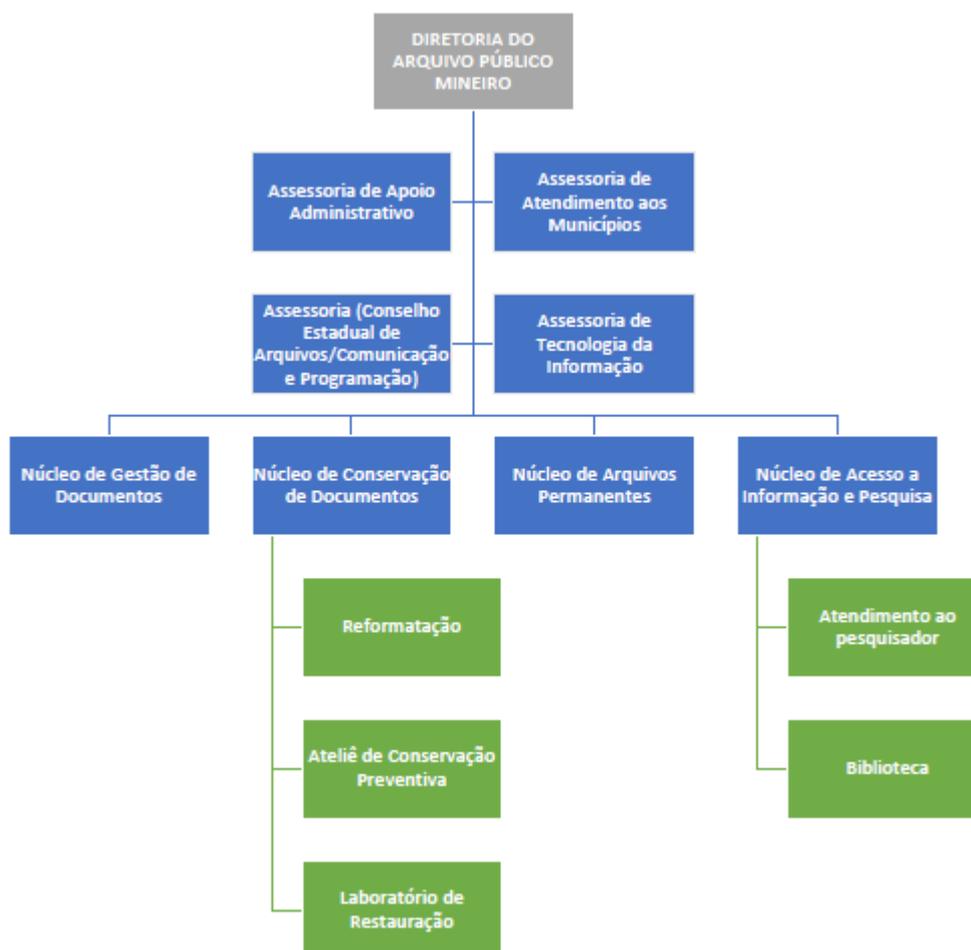
A Lei Estadual 23.304/2019, que dispõe sobre a estrutura orgânica do Poder Executivo de Minas Gerais, promoveu a fusão das antigas pastas da Cultura e do Turismo no Estado de Minas Gerais, culminando na criação da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult). De acordo com a norma, a Secult possui os seguintes níveis hierárquicos formais:

- i. Secretaria de Estado
- ii. Subsecretaria
- iii. Superintendência
- iv. Diretoria

O Arquivo Público Mineiro localiza-se hoje, na estrutura administrativa estadual, no nível das Diretorias, estando subordinado à Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais (SBMAE) da Subsecretaria de Cultura (ver organograma da

Secult). Neste sentido, ele não possui estrutura organizacional *formal*, tendo em vista que a estrutura orgânica do Estado não prevê nível hierárquico inferior à Diretoria.

A instituição, portanto, organiza seus serviços em uma estrutura *informal*, baseada em núcleos focais aproximadamente correspondentes à estrutura existente anterior à promulgação da Lei 23.304/2019. Os núcleos focais e as assessorias da Diretoria são expressas a seguir:



Cumprir também que as diretrizes para a atuação do Arquivo Público Mineiro são estabelecidas pelo Decreto Estadual 47.768/2019, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Assim, na ausência de plano especificamente voltado para a difusão do acervo custodiado pela instituição, segue-se, portanto, o emanado pela norma. Nesta matéria específica, o art. 19 e incisos dispõe que:

Art. 19 – A Diretoria do Arquivo Público Mineiro tem como competência planejar, executar e promover programas de gestão de documentos junto aos órgãos e às entidades do Poder Executivo do Estado; realizar atividades de preservação, restauração, reformatação, organização física e intelectual,

descrição e guarda dos documentos públicos de valores probatório e informativo recolhidos e os privados de interesse público e social adquiridos, franquear o acesso e desenvolver as atividades de pesquisa, publicação, divulgação e difusão dos acervos, com atribuições de:

[...]

XIV – estabelecer e promover a política de acesso, difusão e cessão dos acervos e de informação ao público;

XV – supervisionar e executar programas e atividades de apoio à pesquisa e ao acesso aos acervos;

XVI – implementar sistemas de informação de acesso aos acervos;

XVII – proteger a informação sigilosa e pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade e integridade e eventual restrição de acesso;

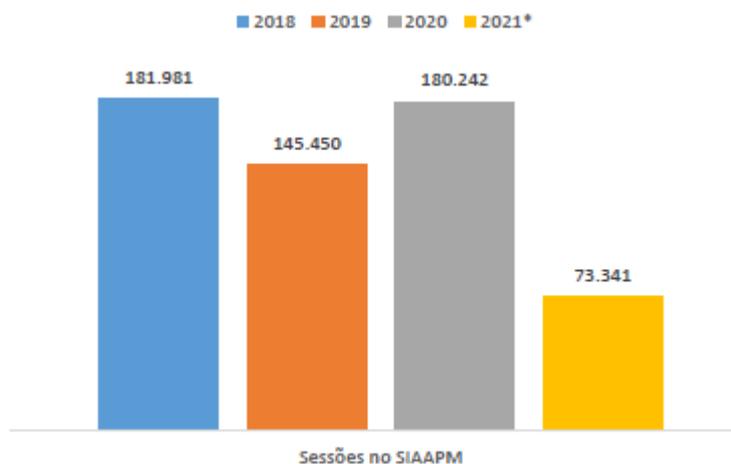
Das ações de difusão

a) Acesso à documentação

Conforme indica o Art. 19, XV do Decreto 47.768/2019, a execução de atividades voltadas ao acesso perene à documentação é uma das diretrizes fundamentais que norteia a difusão do acervo do Arquivo Público Mineiro. Tais atividades acontecem sob supervisão do Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa, e contemplam:

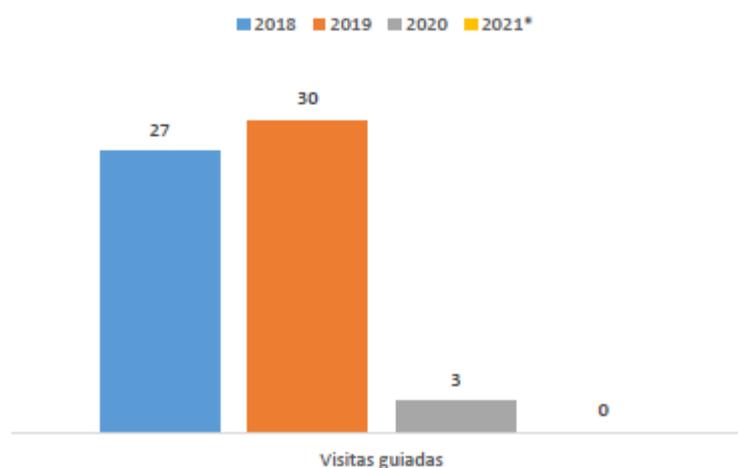
- i. Consultas presenciais na sede do APM;
- ii. Consultas virtuais, por meio do Sistema de Acesso Integrado do APM (SIAAPM)

Em relação a essas atividades, destaca-se que, por ocasião da pandemia de Covid-19 e o fechamento da instituição para consultas presenciais entre março de 2020 e julho de 2021, o núcleo redefiniu a estratégia de atendimento visando prover o acesso à distância. Nesse sentido, foram feitas melhorias pontuais no SIAAPM entre 2020 e 2021, visando recuperar o acesso integral às imagens do acervo, que havia sido comprometido pelo encerramento do *plug-in* Adobe Flash Player.



b) *Visitas guiadas*

O Arquivo Público Mineiro recebe na instituição visitas de grupos sob demanda. As visitas podem ter caráter educativo ou de formação específica, contemplando sempre a exibição e o contato do público com o acervo da instituição. As visitas foram suspensas em decorrência da pandemia de Covid-19.



c) *Presença nas redes sociais*

Nos últimos anos, o Arquivo Público Mineiro fortaleceu sua presença nas redes sociais, com a criação do perfil no Instagram (2019) e canal no YouTube (2020). O perfil no Instagram conta com mais de 4 mil seguidores e, antes do bloqueio da conta em abril de 2021, era o principal canal de difusão do acervo da instituição. No YouTube, o Arquivo Público Mineiro passou a transmitir por canal próprio e pelo canal da Secult os eventos realizados desde 2020.

d) *Ações expositivas*

Em 2020, em comemoração ao tricentenário de criação da capitania de Minas Gerais, foi realizada a exposição virtual *Várias Minas: encruzilhada de histórias*, com a publicação de cadernos de atividades temáticos sobre a história de Minas Gerais.

O material está disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-aco-es/minas300anos>

e) *Outras ações*

- Participação na Semana Nacional de Arquivos (2019–2021)

2020: <https://bit.ly/3hXdKu3>

2021: <https://bit.ly/3AFKbVI>

- Palladium Projeta (parceria com o Sesc Palladium, 2021)

<https://bit.ly/3AB5IDT>

- Encontros e palestras temáticas

<https://bit.ly/39wjVAN>

Alaor Souza Oliveira

Servidor Público

Diretoria do Arquivo Público Mineiro

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Nº Protocolo: 01270000032202121 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 21/12/2021

SIC: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Pelo sistema (com avisos por e-mail).

Pergunta: Bom dia. Em setembro deste ano solicitei informações das atividades de difusão que foram realizadas pelo Arquivo Público Mineiro entre os anos de 2018 até 2021 (número de protocolo 01270.000026/2021-73), mas só recebi as informações das atividades ocorridas em 2020 e 2021.

Com isso, retorno solicitando algum material que apresente as ações de difusão que a instituição realizou em 2018 e 2019. Aproveito também para solicitar as atividades que ocorreram após a minha última solicitação (setembro/2021) até o dado momento, caso existam.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 10/01/2021

Resposta: Em atenção ao pedido de acesso à informação recebido por esta Diretoria do Arquivo Público Mineiro e protocolado sob número 01270000032202121, informo que no ano de 2018 não foram realizadas atividades de difusão do acervo, senão aquelas mencionadas na resposta à solicitação nº 01270000026202173, a saber: a) o acesso regular à documentação custodiada pela instituição; e b) a realização de visitas guiadas.

Em relação ao ano de 2019, retifico a informação anterior acrescentando que, além das atividades regularmente desenvolvidas de acesso à documentação, o Arquivo Público Mineiro realizou as seguintes atividades voltadas para a promoção de seu acervo:

1. III Semana Nacional de Arquivos, com a oferta das seguintes atividades:
 - a. Patrimônio cultural: riscos, panoramas e perspectivas estratégicas (conferência de abertura);
 - b. Oficina de Noções de Paleografia;
 - c. Oficina de Higienização e Acondicionamento de Documentos;
 - d. Visita noturna ao Arquivo Público Mineiro;
 - e. Fundamentos de Gestão Documental: teoria e prática no Estado de Minas Gerais;
 - f. Vencendo Desafios! Uso e implementação do SEI! na Secretaria de Educação de MG.

2. Exibição gratuita do filme Macunaíma, no contexto da comemoração da Independência do Brasil promovida pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo.

Nada mais havendo a informar, permaneço à disposição para esclarecimentos pelo e-mail alaor.oliveira@secult.mg.gov.br.

Alaor Souza Oliveira

Servidor Público

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Nº Protocolo: 01270000033202175 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 21/12/2021

SIC: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Pelo sistema (com avisos por e-mail).

Pergunta: Bom dia,

Gostaria de saber a competência do Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa, que está subordinado à Diretoria do Arquivo Público Mineiro.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 10/01/2022

Resposta: Em atenção ao pedido de acesso à informação recebido por esta Diretoria do Arquivo Público Mineiro e protocolado sob número 01270000033202175, informo que o Núcleo de Acesso a Informação e Pesquisa da instituição é uma unidade *informal*. Tendo em vista que a estrutura orgânica do Estado de Minas Gerais vigente a partir da promulgação da Lei Estadual 23.304/2019 não prevê a existência de estruturas subordinadas à Diretoria, o arranjo informal constitui-se meramente uma forma de organização das atividades sob competência do Arquivo Público Mineiro.

Destaca-se ainda que o Arquivo Público Mineiro, enquanto unidade subordinada à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, não possui personalidade jurídica própria e, portanto, tem como regimento aquele da Secretaria à qual se subordina. Neste caso, implica dizer que o funcionamento do Arquivo Público Mineiro é disciplinado pelo art. 19 do Decreto Estadual nº 47.768/2019.

Neste sentido, podem ser consideradas como competências do Núcleo de Acesso a Informação e Pesquisa aqueles dispositivos relacionados às competências do Arquivo Público Mineiro relativas à difusão e democratização do acesso ao acervo sob sua custódia. *In verbis*:

Art. 19 – A Diretoria do Arquivo Público Mineiro tem como competência planejar, executar e promover programas de gestão de documentos junto aos órgãos e às entidades do Poder Executivo do Estado; realizar atividades de preservação, restauração, reformatação, organização física e intelectual, descrição e guarda dos documentos públicos de valores probatório e informativo recolhidos e os privados de interesse público e social adquiridos, franquear o acesso e desenvolver as atividades de pesquisa, publicação, divulgação e difusão dos acervos, com atribuições de:

[...]

XIV – estabelecer e promover a política de acesso, difusão e cessão dos acervos e de informação ao público;

XV – supervisionar e executar programas e atividades de apoio à pesquisa e ao acesso aos acervos;

XVI – implementar sistemas de informação de acesso aos acervos;

XVII – proteger a informação sigilosa e pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade e integridade e eventual restrição de acesso;

Cumprindo reforçar que esta é uma interpretação do ordenamento vigente, uma vez que o Núcleo em questão é uma unidade *informal* e sua existência é meramente uma forma de organização interna do Arquivo Público Mineiro.

Nada mais havendo a informar, permaneço à disposição para esclarecimentos pelo e-mail alaor.oliveira@secult.mg.gov.br e demais canais institucionais.

Alaor Souza Oliviera

Servidor Público

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Nº Protocolo: 0127000009202217 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 04/06/2022

SIC: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Pelo sistema (com avisos por e-mail).

Pergunta: Boa tarde.

Não localizei no site do Arquivo nenhum documento sobre as ações de difusão realizadas em 2021. Por isso, solicito o envio de algum material que apresente as ações de difusão que a instituição realizou durante o ano de 2021.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 28/06/2022

Resposta: Prezada,

Recebemos a demanda solicitando informações sobre as ações de difusão do Arquivo Público Mineiro em 2021. Respondemos: Considerando ações de difusão como atividades estratégicas e planejadas em favor da disseminação do conhecimento e da informação e, mais detidamente, no caso do Arquivo Público Mineiro, referentes à democratização do acesso à documentação pública e ao acervo arquivístico, informamos que, excetuando os canais de comunicação e de divulgação nas redes sociais, o site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> é uma base informatizada que reúne informações básicas sobre o acervo e parte dos documentos que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e é acessível a todo o público. E, mais pontualmente, a exposição *Várias Minas: encruzilhada de histórias* está disponível em <https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoes/minas300anos>. É preciso ressaltar ainda que as alternativas virtuais se destacaram no período pandêmico e pós pandêmico.

Atenciosamente, Bruno Tripoloni Balista

Diretor do Arquivo Público Mineiro

Nº Protocolo: 01270000016202219 **Situação:** Encerrada

Data Solicitação: 20/09/2022

SIC: Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT

Forma do pedido: Internet

Forma de recebimento da resposta: Pelo sistema (com avisos por e-mail).

Pergunta: Bom dia,

Venho solicitar algumas informações para complementar outro pedido de acesso à informação ao Arquivo Público Mineiro realizado no dia 07/09/2021 e protocolado sob número 01270000026202173. Na solicitação realizada anteriormente, que me foi atendida com bastante êxito, me foram informados o número de atendimento ao público de forma presencial e remota, além de indicar as atividades de difusão realizadas pela instituição. No entanto, naquele momento os números indicados refletiam apenas entre janeiro e maio de 2021. Com isso, venho novamente solicitar tais dados de junho até dezembro de 2021, com o intuito de finalizar a minha pesquisa que teve início nesta primeira solicitação.

A Solicitação foi: Atendida

Data da Resposta: 10/10/2022

Resposta: Prezada Laysa Costa Silva, boa tarde!

Em atenção a sua solicitação de informações sobre as ações de difusão do Arquivo Público Mineiro em 2021. Respondemos:

Considerando ações de difusão como atividades estratégicas e planejadas em favor da disseminação do conhecimento e da informação e, mais detidamente, no caso do Arquivo Público Mineiro, referentes à democratização do acesso à documentação pública e ao acervo arquivístico, informamos que, excetuando os canais de comunicação e de divulgação nas redes sociais, o site <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> é uma base informatizada que reúne informações básicas sobre o acervo e parte dos documentos que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro e é acessível a todo o público.

Totalizamos, em 2021, 275.944 acessos ao site. E, mais pontualmente, a exposição Várias Minas: encruzilhada de histórias ainda está disponível em <https://www.secult.mg.gov.br/programas-eacoes/minas300anos>.

É preciso ressaltar ainda que as alternativas virtuais se destacaram no período pandêmico e pós-pandêmico.

Atenciosamente,

Bruno Tripoloni Balista

Diretor do Arquivo Público Mineiro